



**UFRJ**

**MODALIZAÇÃO EM NOTÍCIAS DO JORNAL EXTRA: UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA**

Fernanda Gomes da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas, na Área de Concentração Língua Portuguesa.

Orientador: Profa. Doutora Regina Souza Gomes

Rio de Janeiro  
Março de 2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# **MODALIZAÇÃO EM NOTÍCIAS DO JORNAL EXTRA: UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA**

Fernanda Gomes da Silva

Orientador: Profa. Doutora Regina Souza Gomes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas, na Área de Concentração Língua Portuguesa.

Examinada por:

---

Presidente, Professora Doutora Regina Souza Gomes – Orientador

---

Professora Doutora Lucia Teixeira – UFF

---

Professora Doutora Leonor Werneck dos Santos – UFRJ

---

Professora Doutora Silvia Maria de Sousa – UFF, Suplente

---

Professora Doutora Lucia Helena Martins Gouvêa – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro  
Março de 2010

*Para meus avós Ely e Reginaldo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a minha querida orientadora, Regina Souza Gomes, meu pilar na organização, desenvolvimento e finalização deste estudo, pela tolerância e paciência infinitas, pela crença e confiança em minha capacidade para seguir em frente, pela parceria e companheirismo durante todo o caminho, pelas constantes injeções de ânimo nos momentos de angústia e cansaço, pelo crescimento intelectual e pessoal proporcionados e, enfim, pela dedicação e amor desmedidos à difícil arte de educar.

A minha mãe Marina e minhas irmãs Juliana, Renata e Marcela, pontos de apoio e equilíbrio, pelo amor sempre demonstrado e pelo carinho e incentivo ilimitados.

A Maria Alice, de quem sou fã incondicional, pela amizade construída e reafirmada a cada instante, em gestos que revelam verdadeira cumplicidade.

A Alexandre, uma de minhas conquistas mais belas, por me dar a mão e caminhar comigo, mostrando-me que ainda era possível continuar e concluir esse percurso.

A Theo, por me fornecer elementos teóricos importantes para a elaboração deste estudo.

A CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	09
1.1. Teoria semiótica francesa: principais postulados.....	09
1.2. Modalização em semiótica.....	19
1.2.1. Modalização epistêmica.....	31
2. A MÍDIA IMPRESSA.....	33
2.1. O jornalismo de referência.....	33
2.2. O jornalismo popular.....	41
3. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	50
3.1. Modalização no enunciado.....	51
3.2. Modalização nas vozes dos actantes do enunciado.....	62
3.3. Modalização na enunciação.....	73
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
ANEXOS.....	86

## INTRODUÇÃO

É inegável o poder de influência dos meios de comunicação de massa sobre o sujeito da sociedade contemporânea. Responsáveis pela divulgação de fatos e acontecimentos, atuam como mediadores da relação entre o sujeito e o mundo, participando ativamente na construção de saberes e conhecimento. Desse modo, mais do que canais de comunicação usados na transmissão de mensagens, representam poderosos instrumentos de formação moral e social do indivíduo, uma vez que intervêm no conteúdo e na forma do conhecimento veiculado; selecionam-no e o organizam-no segundo um ponto de vista social e político determinado.

Com efeito, os meios de comunicação naturalizam hábitos, posturas e opiniões a partir da discursivização objetiva dos eventos, a qual provoca a ilusão de que aquilo que se lê, vê ou ouve corresponde de modo fiel à realidade circundante. A ilusão de estar diante de um relato imparcial e neutro (necessária à manutenção da credibilidade do jornal e confiança do leitor) acaba por escamotear o posicionamento ou avaliação do sujeito jornalista em relação ao discurso que produz, ofuscando a subjetividade inerente a todo ato de linguagem.

Considerando o quadro apresentado, acredita-se ser importante a investigação dos mecanismos que ajudam a desvelar a subjetividade que se esconde sob a máscara objetiva do discurso jornalístico, a fim de contribuir para a compreensão do modo como os valores ideológicos são instituídos e legitimados, interferindo diretamente na vida cotidiana da população em geral.

Nesse contexto, a proposta da presente pesquisa é depreender a subjetividade (marcas deixadas pelo sujeito da enunciação no enunciado) em um texto reconhecidamente marcado pela objetividade e imparcialidade: a notícia jornalística. E, dentre os procedimentos linguísticos responsáveis por instaurar o efeito de subjetividade nos textos, escolheu-se a modalização. Para tanto, toma-se como suporte teórico-

metodológico a semiótica de linha francesa, que permite identificar e interpretar esse recurso discursivo como um dos meios de assinalar a presença do sujeito no enunciado.

A semiótica se insere dentro do quadro de teorias que tomam o texto por objeto de estudo e investigação. Ocupa-se da análise dos sentidos do texto e, sobretudo, do modo como esses sentidos são construídos, ou seja, dos mecanismos e procedimentos de composição discursiva. Para a semiótica, a apreensão dos sentidos ocorre a partir da identificação de um percurso gerativo constituído de três níveis: fundamental, narrativo e discursivo, que, num processo de enriquecimento semântico, vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Esta pesquisa se atém ao nível discursivo da geração do sentido, sem deixar de aludir aos outros níveis, especialmente ao narrativo, considerando-se a modalização como objeto de estudo, como se verá adiante.

Neste estágio da significação do texto, a modalização é entendida como o índice das atitudes, opiniões e pontos de vista do enunciador em relação ao seu dizer, contribuindo para oferecer ao leitor um direcionamento argumentativo, o que possibilita perceber o grau de adesão do falante ao seu discurso. O foco deste estudo incide sobre as modalidades do *crer* e do *saber*. Busca-se examinar o jogo de crenças e verdades que permeiam o texto, atentando para mecanismos de modalização epistêmica presentes na enunciação, no enunciado e nas falas dos interlocutores, projetadas por procedimentos de debreagem interna. Acreditando ser a modalização intrínseca ao próprio ato da enunciação, pretende-se identificar que recursos linguísticos (construções linguísticas, lexemas, desinências) e discursivos são mobilizados para a concretização desse procedimento.

O *corpus* escolhido para análise se constitui de notícias publicadas pelo jornal *Extra* na seção denominada *Geral*, entre o período de 10 de agosto a 3 de setembro de 2009. Dentre as notícias examinadas nesse período, por meio de um estudo qualitativo, selecionou-se um total de 11 notícias para servir de exemplificação dos mecanismos de modalização mais recorrentes.

Pretende-se verificar, por meio da análise empreendida neste estudo, se, ainda que esse gênero textual seja recoberto por procedimentos que produzem o efeito de sentido de neutralidade, o afastamento do locutor em relação ao discurso que enuncia constitui, em verdade, um simulacro, uma vez que, no ato da enunciação, sua presença é evidenciada por meio de índices de modalização específicos e variáveis que permeiam

todo o texto produzido, além de outros, que não serão objeto de análise nessa dissertação.

A pesquisa tem como objetivos: (a) sistematizar os conceitos teóricos; (b) caracterizar o discurso jornalístico, em especial o do jornal popular, considerando os mecanismos de modalização; e (c) analisar e explicitar os aspectos semânticos e discursivos das construções modais e seus efeitos de sentido na organização do texto como um todo, atentando para as estratégias linguísticas que materializam no discurso as modalidades epistêmicas do *crer* e do *saber*.

Para o alcance dos objetivos traçados, estrutura-se o trabalho em quatro capítulos. O primeiro dedica-se à apresentação, de forma resumida, dos conceitos gerais da semiótica de linha francesa ou semiótica de base greimasiana, arcabouço teórico sobre o qual se fundamenta este estudo. A seguir, nesse mesmo capítulo, há uma seção que problematiza e define o conceito de modalização para a teoria. Primeiramente, contemplam-se os modos de abordagem paradigmático e sintagmático das modalidades e exibem-se os níveis de atuação desse mecanismo, considerando o simulacro metodológico do percurso gerativo de significação. Posteriormente, focalizam-se os aspectos semântico-discursivos das modalidades epistêmicas, especialmente no que se refere aos efeitos de objetividade e subjetividade e os de verdade e realidade criados no interior do discurso e à participação destas na direção argumentativa dada ao texto. O terceiro capítulo preocupa-se em caracterizar a narrativa jornalística em geral e a popular, especificamente, já que é objeto de análise deste estudo. Para tanto, parte-se da descrição da noção de imprensa de referência para, com base na representação oferecida, estabelecer a conceituação de imprensa popular e, por conseguinte, de notícia popular. Por fim, o quarto capítulo concentra-se na análise do *corpus*, buscando examinar o funcionamento das modalidades epistêmicas sobre o enunciado e a enunciação nas narrativas selecionadas.

## PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 1.1. Teoria semiótica francesa: principais postulados

A semiótica se fixa, dentro do universo de perspectivas que se ocupam da linguagem, como uma teoria do discurso. Fundada por Algirdas Julien Greimas, debruça-se sobre a investigação do modo de constituição da significação. Em outras palavras, tem por propósito descrever e explicar os mecanismos e procedimentos de estruturação discursiva, que se manifestam na superfície textual.

Tendo em vista o objetivo de atingir a imanência do texto e compreender as redes de relações que o configuram, Greimas e Courtés (2008, p. 433-434) determinam que o estudo da significação atenda a três condições principais. Desse modo, deve ser: sintagmático, geral e gerativo.

Ao lançar um olhar sintagmático sobre a significação, a semiótica se atém à produção e à apreensão do discurso, concedendo menor importância, portanto, à identificação e classificação das unidades discretas. Isso implica dizer que o foco das investigações recai sobre o texto, que se define, ao mesmo tempo, como objeto de significação – dotado de uma organização linguístico-discursiva – e objeto de comunicação – construído na interação com o outro, determinado por formações ideológicas específicas e analisado, necessariamente, em função do contexto sociocultural em que se insere, inscrito no texto.

Partindo do pressuposto de que os textos representam uma unidade ou um todo de sentido, a semiótica opera com objetos manifestados em meios de expressão diversos: verbal, não-verbal e sincrético. Pretende, assim, abranger a totalidade de linguagens, textualizadas por semióticas várias, afirmando-se como uma teoria geral da significação, disposta a examinar qualquer fenômeno de produção de sentido, um poema, uma música, uma dança, uma pintura, uma cena, um gesto, um olhar.

A busca dos sentidos tem início na identificação ou reconhecimento de um percurso gerativo, cuja descrição é apresentada abaixo sob a voz de Greimas e Courtés (2008, p. 232):

Designamos pela expressão **percurso gerativo** a economia geral de uma teoria semiótica (ou apenas linguística), vale dizer, a disposição de seus componentes uns com relação aos outros, e isso na perspectiva da geração, isto é, postulando que, podendo todo objeto semiótico ser definido segundo o modo de sua produção, os componentes que intervêm nesse processo se articulam uns com os outros de acordo com um “percurso” que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto.

O desenvolvimento desse conceito permite aos autores criar um simulacro metodológico do ato de produção do sentido, que, por levar em conta a organização imanente do discurso a partir do enfoque de suas dependências internas, pode ser aplicado a qualquer unidade textual. Com efeito, a descrição da significação ou do sentido em níveis de abstração acaba por definir um padrão de previsibilidade a textos de toda natureza.

A adoção desse princípio amplia o horizonte de análise: o texto passa a ser observado tanto em sua organização simples, abstrata e contínua quanto em sua estrutura complexa, concreta e variável. Dessa maneira, o estudo da significação obedece a um movimento que parte das regularidades (exame das invariantes) para as especificidades (análise das variantes). O trabalho com o modelo gerativo assenta a análise em bases científicas criteriosas, fugindo, portanto, à descrição subjetiva ou intuitiva do fenômeno de produção de sentido.

Dada a importância do percurso gerativo para a constituição do projeto teórico semiótico, ater-se-á a esse conceito com o intuito de conferir maior aprofundamento às questões que lhe são relativas. A apresentação dos princípios norteadores desse conceito encontra-se apoiada principalmente em Fiorin (2008a, 2009) e Barros (1988, 2004), semioticistas brasileiros consagrados e importantes divulgadores da teoria no Brasil.

Como mencionado, o percurso gerador da significação prevê três níveis de organização. São eles: o fundamental (ou profundo), o narrativo e o discursivo. Embora articulados a favor da conformação do sentido textual, podem ser pensados e discutidos a partir de uma gramática autônoma: caracterizam-se por apresentar, em sua constituição, uma sintaxe (modo de organização relacional das formas do conteúdo) e

uma semântica (revestimentos de sentido operacionalizados sobre a sintaxe) determinadas.

O nível fundamental representa a etapa mais profunda, simples e abstrata do percurso. É o lugar em que a significação adquire uma primeira configuração. Nele, analisam-se as categorias mais gerais que ordenam e produzem o sentido do texto, bem como o encadeamento de seus componentes.

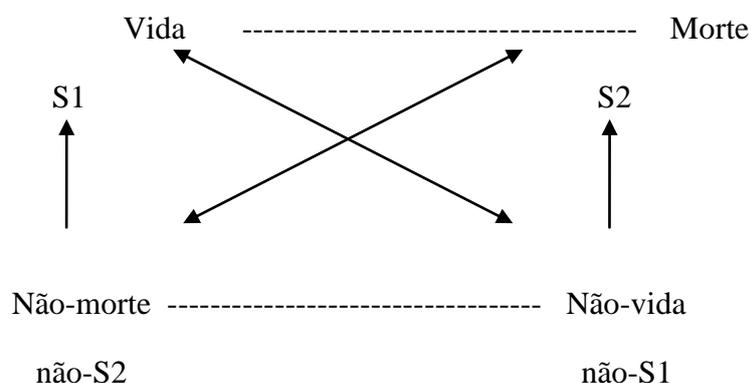
As categorias sêmicas elementares instituem-se por traços distintivos mínimos, depreendidos da posição ocupada na rede relacional em que se incluem. Assim, neste nível, a significação é percebida como uma oposição semântica, cujos termos são: (i) dotados de valores atraentes ou eufóricos e repulsivos ou disfóricos; (ii) negados ou afirmados por operações de uma sintaxe fundamental (contrariedade, contradição e implicação); e (iii) passíveis de ser representados, graficamente, por meio de um modelo lógico denominado quadrado semiótico.

A semiótica atribui especial importância ao quadrado lógico, ferramenta teórica que permite visualizar o início da constituição do discurso. Responsável por projetar as relações paradigmáticas instituídas entre as categorias fundamentais, acaba também por encaminhar o processo de sintagmatização em qualquer nível de concretização do sentido.

A formalização do quadrado ocorre basicamente por intermédio de duas operações, que caracterizam a sintaxe fundamental: a asserção e a negação. A primeira instaura dois termos positivos,  $S_1$  e  $S_2$ , que assumem o lugar de termos contrários, uma vez que se posicionam em relação de pressuposição mútua. Os termos contrários organizam-se sob o eixo da contrariedade e, desdobrando-se em suas realizações negativas, não- $S_1$  e não- $S_2$ , engendram o eixo dos subcontrários. A operação de negação funda o eixo da contraditoriedade, dada a articulação entre os esquemas positivo e negativo ( $S_1$  e não- $S_1$ ;  $S_2$  e não- $S_2$ ). A distinção entre as categorias em relação de contraditoriedade e as categorias em relação de contrariedade se assenta no fato de que aquelas se definem pela presença e ausência de um traço específico; já estas, por apresentar, cada um dos termos, um valor positivo.

De modo a ilustrar o que foi descrito no parágrafo anterior, estabelece-se o quadrado semiótico da oposição vida *versus* morte, categoria semântica fundamental

que discursiviza, de forma simples e abstrata, o conteúdo geral da notícia *Homem não aceita separação e assassina mulher e enteada* (*Extra, Seção Geral*, 14/08/09, p. 10), que informa a decisão de um homem de romper com a vida da ex-mulher e, por extensão, da enteada, que poderia constituir um obstáculo à execução do homicídio pretendido, em virtude da recusa e oposição ao término da relação conjugal.



De acordo com a lógica do quadrado, a transição entre um polo e outro de uma categoria subordina-se às operações de negação e afirmação. Desse modo, considerando o exemplo citado, o trajeto da vida até a morte passa, obrigatoriamente, pela não-vida. No texto, a passagem que representa a não-vida aparece de forma súbita, não sendo, portanto, figurativizada. Não obstante, encontra-se presente como pressuposto teórico.

As estruturas fundamentais sofrem ainda axiologizações decorrentes da projeção das categorias tímicas /euforia/ *versus* /disforia/. A primeira inaugura uma relação atraente ou positiva; já a segunda, uma relação repulsiva ou negativa. Na narrativa em questão, se se adota a perspectiva do sujeito da enunciação, vida e morte recebem, respectivamente, conotação positiva e negativa, manifestando a tendência disforizante. O percurso inverso também é admitido. Dependendo das redes discursivas instauradas, uma mesma categoria de base pode, em textos distintos, assumir valores euforizantes ou disforizantes. Cabe destacar que a axiologização de um texto é a ele imanente, não devendo ser avaliada segundo o sistema de valores do leitor. Representam as tímias, então, elementos responsáveis por traçar as primeiras conotações conceptuais do texto e, assim, constituir a semântica fundamental.

Ao buscar explicar os níveis mais abstratos da produção do funcionamento e da interpretação do discurso, a sintaxe e a semântica do nível fundamental configuram, portanto, a primeira instância do percurso gerativo.

Seguindo o caminho traçado por Greimas rumo à compreensão da constituição do sentido, localiza-se, num grau intermediário de abstração, o nível narrativo. Nesse ponto do percurso, as redes de significação estruturam-se sob a ótica de um sujeito, o que faz converter as categorias semânticas fundamentais em categorias narrativas.

Por força da ação do sujeito, as operações lógicas abstratas convertem-se em valores ideológicos e se inserem nos objetos a ele relacionados. A nova ou renovada configuração atribuída aos termos opositivos básicos acaba por dotá-los de caráter antropomórfico, já que pretende representar a interação entre o homem e o mundo. Assim, as relações operacionalizadas no nível narrativo corresponderiam ao próprio fazer do homem, que atua constantemente sobre o mundo e a sociedade, transformando-os, por meio da busca incessante dos valores indispensáveis à conformação de sua realidade existencial.

O simulacro do ser e do agir do sujeito corresponde, em semiótica, ao conceito de narratividade, fundamental para o entendimento das operações processadas no nível intermediário de análise do sentido. Além disso, a noção abarca ainda as relações contratuais ou polêmicas estabelecidas entre os sujeitos, de forma a representar o comportamento humano. Considerando que todo discurso manifesta a transformação de estados por que passa o sujeito na busca empreendida pelo sentido, pode-se sustentar que a narratividade é propriedade inerente a qualquer texto. Vale atentar para o fato de que esse conceito não se associa à ideia de tipologia textual narrativa, sequência linguística característica de gêneros discursivos específicos.

No patamar intermediário da geração de sentido, a sintaxe narrativa funda-se sobre dois tipos de enunciados elementares: os de estado (ser) e os de transformação (fazer). Os primeiros firmam as relações estáticas, ou seja, relações de junção (conjunção ou disjunção) entre sujeito e objeto. Os segundos estabelecem relações transitivas dinâmicas, ao elucidar as modificações decorrentes da passagem de um enunciado a outro. Observe-se que, para a semiótica, sujeito e objeto constituem, em primeira instância, entidades actanciais que, no nível do discurso, podem equivaler ou não a representações de pessoas, coisas etc.

A articulação entre um enunciado de estado e um enunciado de transformação faz emergir o programa narrativo, que constitui a unidade funcional da narrativa. Dada essa organização, duas espécies de narrativas mínimas se engendram: a de privação e a de liquidação de uma privação. Na primeira, observa-se a conversão de um estado inicial conjunto para um estado final disjunto. Inversamente, na segunda, verifica-se a mudança de um estado inicial disjunto para um final conjunto.

Quando ordenados hierarquicamente, os programas se configuram em percursos narrativos, cuja estrutura se assenta em uma sequência canônica definida pelo arranjo ou combinação de quatro etapas: manipulação, competência, performance e sanção.

A manipulação representa o estágio inaugural do percurso, em que um sujeito (destinador) conduz outro sujeito (destinatário) à ação. O destinador empreende um fazer persuasivo: estabelece com o destinatário uma relação de comunicação (ou manipulação) e lhe oferece um contrato com vistas a convencê-lo a aceitar e efetuar a ação sugerida. O destinatário, por sua vez, realiza um fazer interpretativo: analisa a proposta do destinador, nela confia ou não e, com base nessa percepção, concorda ou não em praticar a ação esperada.

Dentre as estratégias que visam à execução exitosa do fazer manipulador, destacam-se quatro tipos recorrentes: (i) intimidação, em que o destinador oferta valores que julga temidos pelo destinatário; (ii) tentação, em que se apresentam valores supostamente almejados pelo destinatário; (iii) provocação, em que se constroem imagens negativas sobre a competência do destinatário; e (iv) sedução, em que se explora a face positiva do destinatário.

Segue-se à etapa da manipulação a fase da competência. Nesse momento da narrativa, o sujeito manipulado, tendo reconhecido o contrato proposto pelo sujeito manipulador, recebe a qualificação necessária à efetuação da transformação principal da narrativa.

Concluída a etapa da competência, o sujeito manipulado está apto a inaugurar a etapa seguinte do percurso e a empreender, portanto, a ação esperada sobre os objetos e seus valores. Está concretizada a fase da performance.

A sanção constitui a última etapa da sequência. É o ponto da narrativa em que o sujeito manipulador avalia positiva ou negativamente a performance desenvolvida pelo

sujeito manipulado, reconhecendo-o como cumpridor ou não do acordo firmado e atribuindo-lhe, então, uma recompensa ou punição.

As fases do esquema narrativo canônico, embora encadeadas logicamente, não obedecem a uma ordem de apresentação temporal ao se manifestarem na superfície do texto. Desse modo, uma narrativa pode concretizar uma única etapa, deixando as outras implícitas ou até suspensas (considerando o caso de não se averiguar o atendimento a uma das exigências prévias à realização da ação). A narrativa *'Isso aqui é coisa de bacana'* (*Extra, Seção Geral*, 14/08/09, p. 3 – Texto 1), por exemplo, contempla apenas a etapa da sanção, indicada já no subtítulo “Moradores aprovam apartamentos do PAC que terão vista para as praias de Ipanema e Copacabana”. Nesse caso, reconhece-se o sujeito da ação como cumpridor da performance acordada e, por essa razão, destina-se a ele um julgamento positivo. Embora o foco da narrativa recaia sobre a última fase do percurso, é possível recuperar as demais por meio da operação de pressuposição, já que o julgamento tem como condição de ocorrência: (i) a realização da ação transformadora (entrega dos apartamentos), (ii) a qualificação ou capacitação do sujeito da ação; e, por fim, (iii) a mobilização do sujeito.

Tendo explicado a sintaxe do nível narrativo, passa-se agora à descrição de sua semântica, que compreende o estudo dos valores inscritos nos objetos. Dois são os tipos de objetos que figuram em uma narrativa: objetos modais e objetos descritivos. Estes referem-se a entidades com as quais os sujeitos se relacionam por meio de operações conjuntivas ou disjuntivas. Aqueles representam elementos que condicionam e impulsionam a performance central da narrativa, estando pressupostos à execução de cada etapa.

As formas abstratas do nível narrativo complexificam-se e enriquecem-se semanticamente ao atingir o patamar discursivo da significação, estágio em que se transfiguram em estruturas discursivas, graças à intervenção do sujeito da enunciação que, ao se projetar no enunciado, deixa revelar sua subjetividade. Segundo uma perspectiva sintática, a análise dessa etapa contempla o estudo das projeções da enunciação no discurso (procedimentos de temporalização, espacialização e actorialização). Incluem-se também, entre os procedimentos sintáticos, as relações argumentativas entre os actantes da enunciação. Semanticamente, examinam-se os

percursos temáticos e os revestimentos sensoriais que os recobrem, constituindo os percursos figurativos.

De acordo com Benveniste (1989, p. 82), o sujeito, ao “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de realização”, isto é, ao falar ou falar-se, transfere, necessariamente, suas marcas e traços ao discurso que produz. Desse modo, ainda que se pretenda apagar ou eliminar os elementos subjetivos por meio do emprego de determinados recursos linguísticos e discursivos, a enunciação se faz presente em todo enunciado, já que é a ele inerente. Partindo dessa ideia, pode-se concluir, então, que a enunciação constitui a própria instância linguística pressuposta pelo enunciado.

Nesse sentido, cumpre distinguir duas instâncias: o */eu/* pressuposto e o */eu/* projetado no interior do enunciado, que correspondem, respectivamente, ao enunciador e ao narrador. Entendendo que o */eu/* só existe relacionado ao */tu/*, articulam-se às referidas instâncias um */tu/* pressuposto, o enunciatário, e um */tu/* projetado no interior do enunciado, o narratário. Além disso, o narrador pode delegar voz a um actante do enunciado, que passa a dizer */eu/* e se transforma, a partir desse ato, no interlocutor, a que se associa o interlocutário. Têm-se assim configuradas as dimensões ou os níveis da enunciação.

Representando o lugar de instauração do sujeito, a enunciação pode ser percebida como a instância do *eu-aqui- agora*. É a partir da instância do sujeito da enunciação que toda a espacialidade e temporalidade linguísticas se organizam. Ou seja, as categorias de espaço e tempo se subordinam ao *eu*, que neles se enuncia, tomando-o como ponto de referência. O *aqui* é o espaço do *eu* e o *agora* representa o tempo em que coincidem o momento da enunciação e o momento de referência instalado no enunciado.

A enunciação posiciona, então, os atores do discurso no tempo e no espaço. Por essa razão, a sintaxe discursiva, ao estudar as marcas deixadas pela enunciação no enunciado, examina três procedimentos: a actorialização, a espacialização e a temporalização, que se referem, respectivamente, à constituição discursiva das pessoas, do espaço e do tempo.

A sintaxe discursiva se ocupa ainda da análise das relações entre enunciador e enunciatário, as quais se fundamentam no princípio da manipulação. Entendendo que a

persuasão subjaz a todo processo de interação comunicativa, este pode ser, portanto, pensado como um ato de manipulação, cuja intenção é fazer o outro, o enunciatário, crer e confiar naquilo que se diz ou transmite.

As relações argumentativas entre os actantes da enunciação são apreendidas a partir da identificação dos elementos linguísticos disseminados pela enunciação no enunciado por intermédio dos procedimentos de actorialização, espacialização e temporalização já mencionados. A instauração desses procedimentos no discurso, por sua vez, se realiza segundo dois mecanismos: *debreagem* e *embreagem*.

A *debreagem* se refere à projeção dos actantes e das coordenadas espaço-temporais do discurso pela enunciação. Pode figurar de duas maneiras: como *debreagem enunciativa* ou *debreagem enunciva*.

A *debreagem enunciativa* (ou enunciação enunciada) constitui a operação que projeta um *eu-aqui-agora*, isto é, coloca no interior do enunciado os actantes, os espaços e os tempos da enunciação. Inaugura-se um discurso em 1ª pessoa, construindo, assim, uma imagem que remete à instância da enunciação e, conseqüentemente, faz emergir o efeito de subjetividade.

A *debreagem enunciva* (ou enunciado enunciado) instala no interior do enunciado um *ele-alhures-então*. Deixa-se o *eu*<sup>1</sup> fora do enunciado, que é, então, construído com os actantes, os espaços e os tempos do enunciado. Gera-se um discurso em 3ª pessoa (uma sequência enunciada destituída de marcas da enunciação) em que o efeito produzido é o de objetividade.

A *debreagem enunciva* é frequentemente observada na configuração do texto jornalístico, objeto de estudo desta pesquisa, já que este, ao se pretender neutro e verdadeiro, deve simular a ausência do sujeito que enuncia, encobrendo suas marcas. Contudo, como atenta Gomes (2008, p. 55), o discurso jornalístico pode conjugar, em sua construção, *debreagem enunciva* com *debreagem enunciativa*, cujo emprego funciona como estratégia para conquistar a confiança do público leitor devido ao efeito de sentido de aproximação criado. A *debreagem enunciativa*, pouco recorrente na imprensa dita “séria”, é, no entanto, usual na imprensa popular (Discini, 2009, p. 124),

---

1 Não deixa de haver, nesse caso, um *eu* pressuposto, apreensível por meio de marcas e escolhas enunciativas espalhadas no enunciado.

representando um fator de formação identitária do jornal. No entanto, se, em relação à pessoa e ao espaço, predominam a debreagem enunciativa, o tempo é frequentemente enunciativo, já que é característica do jornal noticiar os eventos mais atuais.

Além dos dispositivos de debreagem acima descritos, o enunciador pode operar uma segunda debreagem, isto é, uma debreagem interna. Trata-se de dar a palavra a um dos actantes do enunciado ou da enunciação já instaurado no texto e transformado em instância enunciativa. Faz-se surgir, por meio desse mecanismo, variadas vozes, marcadas, explicitamente, por meio do diálogo ou da citação e, implicitamente, por meio da recuperação do conteúdo e traços do plano da expressão de outros textos. Essas diversas vozes que se misturam e se confrontam representam o diálogo consensual ou polêmico que travam, na sociedade, os distintos sujeitos que adotam diferentes ideologias. O efeito de sentido sugerido pelo simulacro de vozes decorrente da debreagem interna é o de realidade. O quadro abaixo sistematiza os níveis de projeção enunciativas:

#### PROJEÇÕES ENUNCIATIVAS

Instâncias implícitas (enunciação pressuposta)	enunciador	enunciatário
Debreagem de 1º grau	narrador	narratário
Debreagem de 2º grau	interlocutor	interlocutário

O texto jornalístico trabalha constantemente com citações como forma de construir os efeitos de imparcialidade e realidade, próprios de sua configuração sociodiscursiva. A escolha por esse recurso subordina-se à intencionalidade do enunciador, que, em seu fazer crer, busca a adesão do enunciatário àquilo que foi comunicado e aos valores propagados no discurso.

O segundo mecanismo de projeção da enunciação no enunciado corresponde à debreagem, que representa o “efeito de retorno à enunciação” (Fiorin, 2005, p. 48), provocado pela suspensão das oposições de pessoa e/ou espaço e/ou tempo. Na matéria *Calote no Miss Estado do Rio (Extra, Seção Geral, 31/08/09, p. 5)*, que informa a

inadimplência das Prefeituras de Niterói e Nova Iguaçu no que tange ao pagamento da taxa de participação dos municípios no referido evento, observa-se um caso de embreagem actancial, como o que destacamos na passagem abaixo:

A prefeitura de Niterói informou que o processo para o pagamento de R\$ 12 ainda está em análise na Secretaria de Fazenda no município. Não há previsão para o pagamento.

Já a prefeitura de Nova Iguaçu não respondeu às perguntas do *EXTRA* até o final desta edição

O enunciador, de modo a simular distanciamento em relação ao próprio discurso, instala no enunciado a 3ª pessoa em lugar da 1ª. O apagamento da marca do sujeito cria, portanto, o efeito de sentido de objetividade, ressaltando o papel social daquele que enuncia.

A semântica do nível discursivo ocupa-se em descrever e explicar a transformação das estruturas narrativas em percursos temáticos e o recobrimento destes por figuras.

Tematização e figurativização constituem dois distintos níveis do processo de enriquecimento e concretização do sentido. Na tematização, os valores ideológicos instaurados pelo sujeito no estágio intermediário da significação assumem, no nível discursivo, o estatuto de temas, unidades abstratas responsáveis por categorizar a realidade significante. Situados num universo mais abstrato (já que não se reportam a elementos do mundo natural e/ou construído), os temas exibem função predicativa ou interpretativa: buscam explicar a realidade que, abstratamente, se manifesta na superfície do texto, classificando-a e ordenando-a. A representação dos objetos do mundo no discurso ocorre a partir da figurativização, processo que tem por papel oferecer aos temas a cobertura semântica necessária à sua percepção no mundo. Ou seja, as figuras caracterizam-se por sua função descritiva ou representativa: constroem simulacros do mundo a partir do revestimento sensorial conferido aos percursos temáticos abstratos.

Conforme a predominância de um ou outro procedimento de concretização semântica empregado, o esquema narrativo recebe configurações distintas, podendo, assim, constituir-se como temático ou figurativo. Adverte-se, contudo, que o enquadramento do esquema em uma classificação não o isenta de apresentar elementos característicos da outra. Com efeito, a figurativização da organização narrativa

pressupõe seu investimento por temas, já que representa um patamar de concretização logicamente posterior à tematização. Do mesmo modo, os temas podem aparecer disseminados de modo mais concreto, com a cobertura figurativa.

Para o estudo dos temas e figuras, é preciso levar em conta as redes de relações formadas no texto. A apreensão isolada desses elementos nada diz sobre o sentido global construído. Assim, deve o analista, na busca da significação, ater-se aos encadeamentos dos temas e figuras, isto é, às inter-relações instituídas entre os percursos temáticos e os figurativos.

Os procedimentos de tematização e figurativização possuem função privilegiada na geração da produção do sentido. Permitem a construção das variadas visões de mundo que circulam entre os sujeitos sociais, representando, portanto, o espaço de manifestação de distintos universos ideológicos.

Com a descrição e explicação da sintaxe e semântica relativas a cada etapa, pretende-se chegar até o objeto perseguido durante todo o trajeto analítico: a significação. Assim, o modelo tido por “construção ideal” (Greimas, Courtés, 2008, p. 235) busca, ao investir na exploração dos níveis de abstração, superar a interpretação intuitiva e alcançar não o sentido que o autor real intencionou dizer, mas o sentido que se instaura no interior da cena enunciativa e se mostra como verdadeiro.

A proposta desta seção do capítulo foi oferecer um panorama geral dos postulados teóricos sobre os quais se assenta este estudo, de modo a garantir a compreensão dos capítulos posteriores, especialmente no que tange àquele dedicado à análise. Concluída a exposição dos princípios básicos da semiótica, passa-se, agora, à descrição e apresentação do conceito de modalização, ponto chave desta pesquisa.

## 1.2. Modalização em semiótica

Em semiótica, as modalidades classificam-se, inicialmente, como “predicados que atuam sobre outros predicados (...), que modificam o estatuto de outros predicados” (Fontanille, 2007, p. 169). Os enunciados modais exercem, assim, função táctica, garantindo a articulação entre os actantes e seu enunciado de base (de estado – ser – ou de transformação – fazer) no interior de uma cena predicativa.

Inúmeros são os obstáculos enfrentados pelo analista ao empreender o estudo das modalidades, consideradas sob a ótica semântico-discursiva. Entre eles, destacam-se: (i) a grande variedade de lexemas e estruturas gramaticais que as expressam, complicando e complexificando sua delimitação e descrição; e (ii) a polissemia inerente a esses elementos, responsável pela criação de ambiguidades e imprecisões. (Gomes, 2007; 2009). De modo a atestar as dificuldades apontadas, reproduzem-se abaixo exemplos extraídos da mídia impressa:

(a) Renda mínima *deve* ser de R\$ 1750. Benefício incluiria setor privado depois. (*Crédito consignado para compra de imóvel sairá primeiro para servidores, O Globo, 08/08/06*)

(b) A *suposta* vítima, ainda segundo o depoimento, *teria* então apontado para um colega – o que está sendo acusado de estupro pela jovem – e [*teria*] dito que “o queria”. (*Suposta vítima de estupro teria chamado acusado, O Globo, 20/06/09*)

(c) Mesmo *colocando em dúvida* a lealdade do aliado, o presidente... (*Renan conquista o poder perdido, O Globo, 31/05/09*)<sup>2</sup>

Em (a), o subtítulo da reportagem ilustra a capacidade de um mesmo elemento linguístico poder manifestar diferentes conteúdos modais: probabilidade e necessidade. Com efeito, a forma verbal “deve” não apresenta, nesse contexto, o valor deôntico (relativo ao *dever*) atribuído à categoria modal mais abstrata que lhe é homônima, o que sugere a não coincidência e a conseqüente distinção entre as modalidades e os lexemas que as concretizam.

Os exemplos mostrados em (b) confirmam a possibilidade de um mesmo conteúdo modal ser veiculado na língua por meio de variadas construções lexicais e sintáticas. O uso do futuro do pretérito, do adjetivo *suposta* e da estrutura *colocar em dúvida* condensam uma única modalidade, o *não crer ser*, que sintetiza a noção semântica de incerteza.

Considerando as dificuldades de análise das modalidades, impostas ou pelas inúmeras possibilidades de materialização linguística ou por seu caráter polissêmico, a teoria semiótica propõe a utilização de um modelo hipotético-dedutivo capaz de assegurar a interpretação semântica adequada da variabilidade de ocorrência das modalidades no discurso e sua complexidade. Formula, assim, um conjunto de

---

2 Os exemplos foram transcritos dos dois artigos de Gomes acima aludidos (2007, o exemplo *a* e 2009, os exemplos *b* e *c*).

categorias e estruturas invariantes, as modalidades de base, fundamentando-as segundo dois critérios: (i) o modo de existência que conferem ao sujeito; e (ii) os sincretismos actoriais dos sujeitos do enunciado modal e descritivo.

O primeiro critério estabelecido considera a existência semiótica do sujeito, a que se define apenas a partir de sua relação com o objeto. Quatro são os modos de existência assumidos pelo sujeito: o modo potencializado, que equivale ao *crer*; o modo virtualizado, que corresponde ao *dever* e ao *querer*; o modo atualizado, que representa o *poder* e o *saber*; e o modo realizado, que caracteriza o *fazer* e o *ser*. O modo virtualizado instaura o sujeito, atribuindo-lhe a motivação para o fazer; o modo atualizado qualifica o sujeito para a ação posterior, isto é, dota-o das aptidões necessárias para seu agir. Adquire o sujeito o status de *realizado* no momento em que efetua a ação. Dessa maneira, formula Fiorin (2008b, p. 120), um sujeito pode querer ou dever estar em relação com um objeto, poder ou saber estar em relação com um objeto ou estar em relação com o objeto. Além disso, à etapa da construção da competência precede o ato de crença do sujeito em suas competências (isto é, em seu desejo, em suas obrigações, em suas possibilidades etc) a partir do qual todas as outras etapas se desenvolvem.

No que diz respeito ao segundo critério, classificam-se as modalidades em exotáticas e endotáticas. No primeiro caso, o sujeito modalizador e o sujeito modalizado constituem duas entidades distintas, produzindo no discurso o efeito de sentido de objetividade. No segundo caso, os dois sujeitos reúnem-se em um mesmo ator, dando origem à imagem de subjetividade.

A tipologia das modalidades elementares construída com base nos critérios acima descritos estabelece-se, então, do seguinte modo (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 256).

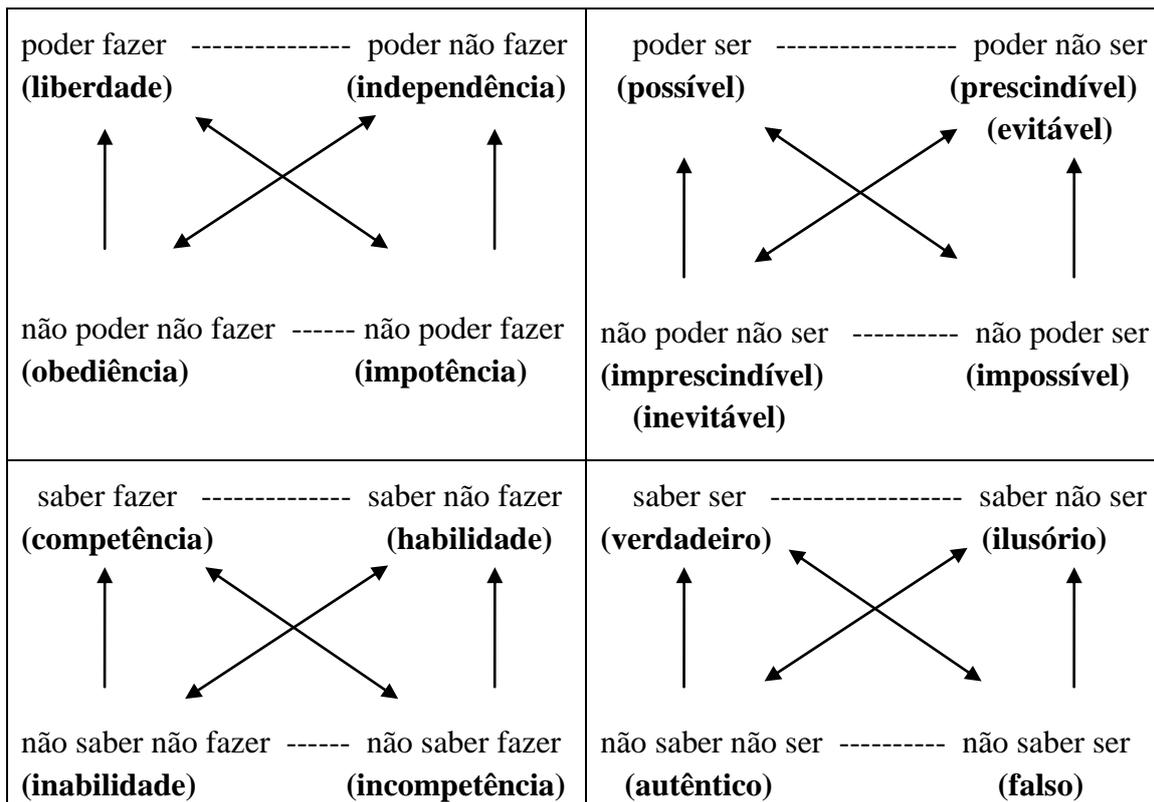
	Potencializantes	Virtualizantes	Atualizantes	Realizantes
Endógenas	Assumir	Querer	Saber	Ser
Exógenas	Aderir	Dever	Poder	Fazer
	Crenças	Motivações	Aptidões	Efetuações

As modalidades podem ser examinadas segundo duas perspectivas: a paradigmática e a sintagmática.

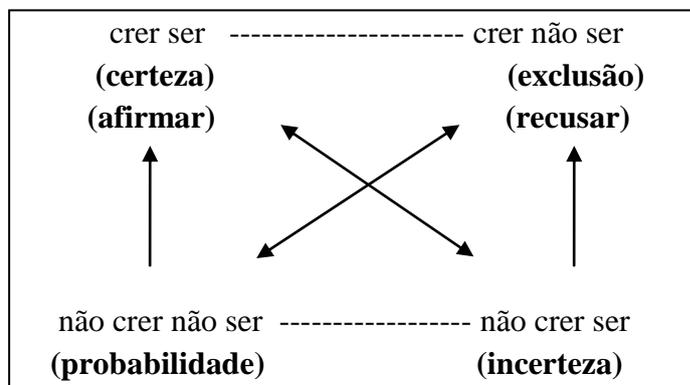
Ao se adotar uma abordagem paradigmática, considera-se a projeção lógica das estruturas modais básicas (*dever*, *querer*, *poder* e *saber*) no quadrado semiótico, que permite a observação das relações de correspondência, contradição e contrariedade instituídas entre as modalidades. Para a compreensão do modo como se processam essas articulações, exibem-se abaixo os quadrados relativos às modalidades elementares que sobredeterminam o ser e o fazer, adaptado de Barros (1988). Embora as investigações desenvolvidas neste estudo centrem-se nas modalidades epistêmicas do *crer* e do *saber*, faz-se a aplicação, em determinadas análises, de outras modalidades; daí a importância de se projetar aqui os quadrados.

**Quadro 1** – Quadro das modalidades básicas

Sobredeterminação do fazer	Sobredeterminação do ser
<p>dever fazer ----- dever não fazer  <b>(prescrição)</b>                      <b>(interdição)</b></p> <p>↑                      ↙                      ↘                      ↑</p> <p>não dever não fazer ----- não dever fazer  <b>(permissão)</b>                      <b>(facultatividade)</b></p>	<p>dever ser ----- dever não ser  <b>(necessidade)</b>                      <b>(impossibilidade)</b>  <b>(indispensável)</b>                      <b>(irrealizável)</b></p> <p>↑                      ↙                      ↘                      ↑</p> <p>não dever não ser ----- não dever ser  <b>(possibilidade)</b>                      <b>(contingência)</b>  <b>(realizável)</b>                      <b>(fortuito)</b></p>
<p>querer fazer ----- querer não fazer  <b>(vontade)</b>                      <b>(abulia)</b>  <b>(volição)</b>                      ↑</p> <p>↑                      ↙                      ↘                      ↑</p> <p>não querer não fazer ----- não querer fazer  <b>(vontade passiva)</b>                      <b>(má vontade)</b>  <b>(nolição)</b></p>	<p>querer ser ----- querer não ser  <b>(desejável)</b>                      <b>(nocivo)</b></p> <p>↑                      ↙                      ↘                      ↑</p> <p>não querer não ser ----- não quer ser  <b>(não nocivo)</b>                      <b>(não desejável)</b></p>



**Quadro 2** – Organização das modalidades epistêmicas



Assumindo a postura sintagmática, levam-se em conta as sobredeterminações e combinações dos dispositivos modais, suas compatibilidades e incompatibilidades e, ainda, a ocorrência de arranjos modais que ajudam a esclarecer a esfera afetiva dos textos.

No que concerne à atuação das modalidades no percurso gerativo dos sentidos, estas podem ser averiguadas nos níveis narrativo e discursivo.

No patamar narrativo da produção de sentido, as modalidades são tomadas como pré-condições da ação transformadora dos sujeitos, pertencendo, portanto, ao domínio do implícito enquanto pressuposto. A aplicação desse princípio ao estudo da etapa narrativa do percurso permite explicar a lógica dos encadeamentos das transformações narrativas, relativas às etapas que antecedem e sucedem o fazer do sujeito.

Como descrito no capítulo anterior, o nível narrativo se caracteriza pela projeção dos enunciados de estado (ser) e de transformação (fazer), que correspondem, respectivamente, às relações entre sujeito e objeto e às operações de transformação de um determinado estado de junção a outro. A articulação desses enunciados engendra os programas narrativos, que desencadeiam os percursos, que, por sua vez, se desdobram em uma sequência constituída de quatro etapas: manipulação, competência, performance e sanção.

Os enunciados de ser e de fazer possuem função modal e descritiva. Isso implica dizer que cada um pode modalizar o outro (incidir sobre o outro, alterando seu estatuto) e, ainda, modalizar-se a si mesmos, construindo uma rede de combinações que dão origem às dimensões pragmática e cognitiva.

A dimensão pragmática compreende o percurso do sujeito, que se desdobra em competência (um *ser-fazer*) e performance (um *fazer-ser*). Explica, portanto, as relações de junção (enunciados de ser) entre o sujeito e os objetos de valor que transitam no discurso, as transformações decorrentes dessas relações (enunciados de fazer) e as aptidões do sujeito para pôr em prática essas transformações.

A dimensão cognitiva abrange as etapas de manipulação (*fazer-fazer*) e sanção (ser-ser), que correspondem, respectivamente, à relação entre destinador e destinatário, em que o primeiro procura convencer o segundo a aceitar os valores propostos e conduzi-lo à ação, e à avaliação (positiva ou negativa) da performance do sujeito manipulado pelo sujeito manipulador.

De modo a garantir uma melhor compreensão das relações transitivas (que ligam o sujeito ao objeto) e comunicativas (que ocorrem entre destinador e destinatário), a semiótica propõe a sobremodalização dos enunciados de ser e de fazer pelo *querer*, *dever*, *poder* e *saber*, empreendendo, portanto, uma reformulação do esquema narrativo,

uma vez que cada etapa pode ser caracterizada como a aquisição ou mobilização de uma modalidade.

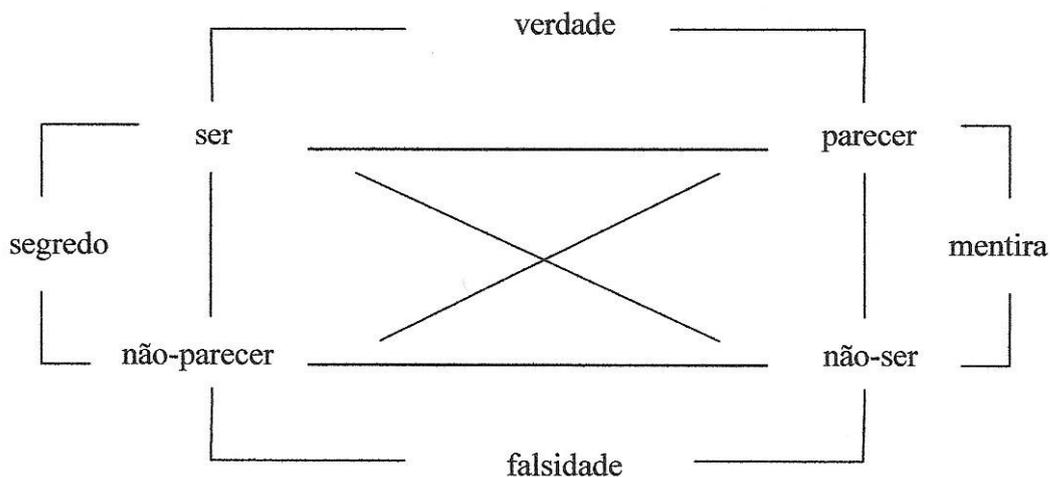
Com efeito, na etapa da manipulação, observa-se a influência das modalidades virtualizantes (o querer fazer e/ou dever fazer) sobre o sujeito manipulado, motivando-o a dar início à ação desejada pelo sujeito manipulador (ou sujeito do fazer persuasivo), com o qual aceitou fixar um contrato de comunicação. Na etapa da competência, posicionam-se as modalidades atualizantes (o saber e/ou poder fazer) com vistas a qualificar o sujeito para a ação posterior, isto é, dotá-lo das aptidões indispensáveis para seu agir transformador. Na etapa da performance – momento em que o sujeito, provido da adequada competência modal, opera a mudança principal da narrativa –, tem-se a participação das modalidades realizantes, como resultado da sobredeterminação empreendida pela combinação das modalidades virtualizantes e atualizantes.

Como forma de ilustrar a dinâmica instituída pelas modalidades ao percurso narrativo, toma-se a seguinte manchete (apud Paquieli, 2009), publicada pelo jornal *O Globo* em 24/04/08: “Obras de recuperação da lagoa de Piratininga: inauguração após 4 anos”

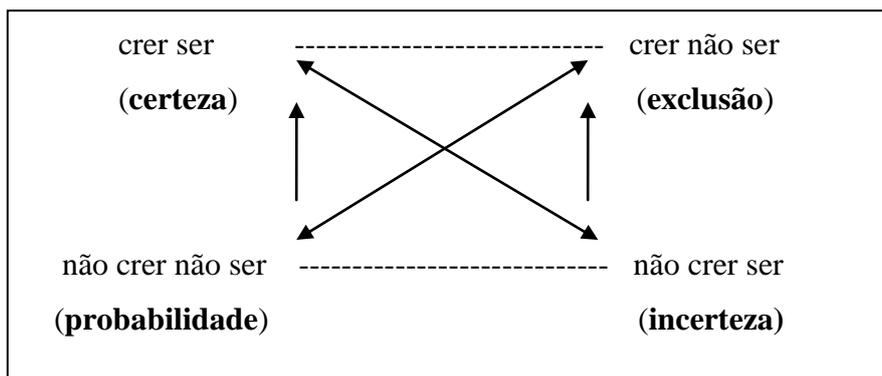
A chamada em destaque, ao anunciar a entrega oficial das obras de recuperação da referida lagoa, concretiza uma das etapas do percurso: a etapa da ação ou performance. Embora não se observe a presença de enunciados modais na superfície do texto, pode-se reconstruí-los por meio da inferência, visto que etapas anteriores à efetuação da obra encontram-se necessariamente implicadas no texto. Assim, subjaz à ação de realizar a obra, em primeiro lugar, o desejo ou a obrigação de realizá-la e, em um segundo momento, a possibilidade de realizá-la e a aptidão para realizá-la.

Constata-se, assim, que as modalidades básicas que sobredeterminam o fazer, ainda que não discursivizadas, incidem sobre as ações narrativas, impondo-se como condições lógicas e necessárias à performance transformadora do sujeito e explicando a organização interna do esquema canônico abstrato. Configuram-se, então, no discurso, textos que manifestam todas as etapas do percurso e textos que materializam algumas dessas etapas. No último caso, há a suspensão da narrativa e conseqüente introdução de uma série de roteiros possíveis ou a recuperação das etapas por meio do processo de implicação.

A fase da sanção (fase de fechamento do percurso, em que a performance do sujeito é julgada segundo o sistema de valores acordados na manipulação) é organizada a partir da modalização de um enunciado de estado por outro enunciado de estado. Desse arranjo decorrem as modalidades veridictórias, que se articulam pelas categorias básicas *ser* e *parecer* e se referem à verdade ou falsidade das relações juntivas que ligam sujeito e objeto de valor. A validade dessas relações pode ser determinada pelo destinador-julgador ou pelo destinatário (em resposta ao fazer persuasivo do destinador-manipulador), que operam um fazer interpretativo, partindo da manifestação (*parecer* ou *não-parecer*) para alcançar a imanência (*ser* ou *não-ser*). Assim, os fatos podem ser julgados como verdadeiros (*ser* e *parecer-ser*), falsos (*não-ser* e *não-parecer*), mentirosos (*parecer* e *não-ser*) ou secretos (*não-parecer* e *ser*).



À avaliação de caráter veridictório sobrepõem-se as modalidades epistêmicas do *crer*, provocando uma reinterpretação dos enunciados de estado, que passam a ser entendidos como *certamente verdadeiros*, *provavelmente verdadeiros*, *certamente falsos* e assim por diante, como se pode verificar na sistematização das modalidades epistêmicas do *crer* no quadrado semiótico abaixo:



De acordo com Barros (1988, p. 58), o julgamento ou ato epistêmico constitui “uma transformação de um estado de crença em outro”. Tal transformação resulta do processo de reconhecimento da verdade, depreendido a partir do confronto entre os valores mostrados pelo sujeito do fazer persuasivo e os pertencentes ao universo epistêmico particular do sujeito interpretante.

De modo a ilustrar a atuação das modalidades epistêmicas e veridictórias, tome-se como exemplo o texto jornalístico, objeto do presente estudo. Nele, observa-se o empenho do jornalista, ao se valer de determinados recursos linguísticos e discursivos, em levar o leitor a aceitar a realidade de seu relato – condição necessária e indispensável à existência do próprio discurso jornalístico. Induz-se o leitor a acreditar que os estados e fazeres que se lhe propõem parecem e são verdadeiros (ou falsos, mentirosos etc). Opera-se, portanto, um *fazer-criar* por meio de um *fazer-parecer-verdadeiro*.

Em relação ao estudo das modalidades no nível discursivo, estas são entendidas, sob a ótica sintática (ou seja, sob perspectiva das relações transitivas de categorias semânticas), como “tudo o que assinala a atividade subjetiva da instância do discurso” (Fontanille, 2007, p. 170), o que significa dizer que se revela como um índice das atitudes, opiniões e pontos de vista do sujeito da enunciação em relação ao seu dizer. Por representar um enunciado hiperotáxico, o enunciado modal age sobre outro, introduzindo um foco e conferindo ao texto uma direção argumentativa. As modalidades atingem tanto a enunciação quanto os enunciados e os dizeres projetados no discurso por um narrador instaurado pelo sujeito da enunciação.

Os efeitos da atuação das modalidades sobre a enunciação podem ser percebidos no exemplo que segue, um fragmento da já referida reportagem *Obras de recuperação da lagoa de Piratininga: inauguração após 4 anos* (Paquieli, 2009, [s.n.]): “A região sofreu com os constantes processos de assoreamento e despejo irregular de esgoto”. (*O Globo*, 24/04/08).

Ao articular o actante do enunciado (figurativizado no texto como “região”) ao predicado modal que conjuga as estruturas *não querer ser* e *saber ser* (manifestado pela forma verbal “sofreu”), o enunciador deixa ver seu posicionamento a respeito da realidade que relata. A presença da unidade lexical “sofreu” implica a ausência de outras unidades, menos intensas, como, por exemplo, “passou”. A escolha pela primeira

forma denota a interferência e a subjetividade do enunciador, que marca como indesejada a situação em que se encontrava a região da lagoa. A modalização no enunciado, portanto, deixa ver a presença do sujeito no discurso, configurando-se com um índice da enunciação.

No trecho a seguir recuperado (Gomes, 2007), a modalidade deôntica do *dever não fazer*, concretizada pelo particípio “proibidos”, incide sobre o enunciado “receber correspondência”, indicando a interdição desta ação: “Os servidores de Magé foram proibidos, por decreto da prefeita Nubia Cozzolino, de receber correspondência. (*O Globo*, coluna *Ancelmo Góis*, 27/04/07).

As modalidades interferem ainda nas falas dos actantes do enunciado, indicando o caminho argumentativo construído pelo enunciador, como demonstra o seguinte exemplo retirado de Gomes, 2007:

– Há quatro anos aguardamos que amostras de cerca de 500 substâncias proibidas (incluindo a maconha, cocaína e anfetaminas) cheguem ao laboratório. O que temos em estoque não atenderia às necessidades do Pan se o evento começasse amanhã – *admitiu* o diretor da Ladetec, Francisco Radler de Aquino Neto. (*O Globo*, 27/04/07)

A adesão ao dizer verdadeiro do interlocutor, o diretor da Ladetec, é atestada pelo emprego da estrutura modal epistêmica *não crer ser* modificada para um *não crer não ser*, lexicalizada pelo verbo *admitir*. O enunciador, ao tentar camuflar sua opinião, recorre, astutamente, à voz autorizada e legitimada do diretor de um órgão técnico especializado para denunciar a demora no envio de amostras de substâncias proibidas. Desse modo, direciona o discurso sob o seu ponto de vista e faz com que o enunciatário reconheça como verdadeiro o valor ideológico transmitido, o que comprova o importante papel assumido pela modalização na argumentatividade da língua.

As modalidades podem se configurar no discurso sob a forma de enunciados simples ou complexos. Neste último caso, observa-se a sobredeterminação de um enunciado modal por outro, introduzindo mediações e tornando mais lento o processo de enunciação. Com efeito, as modalidades alteram o modo de existência dos predicados sobre os quais incide, isto é, mudam seu grau de presença em relação à instância do discurso. Considerando que a existência é estabelecida a partir de uma gradação cujos polos extremos seriam o virtualizado e o realizado, a intervenção das

modalidades no discurso retarda a realização do processo, colocando-a em segundo e enfraquecendo sua presença no campo perceptivo. Sendo assim, quanto maior a quantidade de condições modais a que o processo está sujeito, mais distante ele se encontrará do centro de referência (Fontanille, 2007, p. 173-174). Para oferecer uma amostra de como se opera esse distanciamento, toma-se a fala de um delegado responsável por investigar um caso de estupro, invocada pelo narrador em notícia publicada em *O Globo*, exemplo retirado de Gomes, 2009:

“Não posso dizer que ela falseou a verdade. Mas há contradições. Ela, por exemplo, lembra que um rapaz foi embora antes dos outros, mas *não sabe* quantos *teriam* participado do *suposto* estupro” (*O Globo*, 20/06/09)

Com base na análise efetuada pela autora, observa-se que a fala do delegado reorganiza o episódio narrado pela vítima de acordo com a sua ótica e oferece ao leitor uma versão diferente da até então apresentada. O discurso da vítima é questionado pelo delegado, que o toma como inverossímil e incerto. Tal julgamento pode ser apreendido por meio do reconhecimento dos procedimentos de modalização empregados. O testemunho declarado pela vítima, que indica a inexatidão em relação ao número de pessoas envolvidas na prática do ato libidinoso, é sobredeterminado por um *não saber* (lexicalizado pela expressão *não sabe*) e um *não crer ser* (concretizado pelo emprego do futuro do pretérito no verbo *ter* e reiterado pelo adjetivo *suposto*),

[...] pondo em dúvida a participação dos acusados e a própria existência do crime, tendo, assim, o delegado imposto um distanciamento entre sua posição e a agressão relatada pela vítima, demonstrando um certo julgamento desfavorável em relação ao seu depoimento. (idem)

Além de incidirem sobre as relações transitivas (que ligam enunciador e enunciatário e enunciado e enunciação), as modalidades podem apresentar compatibilidades e incompatibilidades combinatórias. Consoante Barros (1988, p. 54), a reunião de modalidades compatíveis mobiliza e impulsiona o desenvolvimento da narrativa, concorrendo para a efetuação da ação central. Já a junção de modalidades incompatíveis incide negativamente sobre a continuidade do percurso, adiando-o, retardando-o e/ou suspendendo-o. Desse modo, o arranjo desarmônico entre um *querer fazer* e um *não saber fazer* pode caracterizar e justificar, por exemplo, a inércia de um dado sujeito.

Essas compatibilidades e incompatibilidades desencadeiam no discurso percursos modais, o que permite o aparecimento das paixões, derivadas de arranjos provisórios de modalidades, de intersecções e combinações de modalidades diferentes.

Sob essa perspectiva, as modalidades passam a ser compreendidas como “valores que definem papéis e atitudes diante do mundo e em um percurso de vida” (Fontanille, 2007, p. 181). Pensadas assim, como valores que incidem sobre os sujeitos, relacionam-se com o afeto e a sensibilidade, gerando, no discurso, os efeitos de sentido passionais.

No nível discursivo de geração de sentido, contemplam-se, então, os papéis modais e passionais assumidos pelos atores do discurso, organizados em percursos modais e patêmicos e figurativizados em comportamentos, atitudes e emoções observáveis.

Enfim, a modalização, intrínseca ao próprio ato de enunciar, constitui um dos procedimentos linguísticos responsáveis pela construção das imagens do enunciador e do enunciatário, bem como de sua interação comunicativa, explicando a orientação argumentativa e ideológica dos textos e se afirmando como fundamental para o entendimento da discursivização dos posicionamentos enunciados.

### 1.2.1. Modalidades epistêmicas

A impossibilidade de, nos textos jornalísticos, se construírem relatos objetivos e imparciais, absolutamente isentos de uma tomada de posição e de uma orientação discursiva, faz emergir a tensão entre dois polos discursivos: a objetividade, característica imposta aos gêneros notícia e reportagem, pré-condição de sua existência, e a subjetividade, propriedade inerente a todo e qualquer discurso.

Para o entendimento dessa tensão, é preciso considerar a complexidade do ato de comunicação, que compreende não só um *fazer saber*, mas também, e sobretudo, um *fazer crer*.

A ausência de neutralidade por parte do sujeito que enuncia, comprovada pela análise do funcionamento e constituição das notícias e reportagens, permite caracterizá-

lo como ser dotado de uma competência modal variável (Greimas *apud* Gomes, 2009, [s.n.]), atestando a supremacia do *fazer crer* da comunicação sobre o *fazer saber*. Com efeito, a crença e confiança no discurso enunciado encontram-se implicadas no processo de aquisição de conhecimento, à medida que a transformação de um estado de *não saber* para a admissão de um saber, concretizada pelo cotejo entre informações novas e já dadas, só se opera se se reconhece como verdadeiro o dizer transmitido.

Acrescenta-se a isso o fato de o fazer persuasivo do enunciador ser também condicionado por uma base epistêmica, já que, antes de oferecer seu discurso à avaliação do enunciatário, realiza igualmente um fazer interpretativo, fundado na já mencionada comparação entre dados novos (constituídos de testemunhos ouvidos e fatos percebidos) e já conhecidos (formados de saberes e crenças acumulados em sua vivência). O equilíbrio discursivo entre a apresentação das informações consideradas novas e desconhecidas e a repetição ou reiteração das informações já dadas e conhecidas incide tanto na produção do enunciado, resultando num posicionamento do enunciador face aos relatos construídos, quanto no fazer interpretativo do leitor. O fazer persuasivo pressupõe ainda o estabelecimento de um contrato de confiança entre o enunciador e o enunciatário (leitor do jornal), devendo este aderir aos valores que lhe são propostos.

A construção da confiança impõe-se a partir do estabelecimento, no discurso, do senso de pertencimento ao simulacro de mundo mostrado. Ou seja, deve o jornalista, com vistas ao sucesso de seu fazer persuasivo (e a atingir a confiança do leitor, portanto), ajustar a percepção criada sobre o fato relatado às expectativas e interesses do leitor. Além disso, precisa realizar um *fazer crer* por meio de um *fazer parecer verdadeiro*. Assim, parafraseando Gomes (2009), o jornalista, de modo a simular a verdade da narrativa, lança mão das debreagens actancial e espacial enuncivas, isto é, projeta uma narrativa em terceira pessoa e instala um espaço que se distancia do espaço da enunciação. A instauração do tempo narrativo é, contudo, enunciativa, dada a necessidade de se construir a imagem de atualidade e realidade próprias ao discurso jornalístico. O lugar reservado no discurso às vozes dos sujeitos envolvidos no relato narrado representa também uma estratégia para escamotear a subjetividade do jornalista e conferir à narrativa o efeito de realidade.

Ao lado desses, outros recursos linguísticos e discursivos figuram na constituição dos textos jornalísticos e concorrem igualmente para induzir o leitor a reconhecer os acontecimentos noticiados como representações da realidade, acreditando ou confiando no simulacro de imparcialidade construído textualmente pelo jornalista e assumindo, portanto, os valores ideológicos veiculados como parte do contrato firmado.

Apesar do empenho do jornalista em provocar o efeito de objetividade por intermédio dos recursos supracitados, verificam-se no discurso traços lingüísticos, entre eles a modalização, que desvelam a subjetividade inerente a todo ato enunciativo, apontando para a presença do enunciador em seu dizer. Assim, ao oferecer sua versão sobre os acontecimentos do mundo, pode mostrá-los como certos, possíveis, duvidosos, incertos etc dependendo da orientação argumentativa que deseja imprimir.

Os efeitos de sentido de objetividade e subjetividade, presentes na constituição de todo fazer midiático, podem conjugar-se ou articular-se de forma desigual, dados os propósitos enunciativos de cada segmento jornalístico. A oscilação decorrente, ao mesmo tempo, da atenuação de um simulacro e do fortalecimento de outro possibilita a apreensão, na totalidade discursiva midiática, de modos de enunciação distintos que buscam, igualmente, o reconhecimento e identificação por parte de seus leitores. Como esses efeitos combinam-se no discurso para fixar as imagens pretendidas pelos diferentes segmentos jornalísticos, especialmente o popular, é o que se intenciona mostrar no capítulo seguinte, que exhibe a caracterização das imprensas de referência e popular, com ênfase nesta última, já que representa objeto de análise desta pesquisa.

## MÍDIA IMPRESSA

### 2.1. O jornalismo de referência

Os meios de comunicação de massa assumem significativa importância no quadro da sociedade contemporânea, impactando diretamente em seu estilo de vida e ditando normas e padrões de comportamento. Basta um pequeno olhar sobre o cotidiano para constatar a absorção dos valores propagados pela mídia em classes de indivíduos distinguidas segundo o poder econômico e cultural que detêm.

Para além da função de produtores e difusores de conhecimento, os meios de comunicação de massa cumprem ainda o papel de mediadores do conhecimento, possibilitando, a partir da veiculação de informações, o contato com a “realidade” e intervindo no seu processo de apreensão dessa mesma “realidade”. As interpretações e representações produzidas são compreendidas como “modelos de referência” (Gomes, 2008, p. 19). Desse modo, afetam a percepção da vida cotidiana, já que atuam sobremaneira na constituição dos saberes que se constroem sobre o mundo.

Dentro desse cenário midiático, destaca-se, neste trabalho, o jornal popular impresso e elege-se como objeto de estudo e investigação o gênero notícia jornalística, dado o seu poder de abrangência e grau de influência sobre a população de massa.

Para pensar o jornal popular, é antes necessário refletir a respeito do jornal, percebido enquanto totalidade discursiva a partir da qual se desdobram e se definem outras totalidades, entre elas a narrativa jornalística popular, foco desta pesquisa.

Discini (2009), ao buscar conceituar dois universos midiáticos distintos, a *grande imprensa* e *imprensa popular*, oferece uma leitura semiótica do fazer jornalístico, mostrando a narratividade intrínseca a ambos os “corpos” discursivos, característica, portanto, a qualquer enunciado jornalístico. Segundo a autora, o programa de base sobre o qual se estrutura a comunicação jornalística concretiza-se da seguinte

maneira: um sujeito é seduzido e tentado a querer e dever estabelecer a conjunção com o objeto (investido de valor modal) “saber informações de uma dada realidade”. A crença e a confiança no desejo e necessidade criados mobilizam o destinatário-leitor a empreender a ação prevista, isto é, a consumir o jornal eleito, o que implica sua compra e leitura. O cumprimento da performance esperada conduz ao sancionamento positivo do destinador, que premia e recompensa o sujeito manipulado com o objeto de valor prometido. A posse da informação desencadeia a alteração do estatuto cognitivo do sujeito, que rompe com seu estado inicial de ignorância e assume posição na escala do conhecimento. Ao ofertar-lhe determinado conjunto de saberes, o destinador provoca no destinatário-leitor o sentimento de identificação e pertencimento ao universo de valores a que o expõe. Essa “ilusão discursiva da auto-inclusão” acaba por estimular o leitor a querer e dever se informar mais sobre a realidade que lhe é “própria” (ibidem, p. 118). Assim, o contrato de manipulação proposto pelo jornal é revalidado, repetido e reiterado a cada dia, como forma de reforçar a almejada inserção do sujeito no mundo projetado pelo discurso.

Esse movimento, que caracteriza e dá forma ao percurso midiático, revela a relação de reciprocidade instituída entre os sujeitos da enunciação, que, por força de um reconhecimento mútuo, agem conjuntamente na elaboração de uma competência, responsável por garantir a ambos, ao enunciador e ao enunciatário, o desempenho dos papéis exigidos pela dinâmica jornalística. Como afirma Discini (ibidem, p. 119), “O primeiro constrói o que deve e pode tornar-se objeto de desejo, supridor de uma falta; o segundo, busca entrar em conjunção com tal objeto, tentando suprir a própria falta.”

Nessa perspectiva, o jornal se impõe como produtor de sentidos, como fonte de significados e interpretações de uma realidade específica, fazendo crer que preenche as lacunas cognitivas do sujeito e atendendo a sua necessidade primária de informação.

Embora todo fazer midiático esteja assentado sobre uma base contratual comum, como descrito acima, há variações quanto ao modo de discursivizar esse fazer, de fazer saber, de construir realidades ou simulacros de realidade, dadas as diferenças entre os propósitos comunicativos de cada segmento jornalístico. Assim, estratégias distintas são empregadas para persuadir o enunciatário a aderir ao dizer do enunciador (a crer nesse dizer, portanto) e, com isso, ler o jornal tomando como verdades as informações nele contidas.

Para o levantamento das estratégias que se apresentam nas narrativas jornalísticas da chamada *grande imprensa* e da *imprensa popular*, Discini (2009) parte das diferenças apreendidas na e pela comparação entre uma e outra totalidade, na tentativa de definir a individualidade de cada “corpo” enunciativo e oferecer-lhe uma configuração teórica adequada.

Adotando o caminho metodológico seguido pela autora, pretende-se, primeiramente, expor e comentar as contribuições teóricas que auxiliam no entendimento do conceito de *grande imprensa* e de sua forma particular de fazer jornal. Tendo realizado essa descrição, passa-se, então, à indicação dos princípios norteadores da noção de *imprensa popular*, os quais são construídos sobre os postulados apresentados anteriormente, já que o sentido desta vertente somente se estabelece na relação com a outra, a “grande” ou a “séria”, oposta e diferente.

A *grande imprensa*, a *imprensa séria* ou o *jornalismo de referência* (terminologia adotada por Márcia Amaral, 2006, e eleita neste estudo) traz em seu bojo valores das teorias do Iluminismo e da Liberdade de Imprensa, que fixam na “coisa pública” o objetivo central da prática deste segmento, o que a condiciona à esfera social e coletiva. Segundo essa ótica, o jornalismo considerado de referência existe para o público e é em função deste que deve atuar, atendendo a suas necessidades e servindo a seus interesses.

A perspectiva liberal confirma-se no Código de Ética da Associação Nacional de Jornais (apud Amaral, 2006, p. 56), que estatui que aos *jornais de referência* cabe “apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses”. Desse modo, acontecimentos situados no eixo do privado ou particular não deveriam figurar como notícias em tais jornais, que, como instrumentos de informação e expressão do povo (do público), devem relatar e retratar os fatos a partir do ponto em que afeta o social, e não o individual. Nessa condição, acabam por assumir o estatuto de “defensores” da maioria da população, respondendo a suas inquietações e necessidades, de forma a comprometer-se com o bem-estar da comunidade a que se reportam.

Embora se firme pelo princípio da utilidade pública, seria utópico pensar na atividade jornalística em questão como uma prática regida plenamente por seus valores internos, legados da tradição liberal. Isso porque qualquer jornalismo, seja ele *de*

*referência* ou *popular*, abriga esferas ideológicas próprias, correspondentes às diversas figuras sociais que participam ativamente do processo de produção da notícia: proprietários, anunciantes, jornalistas e leitores. O constante conflito de interesses entre essas entidades configura a tensão característica de todo campo jornalístico, que deve buscar o equilíbrio entre as expectativas das diferentes demandas para alcançar seu objetivo como “indústria cultural”: a venda do jornal.

À visão mercadológica do jornal se sobrepõe, contudo, o consenso de que o discurso padrão do *jornalismo de referência* se oriente pelo princípio da informatividade, transformando em notícia apenas fatos tidos por relevantes publicamente, ou seja, fatos capazes de atingir um grande número de pessoas.

Cumprido deixar claro que não se está postulando aqui que o *jornalismo de referência* desconsidere, em sua constituição, o interesse comercial, visto que todo fazer jornalístico mobiliza-se, em certa medida, por esse valor. A transformação do jornal em mercadoria, em “bem de consumo corrente” (Landowski apud Discini, 2009, p. 117) é evidência incontestável, dada a sua necessidade de sobrevivência e inserção em um universo social e cultural governado pela lógica econômica capitalista, que, conforme Amaral (2006, p. 23), chega mesmo a interferir na definição do modo de ser de toda imprensa. No entanto, o fator comercial parece não preponderar no *jornalismo de referência*<sup>3</sup>, ajustando-se ao modo de construção de sua credibilidade, ao seu modo de fazer crer. Em outras palavras, o sucesso de compra e utilização (que, semioticamente, se traduz pela concretização da etapa da performance) depende da confiança do leitor no prestígio e qualidade do jornal. A credibilidade, neste caso, se funda, portanto, em tais princípios, que, por sua vez, se ancoram na verdade e objetividade, conceitos formadores da “mitologia do *jornalismo de referência*”, como diz a autora (Amaral, 2006, p. 55).

A imagem de um jornal “de prestígio e qualidade”, “defensor dos interesses da cidadania”, “pautado pela verdade e objetividade”, “isento e equilibrado na forma de narrar” se delinea a partir de um discurso abstrato e conceitual, que se materializa em determinadas escolhas linguísticas. Lage (2006) sistematiza tais escolhas e, assim,

---

3 Constrói-se, no segmento jornalístico de referência, o simulacro de que o interesse coletivo se superpõe ao comercial. Em outras palavras, faz-se crer, por meio de um fazer parecer, que o jornal só existe e circula para atender a esse “interesse coletivo”.

apresenta sob o rótulo de “gramática da notícia” as restrições linguísticas impostas ao texto jornalístico. Dentre as estratégias apontadas pelo autor para a discursivização do simulacro de objetividade, destacam-se:

- (a) A economia do código linguístico, que implica a diminuição tanto do “número de itens léxicos (palavras e expressões) quanto do número de operadores de uso corrente” (Lage, 2006, p. 23). A proposta de uma linguagem seca de adjetivações, enxuta de redundâncias, clara e direta parece garantir uma maior comunicabilidade entre os sujeitos da enunciação, auxiliando no processo de produção e compreensão das mensagens.
- (b) A impessoalização do texto, instalada pelo mecanismo da debreagem actancial enunciativa e representada linguisticamente pelo emprego da terceira pessoa e da voz passiva.
- (c) A proibição do uso de vocabulário próprio ao campo semântico da subjetividade: “não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*” (Lage, 2006, p. 26).
- (d) A precisão na referencialização do conteúdo das narrativas, por meio da indicação detalhada das pessoas envolvidas no fato a ser noticiado e do espaço e tempo em que se desencadeia a ação principal: “Não se escreve ‘alguns manifestantes’ mas, sempre que possível, ‘10, 12 ou 15 manifestantes’. Não se diz que uma vila está ‘perto’ de uma cidade; antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem” (Lage, 2006, p. 27).

Acrescenta-se a esses recursos gramaticais e discursivos a construção da “heterogeneidade discursiva” (Discini, 2009, p. 129), que se revela nos diferentes pontos de vista e interpretações oferecidos pelo jornal sobre o universo narrado. Essas vozes, aparentemente conflituosas e polêmicas, falam, contudo, o mesmo texto; repetem-se e se reproduzem, já que se orientam por um único caminho ideológico, o seguido pelo jornal, não devendo dele desviar. O suposto acolhimento de diversas “verdades” pretende, desta maneira, atingir o ideal de imparcialidade, perseguido pelo *jornalismo de referência*.

Constata-se, diante desse quadro, que verdade e objetividade, valores-mito do *jornalismo de referência*, não passam de simulacros, isto é, representações construídas no e pelo texto; efeitos de sentido provocados pela utilização de um conjunto

determinado de procedimentos linguísticos que camuflam a presença do sujeito e fazem crer (porque fazem parecer ser) que este se encontra afastado ou distante da enunciação. É como se os fatos e acontecimentos se narrassem por si mesmos, dada a ideia de fidelidade ao real causada pela discursivização da “negação” da subjetividade.

O uso contínuo destes e de outros recursos que igualmente concorrem para a ilusão do apagamento da enunciação acaba por conferir ao jornal uma face “imparcial”, “séria”, “social”, traçando sua identidade e, simultaneamente, a de seu público leitor, que tem sua imagem refletida no jornal espelhado pelo discurso. Desse modo, dialoga-se com um enunciatório que se supõe também austero, interessado no mundo público, instruído, qualificado e, ainda, formador de opinião. O reconhecimento dessas máscaras apresenta-se como uma das condições para que se cumpram os objetivos do contrato de comunicação (ou manipulação) estabelecido entre empresa jornalística e público leitor: a performance do destinatário (evidenciada na aquisição e leitura do jornal) só se realiza se o destinador assumir suas expectativas e lhe vender informações sobre um universo de crenças e valores com o qual o destinatário-leitor se identifique, do qual se sinta parte.

A ideia de que o fazer persuasivo do jornal se traduz na assunção das expectativas do leitor pode induzir à crença de que este interfere significativamente no processo de seleção e ordenação dos eventos a serem transformados em notícias. Contudo, como avalia Gomes (2008, p. 22), tal questão envolve uma complexidade maior do que manifesta. Segundo a autora, de fato, determinados acontecimentos repercutem na mídia com vistas a suprir as necessidades de sua comunidade leitora. Por outro lado, ainda quando as escolhas sobre que fatos podem e devem adquirir o estatuto de notícias parecem prescindir da participação do público leitor, sua influência é simulada pela crença de que no dizer enunciado ecoa a voz da “opinião pública”, que, embora seja apenas um produto do discurso, no jogo de poder organizado pela mídia, ganha existência e assume função importante.

Gomes (2008, p. 23), ao tratar da participação do público leitor na produção do texto jornalístico, se apoia em Landowski, que postula ser a opinião pública a “mediadora entre o ‘público’, considerado como uma coleção de indivíduos, desorganizados, desqualificados, portanto, como emissores, e a classe política, que vê na opinião a personificação do ‘povo’”. Desse modo, a “opinião pública” transita entre

dois espaços ideológicos, promovendo sua interação a partir do reconhecimento de suas necessidades e interesses.

O jornalista cumpre, nesse cenário de representação midiática, o papel de “porta-voz da opinião pública”, em virtude de seu saber especializado, que lhe confere autoridade e legitimidade para manifestar as aspirações sociais do “povo”. Assim sendo, comenta e analisa as ações da classe política e faz saber o modo como o público as percebe e recebe. Com isso, as condutas do “poder” subordinam-se às interpretações veiculadas pela mídia, revestidas sob a capa da “opinião”. A legitimação de tais condutas condiciona-se, portanto, ao crivo do “povo”, que deve reconhecê-las e aceitá-las para que estas circulem de modo favorável no mundo público.

O movimento de manipulação realizado pela opinião ocorre não só em direção à classe política, mas também se dirige ao próprio público, que é levado a se identificar com a imagem que dele é projetada e a assumir a identidade proposta. O segundo movimento descrito recebe de Landowski (apud Gomes, 2008, p. 24) a denominação “estrutura de manipulação segunda”, que, conforme o autor, se revela em estratégia de controle e domínio sobre as “multidões”, uma vez que lhe impõe “uma representação normativa de seu próprio modo de existência”. A “opinião” disciplina, assim, dois corpos ideológicos distintos que, submissos e frágeis, se submetem aos comportamentos e pontos de vista ditados pela mídia.

Este mecanismo, além de evidenciar o poder e a influência da imprensa sobre a vida das pessoas, delata a presença de uma voz, que, apesar de abafada pelo simulacro de imparcialidade e objetividade, faz ouvir a subjetividade do discurso enunciado pelo *jornalismo de referência*.

A subjetividade mostrada no mecanismo acima descrito pode ser também observada em outros fatores, que, ao lado deste, interferem na produção das narrativas jornalísticas, nelas introduzindo marcas de um eu, instância necessariamente pressuposta a toda atividade enunciativa.

Uma leitura menos atenta e mais ingênua das notícias pode oferecer a impressão de que os valores por elas apresentados se encontram condicionados apenas à perspectiva social e política do jornalista que as assina. No entanto, além dessa imposição, a notícia obedece a outras, fixadas por uma estrutura de produção

responsável por “filtrar” seu conteúdo, isto é, por elegê-lo e organizá-lo, relativizando, dessa maneira, a autonomia do jornalista.

O processo de “filtragem” da informação tem início na pauta, documento que orienta o trabalho jornalístico, definindo as matérias a serem priorizadas, suas possíveis abordagens e a forma que devem assumir. Tal percepção é ampliada por Rossi (apud Gomes, 2008, p. 20), que adverte ser a pauta não só um guia de edição que sugere ou propõe temas para posterior divulgação, mas também, e sobretudo, um instrumento de manipulação que impõe um modo de apurar e publicar informações; funciona, na visão do autor, como uma “espécie de Bíblia”, que provoca “distorções e limitações” e acaba por tolher a atividade do jornalista.

Entre as “distorções”, destaca-se, em primeiro lugar, o fato de a elaboração da pauta ocorrer com base naquilo que se publica em outros jornais, o que redundará na homogeneização dos discursos veiculados, que, por sua vez, faz circular as mesmas “verdades”, reforçando-as.

Consideram-se, ainda, no processo de composição da pauta, as informações repassadas por jornalistas de setores específicos e *press-releases* (documentos divulgados por assessorias de imprensa). Tais conteúdos são acatados e priorizados pelos jornais, ainda que relevantes apenas para uma parcela do público a que se destinam.

O excesso de pormenores verificado na pauta constitui também fator que colabora para a “distorção” a que se refere Rossi, já que obriga o jornalista a percorrer o caminho por ela indicado e, assim, o mantém sob o jugo dos proprietários e diretores da empresa jornalística, os quais têm a garantia de que o conhecimento difundido será o previsto e o permitido.

As “distorções” no trabalho jornalístico não são geradas somente pela pauta. De acordo com Gomes (2008, p. 20), ao lado dela, figuram outras condições a serem cumpridas, como a diagramação do jornal. O modo de apresentação das notícias – a forma, tamanho e enfoque que devem possuir no espaço limitado da página impressa – é estabelecido pelos editores do jornal, que buscam, assim, conservar, em toda a publicação, a identidade forjada.

No que se refere ao tamanho e à quantidade de notícias, a autora defende que a publicidade desempenha função decisiva na determinação destes aspectos, que dela dependem para se constituírem no espaço do jornal. Quanto maior o volume de anúncios a propagar, menor o espaço destinado à informação. O contrário, no entanto, não se verifica, confirmando a soberania da publicidade sobre a informação.

[...] é a publicidade e não a redação que comanda o total de páginas com que será publicado o jornal: um grande número de anúncios traz consigo um relativo aumento no número de páginas, mas um grande volume de notícias não tem a mesma consequência. (Rossi, apud Gomes, 2008:21)

Dado o conjunto de “distorções e limitações apresentado”, a subordinação do jornalista às intervenções mostradas atesta a subjetividade do discurso jornalístico, a qual se revela no embate entre instâncias enunciativas diversas e direciona o fazer interpretativo do leitor segundo uma intencionalidade argumentativa. As interferências observadas no processo de produção das narrativas jornalísticas demonstram, portanto, que estas não se constituem em reflexos da realidade, como pretendem ser e fazer crer; ao contrário, são impressões, interpretações, simulacros de uma realidade criada pelo discurso.

## 2.2. O jornalismo popular

Em oposição ao jornalismo identificado pelo “prestígio” e “repercussão nacional”, fixa-se o segmento de jornais marcado pelo simulacro de aproximação. Trata-se do *jornalismo popular*, que, segundo Amaral (2006, p. 16), representa “um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vista, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato”.

A partir da conceituação exibida acima, depreende-se que a construção da credibilidade nesse tipo de prática jornalística se faz a partir do enfoque ao individual, ao privado. Ao contrário do *jornalismo de referência*, que projeta realidades de maior amplitude (informa, por exemplo, sobre a política e economia nacionais e internacionais), abarcando “universos de referência” (Landowski apud Gomes, 2008, p. 28) maiores e diversificados, o *jornalismo popular* elege retratar o mundo de

experiências imediatas do leitor. Assim, por meio da discursivização do cotidiano do enunciatário, alcançam-se os efeitos de aproximação e intimidade almejados.

A preferência pelo “individual” em detrimento do “social” parece encontrar justificativa no público a que se destina o jornal popular. Integram o mercado consumidor desse segmento as camadas da população pertencentes às classes B, C e D. Ou seja: são leitores cujo poder aquisitivo é pequeno; nível de escolarização, baixo; e prática de leitura, pouca. Para persuadir esse leitor, que possui acesso restrito aos bens econômicos e culturais, a adquirir e ler o jornal, torna-se necessário o oferecimento de valores capazes de fazerem-no sentir partícipe do mundo narrado. Desse modo, propõe-se-lhe proximidade, interatividade, utilidade e entretenimento – simulacros que atraem o leitor e configuram o estilo do *jornalismo popular*.

O efeito de aproximação é garantido por intermédio de um discurso “facilitador”, que se traduz pela utilização de um registro menos formal (menos distante, portanto, da comunidade linguística a que atende) e de uma temática diretamente relacionada à vivência do leitor. Assim, a imprensa popular transforma em notícias fatos que reflitam a vida pessoal de seu público-leitor, isto é, fatos que possam ser recontados de modo a fazer o enunciatário perceber e reconhecer ali, nas narrativas jornalísticas, sua cotidianidade.

A título de exemplificação, observem-se as seguintes manchetes, situadas nas primeiras páginas do *Extra*, jornal popular eleito para a constituição do *corpus* desta pesquisa: (a) *Servidor tem até sexta para trocar plano de saúde* (26/09/2009), (b) *Fetransport tem emprego para 2.500 motoristas* (25/08/09), (c) *Carros da polícia vão ter câmeras* (16/08/09), (d) *Yvone vai levar mais uma surra na novela* (25/08/09), (e) *Vem para o baile da segundona. Flu e Botafogo chamam e Fla tá querendo ir* (24/08/09) e (f) *Menina de 9 anos sai para comprar pão e desaparece* (03/09/09).

As manchetes ordenadas acima sugerem o desenvolvimento de temas que circulam no espaço do privado<sup>4</sup>, do particular. Publicam-se, assim, na mídia popular, matérias relativas à saúde, ao mercado de trabalho, à segurança pública, à televisão e ao

---

4 Não se trata aqui do espaço que diga respeito a um leitor específico, nem a situações restritas ao familiar, ao âmbito íntimo, mas ao espaço em que o narratário das notícias circula, aos seus interesses mais particulares, ou aqueles que os atinja diretamente. O privado, portanto, corresponde a uma coletividade relativa ao espaço próximo, das redondezas – ao bairro, à cidade, e ao estado, em última instância – e ao mais imediato.

futebol, desde que assumam um viés subjetivo e pessoal. Figuram ainda matérias denominadas de “interesse humano” (Amaral, 2006, p. 65), que concretizam tragédias ou dramas sofridos pela população, como mostra a última manchete citada.

No que tange à temática política, recorrente no *jornalismo de referência* e ausente até há pouco tempo do *jornalismo popular*, Amaral (2006, p. 10) pontua que a esfera do poder vem se instalando no discurso desta mídia. Contudo, cabe ressaltar que acontecimentos do mundo político só transitam na mídia popular enquanto notícias, se possuírem impacto imediato sobre a rotina do enunciatário-leitor. Desse modo, anuncia-se *Vaias a Cabral fazem PT pedir desculpas a Lula* (*Extra, Seção Geral*, 02/09/09, p. 12 – Texto 2), porque se trata da manifestação popular contra o ínfimo salário oferecido aos professores da rede estadual fluminense. Projeta-se a política que interfere no dia a dia do leitor, não o cotidiano do Congresso Nacional.

O enfoque ao espaço do privado reflete-se também no modo de abordagem das narrativas jornalísticas populares, que se organizam segundo uma lógica de contar orientada pela indução: parte-se de casos particulares, de pessoas comuns ou do povo, para, em um momento posterior, chegar a generalizações sobre o tema problematizado. Produz-se, assim, o efeito de personalização da notícia (Amaral, 2006, p. 65), o que reforça o simulacro de proximidade, objeto de desejo do destinatário-leitor da imprensa popular. De forma a comprovar o que foi dito, tomam-se fragmentos da matéria ‘*Mãe peregrina’ garante direitos do filho portador de deficiência* (*Extra, Seção Geral*, 23/08/09, p. 10 – Texto 3).

A busca durou oito meses, tempo em que a servente Nízia da Silva Nóia, de 47 anos, percorreu escolas públicas e privadas de Duque de Caxias à procura de uma unidade adaptada para o filho, Gabriel da Silva Nóia Vieira, de 11, cursar o 6º ano do ensino fundamental em 2010. A resposta veio na última segunda-feira, numa audiência no Ministério Público (MP): o menino, com dificuldade de locomoção, terá prioridade de matrícula na rede municipal para estudar num prédio que passará por obras, ainda este ano. [...]

A luta já não mais tão solitária de Nízia vai garantir a mais crianças portadores de necessidades especiais o direito à cidadania. A secretaria vai contratar 40 cuidadores para atendê-las. O MP pediu ainda, num prazo de dez dias, um relatório sobre a rede para garantir obras em outras escolas.

O tema amplo da inclusão de deficientes físicos no sistema regular de ensino básico estreita-se na história da servente Nízia da Silva Nóia, figura representativa do povo. As passagens transcritas, relativas respectivamente ao primeiro e último parágrafos do texto, mostram que o relato se constrói, inicialmente, por meio da instalação de cenas da vida privada, as quais apresentam um desdobramento, no desfecho da narrativa, em direção à esfera pública ou coletiva. O percurso de busca do sujeito pelo objeto de valor cidadania ou oportunidades igualitárias, figurativizada no discurso como unidade escolar adaptada para portadores de deficiência física mobiliza e inaugura outros programas narrativos. A performance bem sucedida acaba por transformar a “luta solitária” em luta solidária, uma vez que democratiza e assegura a outras crianças detentoras de deficiência física o acesso à educação básica.

O efeito de personalização, quando explorado de modo excessivo, pode redundar na perda das especificidades sociais e históricas das narrativas, uma vez que estas passam a representar apenas relatos de problemas individuais, não encontrando lugar no campo de discussão público e coletivo. Divulga-se a história do indivíduo, interessada e endereçada somente a ele e irrelevante ao “crescimento educativo e cultural” da totalidade de leitores do jornal. A percepção exclusiva do fato sob a ótica pessoal é demonstrada na matéria *Filho esperou 20 anos para ver o assassino de seu pai preso* (*Extra, Seção Geral*, 01/09/09, p. 10).

Há 17 anos, o paraibano João Barreto da Silva Neto, de 34 anos, abandonou a pequena cidade de Gado Bravo, na Paraíba, vindo tentar a sorte aqui no Rio de Janeiro. Ele já não aguentava mais ver por lá pessoas ligadas ao assassino de seu pai, o comerciante Norberto Barreto da Silva, de 53 anos. Dono de um bar, ele foi morto com um tiro de revólver na barriga, durante uma discussão dentro do estabelecimento [...]

Vinte anos depois ele, João conseguiu ajudar a polícia a colocar as mãos no assassino de seu pai. Ele cumpriu a promessa que fez ao vê-lo morto: ajudar a colocar na cadeia o responsável pelo crime.

Enquanto tomava uma cerveja em uma barraca no Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, em São Cristóvão, ele viu quando o vendedor autônomo Severino Barbosa Camelo, de 46 anos, passou. O reencontro aconteceu na tarde de domingo. Ele chamou um segurança da feira, que acionou policiais do 4º BPM (São Cristóvão). Severino foi levado à 17ª DP (São Cristóvão), onde os policiais descobriram que realmente havia um mandado de prisão expedido contra ele em 2003, pela Vara Única de Aroeiras.

A notícia em destaque reflete a experiência do porteiro que, movido pelo sentimento de justiça, intenciona reparar a morte de seu pai por meio da prisão do assassino. O fato recontado prolonga-se em si mesmo: inicia-se e se encerra o texto enfocando a performance desenvolvida pelo sujeito para atingir a conjunção com o valor almejado. O narrador não expande ou avança seu relato em direção à problematização de temas que decorrem do e suscitam o assunto focado. Poder-se-ia, por exemplo, enveredar para a esfera da segurança pública e questionar a eficácia do trabalho da polícia, que, responsável por combater e reprimir o crime, desconhecia, como atesta o fragmento transcrito, o fato de um delinquente circular livremente como se não houvesse praticado um ato ilícito. Poder-se-ia também citar outros casos a fim de comprovar tal ineficiência e, ainda, levantar hipóteses sobre suas possíveis causas (desqualificação ou despreparo dos policiais, baixos salários etc) e apontar soluções para a resolução desse problema. Contudo, não parece ser interesse do jornal popular ampliar a visão de mundo de seu leitor, e nele desenvolver o pensamento crítico e reflexivo, abordando temas de importância pública, que apenas aparecem implicitamente. Esse modo de construir o jornal implica um modo de ver seu leitor: o próprio texto jornalístico instaura um leitor não escolarizado e o considera como um sujeito apenas interessado no imediato, incapaz de compreender os mais complexos fatos de âmbito mais universal ou de âmbito político ou econômico. Daí haver “uma aderência ao real imediato e uma incapacidade de deslocamento e distanciamento dos fatos” (Amaral, 2006, p. 66).

Ao conferir visibilidade à população de massa, com a projeção de suas histórias, o jornal fortalece o efeito de aproximação e garante popularidade entre seus leitores. A esse respeito, Discini (2009, p. 143) questiona se a instalação de um discurso que visa a “facilitar” a leitura e compreensão da informação (manifestado no emprego de um registro informal e de uma temática e abordagem subjetiva) constituiria apenas procedimento para alcançar o simulacro de aproximação da enunciação ou representaria também recurso para reproduzir as diferenças sociais. A resposta formulada pela autora inclui duas possibilidades. Por um lado, acredita ela que o discurso “facilitador” reitera e aprofunda essa divergência, dado que o hábito, isto é, a recorrência e a constância com que se enuncia tal discurso, funda a realidade de discriminação, naturalizando a percepção estratificada da sociedade. Por outro lado, essa mesma realidade consolida o

hábito, devido a sua própria condição de existência histórica, determinada pela segregação social. Ou seja: a enunciação popular estrutura a realidade de classes e, ao mesmo tempo, é por ela estruturada.

Ao lado do valor proximidade, contribui para a demarcação e estabelecimento das fronteiras sociais o entretenimento, efeito de sentido também sistematizado no discurso da mídia popular. Esse conceito associa-se diretamente às ideias de sensação e emoção; “entreter é divertir com distração”, afirma Amaral (2006, p. 63). Ou seja: representa a experiência sensorial prazerosa. Partindo do pressuposto de que ao leitor não interessa a informação relevante publicamente, isto é, a informação pertencente a “universos de referência” múltiplos e abrangentes, exteriores e alheios a seu mundo particular, a mídia popular posiciona a informação também no âmbito do lazer, transformando-a, assim, em um produto cultural de caráter lúdico, extensivo à vida interior imediata do leitor.

Temáticas do entretenimento e temáticas de utilidade pública (relativas, por exemplo, à saúde, ao mercado de trabalho e à segurança pública) figuram lado a lado nos noticiários populares, relativizando a distinção entre os conceitos de entretenimento e informação. Comparem-se as seguintes chamadas de capa do *Extra* (03/09/09): *Fim do mistério: Maya e Raj vão terminar juntos* e *Cliente de celular e internet pode cancelar serviço sem pagar multa*. O destaque conferido pelo jornal à primeira manchete (que ocupa quase a metade da página impressa) sugere a percepção não-dicotômica desses conceitos, já que dota de igual importância informativa ambas as notícias. Ainda que dados a respeito do último capítulo de uma novela não se enquadrem no modelo tradicional de informação jornalística, o leitor assim o percebe. Para ele, configuram-se como notícia tanto dados de um mundo televisivo imaginado, quanto dados de sua realidade sociopolítica.

Tal percepção é construída pelo próprio jornal, que, estrategicamente, lança mão desse procedimento com o intuito de ampliar seu mercado consumidor. Ao leitor que supostamente foge à crítica e à reflexão, resta oferecer-lhe informações de fácil assimilação. Assim, opta-se pela abordagem do cotidiano e pela inclusão de temáticas capazes de despertar emoções e sentimentos. Entre estas, fixam-se quatro categorias, segundo Amaral (2006, p. 64): (a) narrativas de gente comum encontrada em situações insólitas ou narrativas de homens públicos surpreendidos no dia a dia de sua vida

privada (*Homem não aceita separação e assassina mulher e enteada – Extra*, 14/08/09 ou *Jornal diz que Macaulay Culkin é o pai. Ator nega – Extra*, 01/09/09); (b) narrativas em que se verifica uma inversão de papéis (*Aluna vira estrela na Cidade de Deus – Extra*, 25/08/09); (c) narrativas de interesse humano (*Bebê nasce com coração para fora – Extra*, 02/09/09; *Preso no lugar do irmão é libertado – Extra*, 26/08/09); (d) narrativas de feitos excepcionais e heróicos (*Fisioterapeuta salva vizinhos em incêndio – Extra*, 15/08/09; *Vovó coragem vai ao encontro dos heróis – Extra*, 19/08/09).

Importa destacar que o apelo às sensações não constitui estratégia exclusiva da imprensa popular, mas representa mecanismo empregado por qualquer segmento jornalístico. Isso porque todo processo comunicativo implica, em certa medida, a mobilização de sensações físicas e psíquicas e de emoções primitivas. Apoiada nesse pressuposto, Amaral (idem) afirma que a prática jornalística, seja a manifestada na imprensa de referência ou na imprensa popular, concebe o sensacionalismo como uma de suas propriedades, uma vez que joga com elementos atrativos para persuadir o público a adquirir e ler o jornal e, conseqüentemente, atingir alta vendagem. A autora, de modo a comprovar a ideia sustentada, faz referência à argumentação do jornalista Alberto Dines, que afirma que “em toda imprensa ocorre o processo sensacionalista, sendo o próprio lead um recurso desse tipo, por sublinhar os elementos mais palpitantes da história para seduzir o leitor” (Amaral, 2006, p. 20).

Dessa maneira, não se deve confundir sensacionalismo e imprensa popular, já que não há equivalência conceitual absoluta entre essas práticas. O sensacionalismo representa uma das construções discursivas mobilizadas pelo jornal para manipular o leitor. Associa-se, geralmente, ao “exagero; à intensificação, valorização de emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão do conteúdo pela forma” (ibidem, p. 21). Conferir, então, o rótulo sensacionalista a um jornal significa apenas incluí-lo entre as práticas linguísticas que fazem uso de estratégias de convencimento destinadas a causar sensações.

Esse mecanismo apresenta variados graus de manifestação, aparecendo com maior ou menor intensidade segundo os propósitos de cada discurso. Assim, a presença de recursos sensacionalistas é recorrente na imprensa popular e ocorre de modo mais sutil na imprensa de referência, dado que atendem a diferentes mercados consumidores,

com distintas expectativas a respeito do produto a ser absorvido. O enunciatório projetado na “grande” mídia espera por objetividade e seriedade; já o instaurado na mídia popular, aproximação e divertimento. É com base nessas imagens que se permite ou se veta o emprego abusivo da técnica sensacionalista. Cada enunciador oferece a dose certa de sensacionalismo para manter e preservar sua face e, ao mesmo tempo, não ter rompido o contrato com seu enunciatório, o que implicaria a perda de sua credibilidade e da confiança por parte do leitor.

Tanto o fazer saber quanto o fazer sentir, portanto, caminham a favor do estabelecimento da prática jornalística. Ocorre, no entanto, que esse andar é descompassado: um se sobrepõe ao outro na constituição de cada segmento. Ou seja, no jornalismo de referência, a informação prepondera sobre a emoção. Inversamente, no jornalismo popular, a produção de sensações adquire maior força. A declaração abaixo, relativa ao fazer midiático de um dos produtos da empresa Infoglobo dirigidos à população de massa, o jornal *Extra*, comprova essa ideia.

A via usual do geral para o particular, tão consagrada, mas maçante e sem alma, não é de longe o nosso ideal. O código de trânsito do EXTRA determina que o fato deva ser contado a partir do particular, do ponto em que afetou as pessoas e provocou alegria, tristeza, ansiedade, júbilo ou comoção. Ou seja: o que normalmente nos outros jornais é *feature* e batatinha, aqui passa a ser principal e filé. (Infoglobo, 2008, p. 42)

A sensibilização e aproximação dos acontecimentos narrados, efeitos de sentido gerados pela abordagem particularizante, acaba por refletir uma percepção reducionista dos fenômenos sociais, o que reforça e perpetua as oposições culturais entre as classes de leitores. Satisfazer a massa por meio de um discurso que visa, sobretudo, à distração e à sensação de inclusão representa encerrá-la em um universo de perspectivas estreitas, conservando seu estado de ignorância face ao mundo do poder político-institucional, que a domina e a reprime.

O prazer e a satisfação são também proporcionados pela utilidade, simulacro que, associado à proximidade e ao entretenimento, completa o perfil do jornal popular. Considerando a alienação do leitor a respeito de questões sociais que lhe são inerentes, o jornal surge como uma espécie de “manual de sobrevivência” em um mundo complexo e plural, auxiliando a enfrentar situações cotidianas, impostas pela dinâmica

das organizações sociais. Desse modo, assume caráter pragmático e enfatiza a prestação de serviços.

Atestam a vertente utilitária do jornalismo popular publicações sobre como conseguir emprego (*Concurso da Comlurb terá 1.400 vagas de gari – Extra, 27/08/09*), defender o dinheiro (*Shoppings oferecem descontos de até 80% – Extra, 26/08/09*; *Comprar casa própria com taxa fixa está mais barato – Extra, 17/08/09*; *Preço do leite começa a baixar – Extra, 11/08/09*; *Condomínio vai subir com aumento de água e reajuste de porteiros – Extra, 14/08/09*), garantir direitos (*Começa amanhã o pagamento do PIS. Saiba como receber – Extra, 10/08/09*; *INSS vai dar ganho real de 2,25% – Extra, 26/08/09*), preservar a saúde (*O que as grávidas precisam saber – Extra, 13/08/09*; *Saiba como fortalecer o organismo – Extra, 19/08/09*; *Conheça todas as camisinhas e saiba como usar – Extra, 10/08/09*) entre outras.

Ao ditar e regular as ações do leitor, o jornal transforma-se em modelo de referência comportamental e cultural. Esse papel, contudo, não é desempenhado apenas pela mídia popular; a mídia de referência também assume essa função, como explicitado na seção anterior. A diferença é que, no primeiro caso, tem-se como leitores pressupostos sujeitos mais dependentes, na medida em que se trata de um público com baixo nível de letramento e, por conseguinte, com acesso restrito aos bens culturais. Para esse leitor, o jornal representa, muitas vezes, fonte de saber e conhecimento, objeto de doação de competência para a junção com o valor cidadania, o que torna ainda mais influente no que se refere à conformação de condutas e pontos de vista.

Diante do quadro descrito, é possível afirmar que, no jornalismo popular, um fato ou acontecimento só se constitui enquanto notícia se atender a três requisitos mínimos: (a) pertencer ao universo sociocultural do leitor; (b) possuir capacidade de entretenimento; e (c) apresentar utilidade. Toma-se por pressuposto a ideia de que o leitor “gosta” de observar a projeção de suas histórias, de seus dramas e das desigualdades e injustiças praticadas contra si. Adotando uma percepção distinta da do jornalismo de referência, que concebe um leitor crítico e reflexivo, atuante sobre sua própria realidade, porque detentor do saber necessário para tanto, o jornalismo popular cria em seu discurso um leitor imobilizado pelo assistencialismo, inoperante sobre o sistema, dada a sua indiferença e ignorância em relação a temas de interesse público e

coletivo. Por essa razão, concentra sua prática discursiva nos simulacros de proximidade, divertimento e prestação de serviço.

## ANÁLISE DO *CORPUS*

Como se pretendeu mostrar no segundo capítulo deste estudo, a modalização opera de modo decisivo no entendimento do mecanismo de constituição e funcionamento dos textos, dado que se afirma como condição de interpretabilidade. Atuando em níveis distintos de abstração, assume relevância na apreensão e descrição do sentido e se torna, portanto, instrumental de análise importante no estudo dos textos.

No âmbito do nível intermediário de geração do sentido, as modalidades ajudam a compreender o encadeamento das transformações narrativas: explicam as relações transitivas (instituídas entre sujeitos e objeto de busca) e comunicativas (firmadas entre destinador e destinatário), o fazer dos sujeitos e as condições prévias da sequência de ações. Fundam-se, assim, como pressupostos lógicos ao próprio percurso canônico abstrato. Manifestadas no nível de maior concretude e variabilidade, as modalidades se apresentam como uma marca da enunciação no enunciado, o que significa que indicam a tomada de posição do sujeito em relação ao dito e traçam no texto um caminho argumentativo.

A análise aqui proposta prioriza a etapa discursiva da significação do texto. Busca-se examinar os procedimentos de modalização empregados nos textos jornalísticos relativos ao segmento popular e suas possibilidades de manifestação linguística.

Considerando que as modalidades podem recair sobre (i) o enunciado, sobre (ii) os dizeres introduzidos em discurso por um narrador instaurado por um sujeito da enunciação ou ainda sobre (iii) a enunciação, contemplam-se nesta análise os três referidos modos de atuação segundo a ordem em que aparecem citados.

Partindo da premissa maior de que a modalização é propriedade inerente ao ato enunciativo, já que o sujeito, ao produzir o discurso, deixa ver seus traços e marcas e, assim, mostra sua percepção sobre o dito, intenciona-se averiguar as seguintes hipóteses: (i) o enunciador, jornal *Extra*, instala um narrador convicto, que, modalizado pela certeza, se fundamenta em uma realidade observável para construir seu relato sobre

o mundo; (ii) o dizer alheio, projetado pelo narrador no interior do enunciado, sofre interferência das modalidades epistêmicas do *crer* e do *saber*, ainda quando inaugurado por verbos aparentemente destituídos de valor avaliativo; e (iii) o mecanismo de modalização estabelece o modo de existência e presença modais dos sujeitos da enunciação constituídos no texto (jornal popular *Extra* e seu público leitor) e fixa simulacros de sua identidade: funda um jornal mediador ou assistencialista que se dirige a um comunidade leitora carente de informação.

Para o empreendimento da análise pretendida, toma-se um *corpus* formado de notícias recolhidas do jornal popular *Extra* na editoria denominada *Geral*, entre o período de 10 de agosto a 3 de setembro de 2009. O recorte desse conjunto representativo de textos ocorreu de forma aleatória.

### 3.1. Modalização no enunciado

Esta seção se dedica ao exame da intervenção das modalidades no enunciado. Por modalização no enunciado pode-se entender a modificação operada tanto sobre a fala do narrador quanto sobre a fala dos actantes nele projetados. Neste item, contudo, atemo-nos apenas ao dizer assumido pelo narrador, restringindo-nos à incidência das modalidades epistêmicas do *crer* e do *saber* sobre este, especialmente no que se refere ao engajamento na instauração das crenças e verdades que configuram o estatuto veridictório do discurso.

As análises demonstram que o narrador instalado pelo enunciadador-jornal popular *Extra* modaliza os fatos noticiados predominantemente pelo *crer ser*. Ou seja: manifesta crença e confiança na maior parte dos relatos cuja autoria lhe é atribuída. Embora se observe a preponderância da certeza, o discurso é também marcado pela dúvida e probabilidade, o que o faz oscilar entre graus distintos da escala epistêmica. Tais conteúdos, no entanto, aparecem de modo esparso nas narrativas examinadas, resolvendo-se a variação modal pela prevalência da certeza.

De modo a comprovar as considerações feitas acima, toma-se, como primeiro caso ilustrativo, a matéria '*Mãe peregrina*' garante direitos do filho portador de deficiência (*Extra*, Seção *Geral*, 23/08/09, p. 10), que informa sobre a manutenção do

estado de inclusão educacional (e, portanto, social) de um menino portador de deficiência física, que permanece na escola básica regular por força da ação de sua mãe, que mobiliza o Ministério Público a determinar a execução de obras de adaptação em uma unidade de ensino que contemple o segmento educacional correspondente ao nível cognitivo de seu filho.

Observa-se que, ainda que o percurso em direção ao valor de busca inclusão educacional e social não apareça concluído, o narrador acredita na conjunção do sujeito concretizado como actante “filho portador de deficiência” com o valor cidadania, que se figurativiza no discurso como vaga na rede regular de ensino, obras de adaptação na referida unidade educacional, transporte escolar e tratamento médico adequado, dado que modifica os fatos que lhe são relativos pela certeza, conteúdo modal que pressupõe a estrutura *crer ser*.

Dentre os procedimentos lingüísticos que expressam o conteúdo supracitado, destacam-se: (i) a utilização exclusiva do modo indicativo (Fiorin, 2008b, p. 124); (ii) o emprego do futuro do presente do indicativo (Fiorin, 2005, p. 154); e (iii) a concretização em lexias específicas.

No que tange aos dois primeiros mecanismos, estes podem ser verificados nas seguintes passagens.

(1) A busca *durou* oito meses, tempo em que a servente Nízia da Silva Nóia, de 47 anos, *percorreu* escolas públicas e privadas de Duque de Caxias à procura de uma unidade adaptada para o filho, Gabriel da Silva Nóia Vieira, de 11, cursar o 6º ano do ensino fundamental em 2010. A resposta *veio* na última segunda-feira, numa audiência do Ministério Público (MP): o menino, com dificuldade de locomoção, *terá* prioridade de matrícula na rede municipal para estudar num prédio que *passará* por obras, ainda este ano (grifo nosso).

(2) Na audiência entre a mãe de Gabriel e a coordenadora da Educação Especial da SME, Edicléia Mascarenhas, *ficou estabelecido* que o menino *terá* direito a transporte escolar e *será* encaminhado ao Centro de Atenção ao Portador de Deficiência (Ceapd), onde *fará* fisioterapia (grifo nosso).

A certeza da obtenção dos direitos cidadãos desejados, além de manifestada pelo uso dos recursos mencionados, é reiterada, em (1), pelo emprego do advérbio *ainda*, que preserva o traço de anterioridade (Fiorin, 2005, p. 171) e, portanto, atende à expectativa prévia de conclusão das obras, e, em (2), pela modalização do *dever fazer*

(lexicalizado por “ficou estabelecido”) sobre as orações subordinadas substantivas objetivas diretas. Assim, o narrador mostra-se seguro quanto à realização das obras, fixando seu tempo (está certo de que a efetuação da reforma na unidade não transcende ao ano de 2009). No que se refere ao ir e vir, à locomoção do deficiente até a escola e ao oferecimento de serviços especializados, a garantia dessas ações é sobredeterminada por uma obrigação legal, o que torna seu cumprimento ainda mais credível.

A confiança do narrador nas ações ditadas pelo Ministério Público pode ser também sentida no emprego da perífrase verbal constituída do verbo *ir*, conjugado no presente do indicativo, acrescido de verbo no infinitivo.

(3) A luta já não mais tão solitária de Nízia *vai garantir* a mais crianças portadores de necessidades especiais o direito à cidadania. A secretaria *vai contratar* 40 cuidadores para atendê-las.

Considerando que as formas nominais se apoiam semanticamente nas formas desenvolvidas quando mantêm com estas uma relação de dependência, pode-se afirmar que as estruturas em destaque denotam um *crer ser*, já que o conteúdo modal subjacente ao presente do indicativo é transferido para as formas não flexionadas. Desse modo, ainda que as ações (a extensão dos benefícios conquistados a outras crianças em situação semelhante à do actante Gabriel e a contratação de funcionários especializados para atendê-las) não tenham se realizado, o narrador considera sua ocorrência e concretização como algo certo, projetando-as no campo da realidade, ainda que no futuro próximo.

O presente reveste-se da modalidade da certeza, já que se inclui entre os tempos do indicativo. Além disso, quando combinado a uma forma no infinitivo para denotar futuro próximo, apresenta maior grau de convicção do que o futuro do presente desinencial. Essa explicação encontra apoio em Fiorin (2005, p. 197), que avalia: “o futuro é sempre uma expectativa. Por essa razão, quando é expresso pelo presente, cria-se o efeito de sentido de certeza, afastando-se a nuance semântica de hipótese”.

Quanto ao terceiro recurso linguístico mencionado, o uso de lexemas que exprimem a crença e confiança do narrador em relação à conjunção anunciada, atente-se ao título e subtítulo da matéria.

(4) ‘Mãe peregrina’ garante direitos a filho portador de deficiência  
Servente de Caxias consegue, no MP, vaga, transporte e adaptação de escola

A manchete e o subtítulo apontam para a certeza do desfecho do programa narrativo inaugurado pelo sujeito “mãe peregrina” ou “servente de Caxias”. A conquista do direito à cidadania representa a recompensa (sanção positiva) conferida ao sujeito do fazer pela performance bem sucedida. A crença nesse fato é comprovada pelo emprego das formas “garante” e “consegue”, que condensam a estrutura *crer ser*. A consulta ao dicionário permite constatar essa afirmação. Para o primeiro verbete, são apresentadas as seguintes possibilidades de sentido: “afirmar como certo; asseverar, certificar” (Ferreira, 1999, p. 969). Como se vê, o referido conteúdo modal emerge do próprio significado do vocábulo. Para o segundo, oferecem-se as definições: “alcançar; ter como consequência ou resultado” (Ferreira, 1999, p. 532), os quais designam o término ou a conclusão de uma ação. Além disso, a flexão das formas verbais no presente do indicativo reforça e intensifica a convicção nos dizeres enunciados em (4).

Ao lado da crença e da confiança, a dúvida, pontual, é também instalada pelo narrador, como mostra o seguinte trecho da narrativa:

(5) Em julho, numa entrevista ao EXTRA, Nízia se mostrou resistente à indicação da escola agora escolhida para a adaptação. Ela não tinha boa referência da unidade, que *sufre* com a falta de professores (grifo nosso).

Conforme avaliação do narrador, a actante Nízia, modalizada pelo arranjo das estruturas *dever fazer* e *querer não fazer*, em um determinado momento (*em julho*), resiste ativamente à decisão do Ministério Público, que opta por realizar obras de adaptação em uma escola de qualidade questionável, dada a ausência de professores. A informação que compromete a idoneidade da unidade de ensino selecionada não é, no entanto, confirmada pelo narrador, que a relativiza pelo *não crer ser*, lexicalizado no emprego do futuro do pretérito (Fiorin, 2005, p. 218; 2008, p. 125). Note-se que a não adesão à fala da actante (tida por incerta ou duvidosa) representa, em contrapartida, a assunção ao dizer do Ministério Público, demonstrando a confiança do narrador na competência do referido órgão quanto à seleção da escola.

Cabe comentar ainda a expressão “mãe peregrina”, situada na manchete da notícia e empregada para se referir à servente, sujeito do fazer. O adjetivo “peregrina” ao mesmo tempo em que modaliza o sujeito pelo *querer ser* e *não poder não ser*, incide

também sobre sua performance, evidenciando a percepção do narrador sobre o programa narrativo empreendido.

A peregrinação sugere um caminhar contínuo e insistente até a obtenção do valor almejado. É assim que, sob o olhar do narrador, se configura o percurso de busca do sujeito em direção à cidadania, figurativizada pela busca de colégio adequado ao filho. O *querer* e o *não poder* não peregrinar estão sobredeterminados por uma crença. O sujeito age, sobretudo, porque acredita que terá seu estado de disjunção com o objeto de desejo alterado. Tendo em vista o prolongamento, a extensa duração do percurso de busca (“durou oito meses”, afirma o narrador), pode-se inferir que o número de escolas visitadas foi grande, devendo o sujeito reiniciar o programa narrativo cada vez que descobria que a unidade não atendia a seus interesses e expectativas. A fé na transformação de seu estatuto o faz ser incansável em relação à sua meta: ele não desiste, apesar das adversidades encontradas.

Importa observar que a confiança não é só desse sujeito, está também presente no julgamento do narrador, que, como demonstra a análise, crê na transformação esperada, ainda que a narrativa se encontre discursivizada apenas na etapa da competência (até o momento, as ações determinadas pelo Ministério Público não se concretizaram).

A extensidade da crença e da confiança no dito contraposta à pontualidade da dúvida e da incerteza, mostrada no exame da narrativa, atesta a afirmação inicial de que o narrador modifica seu discurso menos pelo *não crer ser* e mais pelo *crer ser*.

O julgamento efetuado pelo narrador em relação aos eventos enunciados nem sempre aparece de modo claro como na narrativa analisada acima. Há casos em que o narrador, devendo atender ao princípio de imparcialidade exigido pela ética jornalística, “camufla” seu ponto de vista, fazendo-o ver de forma embaçada. A notícia *Vaias a Cabral fazem PT pedir desculpas a Lula* (*Extra*, Seção Geral, 02/09/09, p. 12) exemplifica a sutileza com que a subjetividade do narrador se apresenta no discurso. Nela, comunica-se a retratação do PT do Rio, cujos membros dirigentes apoiam aliança com o PMDB, ao presidente Lula, devido a vaias destinadas a Sérgio Cabral em cerimônias públicas oficiais em que o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, está presente.

A responsabilidade do prefeito pela ação de desagrado dirigida ao atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, é avaliada como certa. A percepção desse posicionamento é, no entanto, mascarada por meio do emprego de procedimentos que constroem no discurso o efeito de sentido de neutralidade. Não constitui objetivo da análise realizada neste estudo promover o levantamento dos recursos que concorrem para a proteção e manutenção da face objetiva do jornalista e/ou do jornal. Contudo, considera-se importante mencionar, ainda que brevemente, alguns desses mecanismos, de modo a comprovar a sutileza aludida acima, fixada a partir da mescla ou conjugação de efeitos de objetividade e subjetividade.

Observe-se o subtítulo da matéria transcrito abaixo.

(6) Cúpula do partido no Rio intervém após manifestação *atribuída a Lindberg*.

A escolha pela supressão do agente na estrutura passiva “atribuída a Lindberg” deixa em suspenso a voz responsável pela acusação. A eliminação do argumento externo referente ao adjetivo representa, portanto, estratégia de afastamento do narrador que, ao instalar a objetividade discursiva, não se compromete com o enunciado produzido.

Outro recurso que igualmente contribui para a textualização do distanciamento do narrador em relação a sua fala é a projeção de vozes discordantes. A polêmica suscitada no tema abordado reflete-se no embate travado entre, de um lado, o presidente Lula e o líder da bancada petista na Alerj e, de outro, o prefeito Lindberg e o diretor da UNE. Os primeiros reconhecem a participação do prefeito na manifestação de desagrado contra o governador. Já os últimos negam o envolvimento. Desse modo, a manifestação da heterogeneidade discursiva acaba por embaçar a vista do leitor e dificultar a apreensão do ponto de vista do narrador.

Não obstante, aos efeitos de imparcialidade simulados no discurso misturam-se as construções de subjetividade, que permitem a percepção do engajamento do narrador sobre o fato enunciado. A análise das passagens em destaque pretende confirmar a crença do narrador na responsabilidade de Lindberg pela expressão de intolerância ao governo de Cabral.

(7) “Isso é coisa tua, Lindberg!” A reação do governador Sérgio Cabral (PMDB) a *mais uma* sessão de vaías – *a quinta, em 13 meses* – em eventos com o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias (PT), fez com que a cúpula do PT fluminense pedisse desculpas ao presidente Lula, ontem, no Maracanãzinho.

Lula entregava certificados a 2.043 beneficiários do programa Bolsa Família que concluíram cursos profissionalizantes e, a cada menção ao governador, surgiam apupos no ginásio. Dentre os contemplados, 60 % eram de Nova Iguaçu, que, no início, *ensaiaram vaías* a Cabral. Militantes da União Nacional dos Estudantes – *presidida por Lindberg de 1992 a 1993 – engrossavam o coro* (grifo nosso).

(8) Após a cerimônia, assistida por cerca de três mil pessoas, o prefeito de Nova Iguaçu se levantou e foi embora, sem esperar pela bronca do presidente. Mas *garantiu* que não haverá mais vaías (grifo nosso).

- Se o problema é esse, não vou mais a eventos com Cabral e Lula. O governador tem que parar de me culpar pelas vaías que leva. Eram estudantes vaiando porque os professores ganham R\$ 600 – defendeu-se Lindberg.

(9) No fim, Cabral desabafou e disse que não iria a eventos com Lindberg.

Com a recuperação da fala de Cabral, em (7), o narrador mostra que o governador considera certa a liderança de Lindberg no ato público de desaprovação à figura daquele. Atesta-se a incidência do *crer ser* sobre o enunciado pelo uso do presente do indicativo. Outro indício é a modalização da expressão “sessão de vaías” por “mais uma” e “a quinta, em 13 meses”, sugerindo a continuidade, a repetição do ato, produzido sempre em um mesmo contexto, ou seja, “em eventos com o prefeito de Nova Iguaçu”. A presença do prefeito e o aparecimento de vaías ao governador se tornam, então, elementos não apenas coincidentes, dado que um não ocorre sem o outro, relacionando-se mais a uma estrutura implicativa, de acordo com o ponto de vista do governador. A avaliação sobre a postura do governador também revela a crença deste no comando do prefeito sobre o protesto. Ao afirmar “o governador cobrou explicações do prefeito”, o narrador modaliza a ação descrita por um *dever fazer*. Essa estrutura se encontra fundada num *crer ser*; o governador acredita ser Lindberg o responsável pelas vaías que recebeu, por isso impõe-lhe a obrigação de justificar o ato cometido.

A ideia da repetição (manifestada no uso de “mais uma” e “a quinta, em 13 meses”) é reforçada pelo emprego da forma “ensaiaram”, que, do mesmo modo que as expressões destacadas, confere às vaías o sema da constância<sup>5</sup>. Seleciona-se esse entre

---

5 O dicionário Aurélio (1999, p. 765) prevê a seguinte significação para o verbete ensaiar: “repetir uma ação várias vezes a fim de exercitar-se ou tornar-se destro; estudar; treinar”.

os diversos sentidos que a forma verbal pode abrigar, dada a relação instituída com os termos que qualificam o ato de vaiar como recorrente. Além disso, a forma verbal faz supor que representam uma ação treinada e disciplinada. Isso se comprova pela discursivização da estrutura “engrossaram o coro”. Nela, manifesta-se a correspondência entre os termos “vaias” e “coro”. Ou seja, o narrador insinua que há uma organização por detrás das vozes da população de Nova Iguaçu e dos representantes do movimento estudantil. A respeito deste, o narrador oferece uma informação que denota o vínculo do prefeito com a União Nacional dos Estudantes: “presidida por Lindberg de 1992 a 1993”. A menção a esse fato sugere o alinhamento ideológico do prefeito com os militantes da organização, o que pode conduzir à crença de que dirigiu o ato público contra o governador.

A adesão ao ponto de vista do governador, até agora manifestada implicitamente, torna-se mais visível em (8). Ainda que o prefeito negue sua participação e atribua a responsabilidade aos estudantes (como atesta a fala projetada sob o discurso direto), o emprego da forma “garantiu” (observado no discurso assumido pelo narrador) supõe o reconhecimento da falta, modalizando a oração subordinada por um *crer ser*. A eleição por esse termo gera o entendimento de que a certeza sobre a suspensão das vaias advém do fato de o prefeito deter o controle dessa ação; somente assim, na condição de manipulador, pode assegurar sua parada ou sua continuidade. Vale comentar que o uso da forma verbal “garantiu” prepara o leitor para receber uma espécie de confissão de culpa, já que precede e avalia o discurso do prefeito. Essa expectativa é, no entanto, rompida, instalando no discurso o efeito de sentido de surpresa, estratégia que pretende simular a posição do narrador. A opção vocabular por “garantiu”, contudo, não deixa dúvidas quanto a sua percepção sobre o acontecimento narrado.

Destaca-se ainda, como prova do alinhamento do narrador à opinião do governador, o fato de aquele dedicar boa parte da narrativa (conferir maior extensidade) à exposição da avaliação deste e de outras figuras que corroboram sua visão (presidente Lula, líder da bancada petista e presidente do PT no Rio) sobre o evento.

Como se nota, a interpretação conferida ao fato conduz à crença de que as vozes de protesto ao governador do Rio estão harmonizadas sob a “regência” do prefeito de

Nova Iguaçu. É esse o encaminhamento argumentativo dado pelos mecanismos de modalização manifestados no discurso do narrador.

Tendo focado a incidência da predominância da certeza sobre os fatos enunciados no dizer do narrador, exibe-se agora uma amostra da flutuação modal. Em ‘*Isso aqui é coisa de bacana*’ (*Extra*, Seção Geral, 14/08/09, p. 3), o narrador modifica o relato construído não só pela certeza, mas também pela dúvida e probabilidade.

O tema abordado na referida notícia é a finalização das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no que se refere à entrega de moradias na Zona Sul carioca. Constata-se que, ainda que as obras não se encontrem plenamente concluídas, o narrador crê na concretização da entrega das primeiras unidades habitacionais na data prevista pelo poder público. Por outro lado, avalia como duvidoso ou provável o término da construção de outras unidades. Firma-se, portanto, um discurso marcado pela variação modal.

No que concerne aos procedimentos de modalização que atestam a crença do narrador no discurso que transmite, destacam-se, primeiramente, o uso exclusivo dos verbos no modo indicativo e o emprego do futuro do presente, construções linguísticas que condensam a estrutura modal *crer ser*.

(10) Moradores *aprovam* apartamentos do PAC que *terão* vista para as praias de Ipanema e Copacabana (grifo nosso)

(11) A partir do próximo dia 18 [as instalações] *se tomarão* seus lares. [...] A entrega *será feita* pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (grifo nosso).

A forma “aprovam” em (10) manifesta o julgamento favorável dos moradores sobre a ação do poder público. Em outras palavras, concretiza no enunciado a última etapa do percurso narrativo, a sanção. Sendo assim, reafirma a crença na conclusão das obras, já que representa a ação logicamente posterior ao cumprimento da performance esperada.

Os moradores se percebem e se sentem em conjunção com o objeto de valor desejado, o que origina a ilusão discursiva de que os apartamentos se acham prontos e acabados.

A visibilidade e o usufruto das moradias constituem características que igualmente apontam para a antecipação do término das obras e, conseqüentemente, para a percepção destas enquanto realidade instituída. Tais propriedades são asseguradas pela modalização do enunciado por um *crer ser*, que sobremodaliza o *poder ser*, sugerindo, portanto, a certeza de seu possível uso. Esse conteúdo é também reiterado pelo emprego do advérbio “já”, que, ao preservar os traços /posterioridade/ e /concomitância e acabado/ (Fiorin, 2005, p. 171), aponta para o adiantamento e finalização das obras de moradia, como se percebe na passagem abaixo:

(12) [...] na Zona Sul do Rio o resultado do Programa de Aceleração do Crescimento *já pode ser visto e até aproveitado* (grifo nosso).

O narrador trabalha ainda com outras estratégias para demonstrar seu ponto de vista sobre o fato enunciado, como a apreciação dos futuros beneficiários quanto à rapidez e eficiência das promessas prestes a se realizar:

(13) Leandro Neres Abrantes, de 27 anos, que *se surpreendeu* ao entrar pela primeira vez, num dos apartamentos [...] (grifo nosso).

A transformação almejada (conjunção com o objeto de busca moradia) aparenta estar tão próxima de ocorrer que chega a provocar surpresa (passagem de um estado de descrença ao de crença) no futuro morador, modalizado, assim, por um *crer ser* e um *saber ser*.

A satisfação gerada pela crença na conjunção com o objeto de desejo instala-se no enunciado a partir da lexicalização de termos que denotam a organização sintagmática *querer ser*, *crer ser* e *saber poder ser*. O estado de alegria ou felicidade, resultante dessa estrutura patêmica de caráter modal, é partilhado pelo narrador que, assim como os moradores, se mostra entusiasmado com a iminente entrega das obras.

(14) Encostado na janela de um dos imóveis, apreciando a vista das praias de Ipanema, do Arpoador e um pedacinho da de São Conrado, ele *sonhava* com a hora em que passará a ocupar uma das unidades (grifo nosso).

(15) [...] os novos moradores *se deliciavam* com a visita pelo prédio já construído (grifo nosso).

(16) [...] a primeira impressão foi *a melhor* possível (grifo nosso).

Se, por um lado, atesta-se a crença quanto à concretização da primeira etapa das obras empreendidas na Zona Sul da cidade, por outro, confirma-se a descrença ou atenuação da crença (enquanto probabilidade) no que se refere à conclusão da segunda etapa dessas obras e das iniciadas em outras cidades. Assim, modaliza-se o término destas pela probabilidade e o daquelas pela dúvida, conteúdos manifestados no emprego de vocábulos e expressões que implicam, respectivamente, um *não crer não ser*, em (17) e (18), e um *não crer ser*, em (19), como se observa nas seguintes passagens.

(17) Outros 64 apartamentos *devem ser entregues* até o fim do ano (grifo nosso).

(18) Agora só resta aguardar para ver o resultado das obras, que *devem terminar* em 2010 (grifo nosso).

(19) Ao contrário de muitas obras do PAC realizadas longe da capital – que estão *paradas* ou *atrasadas* – na Zona Sul da Rio o resultado do Programa de Aceleração do Crescimento já pode ser visto e até aproveitado (grifo nosso).

A incerteza e probabilidade, contudo, incidem na narrativa de modo pontual e pouco extenso, estando localizadas no primeiro, penúltimo e último parágrafos do texto. Inversamente, observa-se o alongamento da duração da crença, o que demonstra maior engajamento do narrador em destacar a certeza da conjunção desejada e o entusiasmo proveniente dessa transformação.

Diferentemente do que ocorre na análise exibida acima, em que a gradação se faz sobre enunciados distintos, registra-se um caso em que a variabilidade modal atinge o mesmo fato. Esse fenômeno é também observado por Gomes (2009, [s.n.]), em estudo sobre a modalização no discurso midiático impresso.

A matéria *Amigas dizem que guia mandou jovem se maquiar antes do vôo* (*Extra*, Seção *Geral*, 10/08/09, p. 3 – Texto 4) noticia a morte de uma adolescente que fazia parte de uma excursão à Disney sem a companhia dos pais, durante o voo de volta, por infecção generalizada originária de pneumonia. Os fragmentos transcritos abaixo confirmam o julgamento “flutuante” do narrador sobre os ditames da guia responsável pela excursão.

(20) Adolescente que morreu com pneumonia *teria sido orientada ainda a usar óculos pra esconder o abatimento* (grifo nosso).

(21) Maquiagem e óculos escuros para disfarçar o abatimento e poder embarcar, sem chamar a atenção de agentes sanitários do aeroporto.

Inicialmente, o narrador modaliza o próprio discurso pelo *não crer ser*, tendo em vista a utilização do futuro do pretérito em (20), correspondente ao subtítulo da notícia. Assim, imprime dúvida quanto aos comandos dados pela guia da empresa de turismo. No entanto, a forma declarativa ou afirmativa com que enuncia em seguida as supostas ordens destinadas à adolescente, no primeiro parágrafo do texto (21), logo depois atribuídas aos actantes amigas da adolescente, confere certeza a seu dizer, sobre o qual incide o *crer ser*. O efeito de sentido construído, nesse caso, é o de atenuação da descrença. Ao isentar-se da responsabilidade pelo dito e logo depois aderir a ele, o narrador traça um percurso que vai da exclusão à certeza quanto à realidade do fato. O impasse gerado pela oscilação modal verificada no discurso enunciado pelo narrador parece ser resolvido por meio de outro procedimento de modalização, como se tentará mostrar na seção seguinte.

As análises empreendidas nesta seção confirmam que o sujeito da enunciação-jornal popular *Extra* instaura um narrador modalizado preponderantemente pelo *crer ser*. Embora se observe um movimento em direção à incerteza e à probabilidade, estas possuem duração breve, sendo sua localização na narrativa pontual, o que torna pouco consistente a imagem de um narrador desconfiado, questionador/ relativizador. Advirta-se, por outro lado, que não se fixa um narrador crédulo, identificado por um *crer* intenso, mas convicto, cuja crença é balizada por dados e informações verificáveis.

### 3.2. Modalização nas vozes dos actantes do enunciado

A presente seção se ocupa do exame da modalização que recai sobre as falas dos interlocutores, manifestadas por meio do mecanismo de debreagem de segundo grau.

O emprego dessa estratégia é recorrente no discurso jornalístico: participa de sua constituição, especialmente no que se refere à atestação do julgamento efetuado pelo narrador. Daí a importância de se contemplar esse aspecto.

As notícias aqui estudadas buscam comprovar que essas vozes, ainda quando polêmicas, se combinam e se ajustam no discurso para encaminhá-lo argumentativamente sob a ótica do narrador. Considerando ser esta uma das finalidades ou funcionalidades dos procedimentos de modalização, o reconhecimento das estruturas modais epistêmicas subjacentes a tais vozes implica a percepção da linha ideológica com que o narrador se posiciona, já que permitem sua apreensão.

Com base nas narrativas jornalísticas analisadas, podem-se apontar algumas generalizações. Em primeiro lugar, evidencia-se, quanto ao modo de citação da fala dos actantes, que estas são reproduzidas, principalmente, por meio de dois procedimentos: o discurso direto e discurso indireto. A introdução desses dizeres se opera a partir de advérbios ou locuções adverbiais (“segundo” e “de acordo com”), de verbos que pretendem dissimular a subjetividade do narrador (dizer, informar, contar, falar) e de verbos que exprimem de forma clara sua avaliação (alegar, brincar). Adivirta-se, contudo, que, mesmo quando expressam “imparcialidade”, considerando o modo como se associam aos outros enunciados do texto, os verbos elocutórios registrados acabam por manifestar uma posição do narrador em relação ao dizer do outro. Por fim, constata-se que a fala dos actantes figurativizados como vítimas modalizam-se por um *crer ser*, enquanto a dos criminosos, por um *crer não ser*, configurando-se entre elas uma oposição modal.

A validade de tais afirmações é demonstrada, inicialmente, pela análise da notícia *PMs presos por depenar carro* (*Extra*, Seção Geral, 14/08/09, p.7 – Texto 5), que aborda a prisão de dois policiais militares suspeitos de envolvimento no roubo às peças de um veículo assaltado por uma quadrilha da Zona Oeste do Rio.

(22) FARDA MANCHADA

PMs presos por depenar carro

Policiais que *deveriam* tomar conta de Golf usado em assalto levam bancos, forração e rádio do veículo (grifo nosso)

A retranca<sup>6</sup> “farda manchada” antecipa o julgamento do narrador em relação ao fato informado. Antes mesmo de o leitor se inteirar do que houve, toma conhecimento de que o narrador, certo do discurso que enuncia, condena a ação praticada pelos policiais, conferindo-lhe um sancionamento negativo.

Por força de um contrato prévio e tácito instituído entre sociedade civil e polícia, o policial, figura representativa dessa instância de poder, modaliza-se por um dever, poder e saber servir a essa coletividade, especialmente no que se refere à sua demanda por segurança pública, cabendo a ele pôr em prática performances que confirmem este compromisso. No caso da narrativa em questão, a performance imaginada e esperada corresponderia a: cuidar do veículo assaltado e, posteriormente, abandonado, a fim de devolvê-lo a seu proprietário de direito do modo como foi encontrado. No entanto, o que se verifica é o não cumprimento desta ação, constatada já no subtítulo: “policiais que *deveriam* tomar conta de Golf usado em assalto levam bancos, forração e rádio do veículo”. O emprego do futuro do pretérito modaliza a ação de “tomar conta” pela incerteza (Fiorin, 2008b, p. 204), corroborando a ideia do não cumprimento do dever previsto, que, por sua vez, pressupõe a crença do narrador na culpabilidade dos policiais. Reconhecidos socialmente por dever reprimir e perseguir o crime, os policiais, ao se apossarem das peças do veículo roubado (ao praticar o crime, portanto), contrariam a lógica do contrato firmado com a sociedade civil e acabam por “manchar a farda”. Resta-lhes, portanto, uma punição (sanção negativa) correspondente ao crime efetuado: a prisão e possível expulsão da corporação.

Corroborando a interpretação construída pelo narrador, as falas dos actantes se organizam e se articulam na narrativa de modo a fazer crer na responsabilidade dos policiais militares pelo roubo às peças do carro.

(23) Mas, *de acordo com* o delegado titular da 10ª DP (Botafogo), Luiz Alberto Lage, os dois depenaram o veículo, roubando bancos, forração e aparelhos eletrônicos do painel (grifo nosso).

(24) *De acordo com* o delegado, a Polícia Civil foi ao local para analisar o veículo mas ele não foi encontrado (grifo nosso).

---

6 Por retranca entende-se a “palavra usada genericamente para identificar cada unidade de texto em jornal” (Folha, apud Discini, 2009, p. 220).

(25) Os policiais então ouviram o refém e ele *informou* que o carro estava intacto ao ser deixado na Pinheiro Guimarães (grifo nosso).

(26) Os PMs *alegaram* que o carro foi levado do local para não atrapalhar o trânsito e que já estava sem as peças (grifo nosso).

(27) - Não é normal que um bando vá para a rua com um carro sem banco. As testemunhas dizem que o carro estava intacto – *disse* Lage (grifo nosso).

(28) O comandante do batalhão, coronel Roberto Gil, esteve na delegacia e afirmou que os policiais podem ser expulsos. Este tipo de evento nos envergonha – *afirmou* (grifo nosso).

Observa-se que o narrador elege instaurar o discurso alheio a partir das estruturas direta e indireta. A demarcação das fronteiras entre os dizeres é feita pela inserção da locução adverbial “de acordo com” e de verbos de elocução que simulam neutralidade (“informou”, “disse” e “afirmou”). Essa imparcialidade na projeção do dizer é, contudo, relativizada pela modalização dos dizeres por um *crer ser* e *crer não ser*. As falas institucionalizadas e a do refém aparecem como verdadeiras; já a fala dos policiais suspeitos, inaugurada por “alegaram”<sup>7</sup>, como duvidosas.

A voz do delegado, em (23), ressoa na do narrador, que a repete no título da matéria: “PMs presos por depenar carro”. O narrador se utiliza da mesma expressão eleita pelo delegado para se referir à ação cometida pelos policiais. Confirma-se, assim, a crença do narrador na realidade desse discurso, já que o reproduz em seu enunciado, assumindo sua autoria.

Cabe comentar a escolha pela expressão “depenar o carro”. Esta concentra certa carga intensiva se comparada a expressões mais neutras como “retirar as peças do carro”. A opção por um modo de dizer mais tônico parece intensificar a dimensão do fato, chamando maior atenção e causando maior impacto. A imprevisibilidade da ruptura do contrato (não se espera que policiais pratiquem o crime, mas que o combatam) adquire maior força quando anunciada de forma mais subjetiva.

As vozes ouvidas em (24) e (25) servem de argumentos para comprovar o julgamento efetuado pelo narrador. O bom estado em que se encontrava o veículo

---

7 A forma verbal “alegar” possui no contexto da narrativa a seguinte significação: “apresentar como explicação, desculpa ou pretexto” (Ferreira, 1999, p. 90). Dado o conteúdo manifestado, pode-se afirmar que subjaz à forma “alegaram” a estrutura modal *crer não ser* por parte do narrador, que recobre de incerteza ou dúvida o dizer dos policiais militares.

quando abandonado pelos assaltantes (possuía todas as peças) e seu posterior desaparecimento do local onde foi deixado (fatos tidos por certos e verdadeiros pelo narrador, como comprova o uso do indicativo) conduzem à percepção de que as peças só podem ter sido retiradas/roubadas pelos PMs; o leitor é levado a inferir que a culpa recai sobre os policiais militares.

O discurso citado em (27) sobrepõe-se à versão oferecida pelos PMs, em (26), e a invalida, mostrando ser esta falsa (não parece e não é “normal que um bando vá para rua com um carro sem banco). A aceitação ao dizer do delegado e a recusa à fala dos suspeitos podem ser comprovadas pelo modo como se introduzem essas vozes no interior da narrativa. Dispostas em sequência, a voz dos acusados aparece sob a forma de discurso indireto; enquanto a do delegado, sob a forma de discurso direto. A escolha enunciativa pelo discurso direto gera o efeito de sentido de realidade, uma vez que reproduz não só o conteúdo mas também a expressão do dizer do outro, aparentando manter sua integridade e tom subjetivo. Já a opção pelo discurso indireto (variante analisadora do conteúdo) constrói o simulacro de objetividade analítica, dada a suspensão dos traços enunciativos do interlocutor. Nesse caso, importa recuperar e traduzir, segundo uma ótica “racional e “isenta”, o que se diz (a posição ideológica do interlocutor) e não o como se diz. Com isso, a subjetividade do narrador é velada e se cria a impressão de que ele se afasta do discurso projetado (Fiorin, Savioli, 2006, p. 184). Considerando esses pressupostos, pode-se afirmar que o narrador, ao mesmo tempo em que se distancia da fala dos suspeitos, aproxima-se da do delegado, conferindo-lhe maior força argumentativa no texto. Assim, modaliza a fala do delegado pelo *crer ser* (pela certeza) e a dos policiais acusados pelo *não crer ser* (pela dúvida).

A última fala, em (28), a do comandante, indica a crença na possibilidade da expulsão dos PMs da corporação (*poder ser* sobredeterminado pelo *crer ser*). A sanção negativa pressupõe o não cumprimento pelos policiais da ação prevista (“tomar conta de Golf usado em assalto”). Ora, se o comandante cogita a possibilidade de uma punição é porque reconhece a participação dos policiais no roubo às peças do veículo. Assim, a avaliação que o narrador faz sobre o ocorrido encontra fundamento também na voz (modalizada pelo *crer ser*) do comandante, que, “envergonhado”, modificado, portanto, por um *querer ser* e *saber não poder ser* (Fiorin, 2008b, p. 130), admite a falta cometida pelos PMs e esboça uma promessa de reparação da falta.

As generalizações indicadas no começo desta seção averiguam-se também no exame da narrativa jornalística ‘*Ele disse que não queria morrer*’ (Extra, Seção Geral, 10/09/09, p. 3 – Texto 6), que trata da falta de atendimento médico a duas gestantes internadas em um hospital da rede pública estadual. Nela, observa-se que a projeção de instâncias enunciativas distintas se dá por intermédio ou do discurso direto ou do indireto, do mesmo modo que na notícia analisada anteriormente. Quanto ao meio para sua introdução, opta-se pelo advérbio “segundo” e verbos elocutórios que criam a ilusão discursiva de imparcialidade (contar, afirmar e informar). Cabe lembrar que a seleção por verbos que supõem manifestar apenas o ato de enunciar não isenta o discurso citado de um julgamento por parte do narrador, que o modaliza segundo uma intencionalidade. Assim, modifica os dizeres instalados ora por um *crer ser* ora por um *não crer ser*, como se busca comprovar a seguir.

(29) A merendeira Bárbara Tavares Schimdt, de 34 anos, grávida de cinco meses, *conta* que sentiu taquicardia, e outra gestante estava com falta de ar, mas não foram socorridas pelo médico de plantão, que teria se recusado a atendê-las (grifo nosso).

(30) – O médico entrou na enfermaria e disse que não ia atender, porque não tinha máscara no hospital e não queria morrer – *afirmou* Bárbara [...] (grifo nosso).

(31) A Secretaria estadual de Saúde *informou* que o plantonista avisou às pacientes que buscaria uma máscara e retornou para atendê-las (grifo nosso).

(32) *Segundo* a secretaria, o diagnóstico será dado hoje às gestantes (grifo nosso).

(33) – Estou gripada há dez dias, mas tinha melhorado. A piora veio anteontem (sexta-feira) – *contou* a jovem, grávida de cinco meses do segundo filho (o primeiro tem dois anos) (grifo nosso).

O narrador, embora confie na verdade dos fatos relatados (nos maus-tratos sofridos pelas gestantes e no atraso em relação à entrega dos exames), põe sob suspeita a participação do médico como agente das ações descritas. Esse ponto de vista é reiterado pelos discursos instaurados.

Em (29), não se nega que o mau atendimento ocorreu: suas consequências físicas (taquicardia e falta de ar) são sentidas na voz do interlocutor, a qual é tomada por certa,

já que modalizada pelo *crer ser*, por sua vez concretizado no emprego do indicativo. No entanto, questiona-se a responsabilidade do médico plantonista pelo ocorrido. O narrador modaliza a recusa de socorro às pacientes por um *não crer ser*, atestado pelo uso do futuro do pretérito. Instala-se, assim, a dúvida quanto à negligência médica.

A chave desse problema parece estar na fala projetada em discurso direto, em (30), em que se apresenta a explicação para a manutenção do estado de disjunção das gestantes com o valor saúde.

O médico, ainda que dotado de uma competência cognitiva para prestar um atendimento apropriado às pacientes em questão (dotado de um *saber fazer*, portanto), não pode realizá-lo, é impotente para fazê-lo, porque depende do oferecimento de condições adequadas de trabalho, que lhe são dadas (ou devem ser dadas), neste caso, pelo sistema estadual de saúde pública. A máscara representa, no contexto da gripe suína, instrumento indispensável à prestação de socorro médico, já que tal doença “é transmitida de pessoa para pessoa pela exposição a gotículas infectadas, expelidas por tosse ou espirros”, como afirma o próprio jornal. Assim, pode-se inferir que a ausência desse instrumento impede que o médico empreenda a performance esperada, estando o seu fazer transformador subordinado a um *dever oferecer adequadas condições de trabalho*, a um *dever fazer*, a uma obrigação do sistema estadual de saúde pública. O médico constitui-se, portanto, como uma vítima desse sistema falho, que não o dota da competência modal necessária para que exerça sua atividade profissional de forma plena e correta. Assumindo essa perspectiva, pode-se concluir que o médico se encontra na mesma condição que suas pacientes. Constata-se, novamente, a atuação da estrutura modal *crer ser* sobre a fala dos sujeitos vitimizados na narrativa.

Em (31), a hipótese de que não houve atendimento é novamente rejeitada. A informação atribuída à Secretaria quanto à prestação de auxílio médico é modalizada pelo *crer ser*, concretizado no uso do indicativo (“*retornou para atendê-las*”).

Em (32), o dizer da Secretaria Estadual de Saúde, no que tange à divulgação dos exames (que atestam se o paciente contraiu ou não o vírus da referida gripe), é avaliado como verdadeiro, dado o emprego do futuro do presente, o que comprova também a demora na entrega do diagnóstico, aguardado pelas pacientes “desde a semana passada”.

O discurso citado em (33) legitima a avaliação feita pelo narrador sobre o estado da actante Angélica Souza (“chegou bastante abatida, tossindo muito e com febre alta”). O abatimento intenso é reiterado na fala “autêntica” da actante, que, modalizada pelo *crer ser*, se mostra verdadeira aos olhos do narrador e, por extensão, aos olhos de quem lê.

O estudo das falas reportadas em *Amigas dizem que guia mandou jovem se maquiar antes do voo* (*Extra*, Seção Geral, 10/08/09, p. 3), notícia já aludida na seção anterior, torna clara a percepção do ponto de vista do narrador sobre o fato enunciado no título da matéria.

No que concerne ao modo como o narrador insere na narrativa a fala que não lhe pertence, esta se instala, preferencialmente, pelo discurso indireto. O advérbio “segundo” e verbos *dicendi* que simulam neutralidade e objetividade (*dizer, completar, contar, negar e afirmar*) operam na introdução dos dizeres invocados.

Constata-se a extensão da delegação de voz às três amigas da adolescente morta. O dizer das amigas é recoberto por certa autoridade, uma vez que presenciaram, vivenciaram o fato. Desse modo, estão dotadas de um poder e de um saber dizer. Por essa razão, o narrador escolhe recontar o ocorrido a partir do testemunho por elas oferecido. Essa estratégia cria o efeito de afastamento do narrador, já que transfere às amigas da adolescente a responsabilidade do seu dizer. Por outro lado, ao reconstruir os relatos, o narrador os modaliza sempre pela certeza; pois elege, para a projeção das ações descritas, o presente, o pretérito perfeito e o imperfeito, ou seja, tempos do indicativo. Isso demonstra a concordância do narrador com o discurso das amigas da adolescente morta, como atestam as passagens transcritas abaixo.

(34) Amigas *dizem* que guia *mandou* jovem se maquiar antes do voo (grifo nosso)

(35) *Segundo* três amigas da adolescente, [...] essas *foram* as orientações dadas a elas e à amiga pela guia da empresa (grifo nosso).

(36) Dessa forma, *completam* elas, chegariam ao Brasil “*com boa aparência*” (grifo nosso).

(37) Para Jacqueline, elas *contam* que a guia *pediu* que colocasse óculos escuros para esconder o olho fundo e as olheiras (grifo nosso).

(38) Segundo Fernanda Soares, de 16 anos, na troca do avião, a amiga *precisou* de cadeira de rodas, pois *estava* muito fraca. Já no avião, não conseguiu se alimentar e dormia sentada o tempo todo.

– Coloquei a mão no pulso dela e não tinha batimento. Gritei por socorro. Médicos tentaram ressuscitá-la no corredor do avião – *contou* Laryssa Prata, de 14 anos (grifo nosso).

Em (36), a voz ouvida entre aspas é a da guia da empresa. A explicação apresentada pela guia para as ordens dadas (uso de maquiagem e óculos escuros) denotaria que esta desejava falsear a imagem das adolescentes, forjando um bem-estar físico que não correspondia à realidade. Segundo o próprio dizer do narrador, modalizado por um *saber ser*, “todas elas apresentavam sintomas de gripe e estavam abatidas em função do problema da amiga”. A má-fé da guia é, então, confirmada pelo narrador, que, ao pretender conservar a integridade do dizer da guia<sup>8</sup> pelo uso das aspas, evidencia seu julgamento desfavorável à versão apresentada por ela.

A passagem transcrita em (38) funciona para corroborar o “drama”, a que alude o narrador em seu enunciado (“As jovens contaram, em entrevista ao ‘Fantástico’, da Rede Globo, o *drama* vivido pela amiga momentos antes de falecer”). O emprego desse termo revela a intervenção menos sutil do narrador, que modaliza as experiências vividas pela adolescente por um *querer não ser* e um *não poder não ser*. A fala projetada na sequência por meio do mecanismo de debreagem interna dá continuidade ao dizer do parágrafo anterior (em que se descreve o estado de impotência da jovem), apontando seu desdobramento “dramático”. A presença de vocábulos que designam certa carga intensiva (“*gritei* por socorro”; “tentaram *ressuscitá-la*”) concorre para conferir ao discurso um tom trágico ou dramático, ainda que este seja inaugurado por um verbo supostamente destituído de subjetividade (“contou”).

Ainda que o narrador projete vozes contraditórias ou polêmicas, é possível perceber o seu julgamento, o seu grau de adesão a elas, já que ele as organiza, segundo uma determinada intencionalidade.

---

8 O dizer da guia se instaura na narrativa a partir do mecanismo de debreagem de terceiro grau. Nesse caso, quem delega voz à guia são as actantes figurativizadas como “três amigas da adolescente”, não o narrador.

(39) Os pais de Jacqueline *negam* que a direção da empresa *tivesse informado* que a adolescente estava com pneumonia. Segundo a mãe, foi dito que ela apresentava apenas um quadro de forte gripe, mas já devidamente medicada (grifo nosso).

(40) Filipe Fortunato, diretor executivo da agência Tia Augusta, *negou* que as meninas *tivessem sido orientadas* a se maquiar e *afirma* que os pais *foram avisados* que era um princípio de pneumonia (grifo nosso).

Tanto o dizer dos pais quanto o do diretor estão modalizados por um *saber não ser*. Em (39), os pais reconhecem como falso o fato de terem tomado conhecimento sobre o estado físico da filha. Em (40), o diretor contra-argumenta a fala dos pais da adolescente e, estando seu discurso modalizado pelo *crer ser*, defende que comunicou aos pais o estado da filha. Além disso, o diretor sustenta ser falsa a ação sugerida pela guia da empresa de turismo.

A identificação das modalidades atuantes sobre os dizeres projetados oferece pistas sobre as posições com que o narrador se alinha. Desse modo, o narrador julga por certa a fala do diretor no que se refere ao fato de este ter noticiado os pais sobre o estado da filha (“tivesse informado” *versus* “foram avisados”). Mas avalia como duvidosa a afirmação de que não houve orientação à adolescente para que se maquiasses (“tivessem sido orientadas”).

Considerando os procedimentos de modalização apontados, comprova-se que o narrador, embora faça atuar sobre o mesmo enunciado modalidades opostas e variáveis, (cf. seção 3.1.), adere ao ponto de vista das adolescentes, acreditando, portanto, nas determinações da guia da empresa de turismo responsável pela excursão.

Diferentemente dos exemplos apresentados até o momento, em que o discurso indireto sobrepõe-se ao direto, dado o modo de citação do dizer alheio, a narrativa jornalística *Leilão de pênis gera rebuliço em Nova Iguaçu (Extra, Seção Geral, 18/08/09, p. 6 – Texto 7)*, representa um caso em que a voz do outro é instalada apenas sob a forma do discurso direto.

(41) O anúncio de um leilão de 200 pênis de silicone pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu provocou um rebuliço tamanho família na cidade da Baixada.

– Que babado! Estou sem namorado, até pensei em ir ao sex shop. É concorrência para os homens – *brincou* a promotora de vendas Gabriela da Silva, de 20 anos (grifo nosso).

(42) A muherada aprovou a iniciativa da Justiça.

– O mundo evoluiu – *concluiu* a dona de casa Ângela Ferreira de Melo, de 49 anos [...] (grifo nosso).

(43) [...] Liliane Ferreira, de 20 anos, *fala* sobre o assunto *sem problemas*:

– Não vou ao leilão porque tenho quatro desses. Não tenho preconceito nenhum (grifo nosso).

A notícia se estrutura do seguinte modo: intercala-se a voz do narrador com as vozes dos actantes do enunciado de acordo com uma ordem sequencial: instala-se, primeiramente, a fala do narrador; em seguida, a fala de um dos interlocutores; depois, a fala do narrador e assim sucessivamente. Tanto em (41) quanto em (42) e em (43), o discurso dos actantes atesta o dizer do narrador, servindo como uma espécie de prova da verdade de seu dizer. Entendendo que os efeitos de sentido gerados pelo emprego do discurso direto são autenticidade e realidade, a escolha enunciativa por esse recurso acaba por legitimar o discurso do narrador, que faz da fala do outro seu apoio argumentativo.

No que diz respeito à funcionalidade dessa notícia, esta, além de informar, possui também o papel de entreter. O narrador parece querer provocar o humor e o riso por meio da temática e registro linguístico empregado, sobrepondo, assim, o fazer sentir ao fazer saber.

A ideia do entretenimento se reflete na fala do interlocutor, em (41), que é interpretada pelo narrador como uma “brincadeira”. Ao eleger a forma “brincou” para projetar esse discurso, confere-lhe um tom de graça e divertimento. A intervenção menos sutil do narrador se percebe também em (43), quando qualifica o dizer da actante pela espontaneidade e desembaraço.

Em (42), o discurso citado continua, prossegue a fala do narrador, representando a consequência lógica da ação que ele descreve no parágrafo antecedente; daí o emprego do verbo elocutório “concluiu”. O posicionamento favorável ao leilão implica

o avanço intelectual e moral da sociedade. É essa a ideia contida na fala da actante e com a qual o narrador concorda. Prefere enunciá-lo na voz da actante para garantir o efeito de realidade, já comentado.

O conjunto de notícias analisado buscou servir de atestação às generalizações feitas no início desta seção. Como pôde ser observado, a projeção de instâncias enunciativas distintas da do narrador ocorre, principalmente, pelo discurso indireto, embora tenha se verificado um caso, mostrado na análise acima, em que o discurso direto figure como o único recurso para a manifestação do dizer alheio. A preferência pelo primeiro mecanismo citado encontra explicação no fato de este permitir a intervenção do narrador, no que se refere ao controle e alteração da fala do outro (Fiorin, 2005, p. 76). Cabe comentar que essa interferência é também possibilitada, ainda que em menor grau, pelo discurso direto, já que à projeção deste subjaz a seleção prévia do narrador segundo a intencionalidade argumentativa que deseja conferir ao discurso.

Quanto ao meio de introdução do discurso citado, esta é feita por verbos que simulam neutralidade e também verbos que manifestam maior subjetividade. A análise mostra que, mesmo quando o discurso citado é instalado por um verbo “neutro”, supostamente isento de avaliação, ele se encontra sobredeterminado por modalidades epistêmicas, evidenciando, assim, o julgamento do narrador sobre eles.

### 3.3. Modalização na enunciação

Esta seção compreende o estudo dos procedimentos de modalização que atuam sobre a constituição das imagens do enunciador e enunciatário e sobre o próprio ato enunciativo. Intenciona-se mostrar que o mecanismo de modalização instaura o modo de existência e presença modais dos sujeitos da enunciação constituídos no texto e projeta, portanto, simulacros de sua identidade.

Partindo do pressuposto de que interagir pela linguagem representa antes comunicar-se para alguém do que comunicar algo, entende-se que em todo processo de produção textual imprimem-se necessariamente traços que identificam aquele para quem o texto se dirige. A produção do enunciado realiza-se sempre sobre a influência do outro. A subjetividade, propriedade que, segundo Benveniste (1989), confere existência à linguagem, implica a um só tempo um eu-enunciador e um tu-enunciatário,

instância pressuposta a qualquer enunciado. É a partir da presença e imagem (real ou ideal) do enunciatário, de seus conhecimentos e expectativas que se operam as escolhas linguísticas necessárias à composição do discurso. Desse modo, o enunciador, além de projetar, em seu fazer linguístico, sua própria imagem enquanto sujeito discursivo, instala ainda a figura de seu enunciatário, sua contraparte, a outra face do sujeito da enunciação.

Considerando tais princípios, cabe pensar nas identidades forjadas discursivamente pelo enunciador-jornal popular *Extra* sobre si mesmo e sobre seu enunciatário-leitor do jornal. As análises demonstram que o jornal assume o papel de intermediador entre o leitor e o poder público, dada a sua competencialização para atuar a favor da transformação semiótica do sujeito leitor. Modificado por um dever, um poder e um saber fazer valer os direitos de sua comunidade leitora, promove muitas vezes a conjunção desta com cidadania, objeto de valor por ela desejado, intervindo junto à esfera política. Ao mesmo tempo em que se afirma como sujeito atualizado, o jornal fixa a imagem do leitor como sujeito virtualizado, como aquele que quer mas não pode, porque não sabe empreender, sozinho, a performance e alterar seu estatuto de disjunção do objeto valor. A impotência, incompetência e ignorância configuram a imagem desse leitor, que “tenta” e não consegue, que “reclama” e não é atendido, porque desqualificado para agir ou desinstruído para reconhecer seus direitos.

A notícia *No meio do trajeto, desinformação* (*Extra*, Seção Geral, 16/08/09, p. 14 – Texto 8), que informa sobre o Vale Social, benefício que concede gratuidade em ônibus intermunicipais, trem, metrô e barca a deficientes físicos e doentes crônicos que necessitam realizar tratamento médico fora do município onde residem, confirma o modo de existência e de presença modais aludidos acima.

(44) Submetida a uma cirurgia cardíaca há três anos, Liliana Batista Sarmiento *precisava fazer acompanhamento anual* no Hospital de Cardiologia de Laranjeiras. [...] O tratamento de Liliana *nunca deveria ter sido interrompido* (grifo nosso).

(45) [...] *Não sabia* que a Liliana tinha direito a este cartão – diz a mãe, a dona de casa Eliete Batista Pereira Sarmiento (grifo nosso).

(46) O aposentado Pierson André dos Santos, de 52 anos, também *não desconfiava* que havia outro cartão em seu nome que lhe garantisse novamente as viagens gratuitas em ônibus intermunicipais (grifo nosso).

(47) Ele *não sabia* [o aposentado Pierson André] que tinha um cartão a sua espera (grifo nosso).

Os fragmentos transcritos mostram que, embora mobilizados por um *não poder não fazer* e um *dever fazer*, que se configura no discurso pela necessidade de dar continuidade ao tratamento médico que lhes seja correspondente, os sujeitos não realizam a ação esperada, porque destituídos da competência modal pressuposta a essa ação. Os sujeitos estão ancorados na narrativa por um não saber (pelo desconhecimento e ignorância), como atestam as passagens transcritas. O narrador instala, portanto, sujeitos desqualificados para reconhecer seus direitos (são sujeitos que não “sabem”, não “desconfiam”).

O jornal se apresenta, por meio do discurso enunciado, como o sujeito responsável por dotar tais sujeitos<sup>9</sup> do saber de que precisam para desenvolver o programa narrativo que lhes foi atribuído. Assim, têm seu estatuto modal alterado pelo fazer saber do jornal, que oferece as informações que acredita serem necessárias.

A matéria oferece um dado que atesta a transferência ou doação do saber do jornal para os sujeitos carentes de informação. Nela, figura um quadro que indica, de forma didática, a definição do programa Vale Social, a caracterização de seus beneficiários, o modo de se obter o benefício, os documentos exigidos no momento do requerimento e a função de cada um dos três cartões disponibilizados.

O referido didatismo se comprova por meio da discursivização dos seguintes mecanismos: (a) topicalização das informações segundo uma ordem lógica (primeiro se conceitua o programa, para depois dizer, por exemplo, como se faz para conseguir a inserção o programa); (b) algumas das informações aparecem sob a estrutura de pergunta e resposta; (c) uso de linguagem denotativa, mais clara e objetiva; e (d) reprodução das imagens dos cartões (identificação visual dos cartões).

Além disso, exibe-se uma espécie de nota, que inclui o endereço do site do jornal e, em seguida, a informação: “No site: vídeo explica o preenchimento do

---

9 Adverte-se que os sujeitos figurativizados como desqualificados ou destituídos de competência modal não correspondem a pessoas reais do mundo, mas a simulacros, representações construídas pelo/no próprio discurso do jornal.

formulário”. A disponibilização de imagens que mostram a forma correta de se responder ao formulário constitui igualmente um procedimento que visa a facilitar o entendimento das informações prestadas.

Confirma-se, assim, o assistencialismo, valor embutido no princípio de utilidade, o qual ajuda a fundamentar o jornal do segmento popular (Amaral, 2006; Infoglobo, 2008). Introduzem-se no discurso sujeitos incompetentes para buscar ou reivindicar seus direitos, dada a sua ignorância (ignoram os direitos, não sabem que os possuem, por isso não reivindicam). Cria-se, então, uma relação de dependência entre o leitor e o jornal<sup>10</sup>.

Alinha-se à imagem da ignorância ou incompetência a figura da impotência. Ou seja: o sujeito, além de modalizado por um *não saber fazer*, caracteriza-se ainda por um *não poder fazer*, como atesta a narrativa *Dois problemas numa cratera só* (*Extra*, Seção Geral, 18/08/09, p. 6 – Texto 9), que comunica a reabertura de um buraco no asfalto de uma rua do bairro de Guadalupe, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, devido ao rompimento da tubulação de esgoto.

(48) João Buracão vai pescar em buraco de Guadalupe que foi mal fechado e abriu de novo.

Uma das coisas que João Buracão mais vê quando sai às ruas, em sua luta contra as crateras, são obras malfeitas, que acabam se tornando um problema ainda maior do que o anterior. Foi isso que o boneco cidadão constatou ao chegar a Rua Lourenço Fernandes, em Guadalupe.

Tem-se figurativizado na narrativa o actante João Buracão, sujeito responsável por denunciar o problema urbano, aludido no título e subtítulo da matéria. Ao avaliar a obra como malfeita, o narrador acaba por afirmar a incompetência (*não saber fazer*) e/ou falta de vontade (*não querer fazer*) da instância de poder público responsável pela sua realização. Tal situação é admitida pelo “boneco cidadão”, João Buracão, que tem seu dizer modalizado por um *saber ser* e/ou um *saber não ser*, concretizados no uso da forma “constatou”.

---

10 A esse respeito, afirma a empresa Infoglobo: “o leitor [do *Extra*] gosta e merece ser ajudado” (Infoglobo, 2008, p. 42). O querer do leitor desdobra-se em um dever para o jornal, que tem, portanto, a obrigação de prestar auxílio a esse sujeito desqualificado para agir.

A certeza e verdade do problema urbano supracitado (que pressupõe a incompetência e/ou abulia do poder público) são ainda comprovadas no dizer dos moradores, como mostram as passagens abaixo.

(49) Morador do local, Herik Ferreira, de 22 anos, conta que caminhões não conseguem passar pela via por conta da cratera. Para terem seu lixo recolhido, precisam deixá-lo em uma rua próxima.

(50) – E esse nem é o maior problema. Ficamos realmente preocupados com as crianças, que não podem brincar na rua por causa do risco de cair ali dentro – lamentou [*querer não ser e saber não poder não ser*] o jovem, explicando que o buraco tem mais de um ano.

Diante da inoperância do poder público, os moradores mostram-se impotentes:

(51) – Há dias em que o fedor é insuportável. Já tentamos tapar o buraco [*querer fazer*] com pedaços de madeira, para diminuí-lo, mas nem isso adiantou [*não poder fazer*] – explicou ela.

Como se pode observar, o narrador, instaurado pelo sujeito da enunciação-jornal popular *Extra*, projeta sujeitos que apresentam existência puramente virtual: modalizam-se apenas pelo desejo de empreender um programa narrativo que os leve a um estado de conjunção com a cidadania. A ausência de aptidão ou habilidade para atuar a favor de sua própria transformação acaba por suspender o percurso previsto e conservar o modo de presença do sujeito em relação ao objeto de busca (ou seja, manter o estado de disjunção com o valor almejado). Nesse contexto, o “boneco cidadão” João Buracão, “em sua luta contra as crateras”, ao operar a denúncia contra o problema que afeta tais sujeitos (figurativizada na narrativa pela pesca no buraco do asfalto), realiza a intermediação entre estes e as autoridades, auxiliando-os a continuar o percurso iniciado em direção à conjunção com a cidadania.

O papel de mediador desempenhado pelo actante João Buracão e, ao mesmo tempo, a figurativização dos sujeitos desassistidos pela classe política como impotentes são reiterados em *Hilda e João contra a lama na Baixada (Extra, Seção Geral, 19/09/2009, p. 8 – Texto 10)*, matéria que noticia a formação de um buraco em uma estrada da Baixada Fluminense.

(52) João Buracão sabe que não está sozinho na luta contra as crateras de Nova Iguaçu. Sua amiga nessa cruzada é Hilda Buracão, com quem o boneco cidadão já se encontrou antes. Cavalheiro, ele não quis revelar se há algo mais do que a amizade entre eles. Ficaram apenas na esfera do trabalho: denunciaram a cratera formada na Estrada Rio D'Ouro, entrada do bairro Jardim Panorama.

De acordo com o pai de Hilda, Durval Lopes, de 38 anos, os moradores até colocam cascalho no buraco para tentar amenizar a situação [*querer fazer*], mas não adiantou [*não poder fazer*]. [...]

(53) – Eu já caí no meio da lama, assim como diversos moradores. Para melhorar a situação, nós mesmos tentamos tapar os buracos [*querer fazer*], mas é necessária uma obra grande da prefeitura para acabar com o problema – disse o motociclista.

(54) – As autoridades não dão atenção à nossa comunidade. A Avenida Luiz Galvão do Vale, por exemplo, fica intransitável na altura do número 1.082. Nenhum carro passa por ali – explicou Lopes

Para a construção do modo de existência dos sujeitos, empregam-se as mesmas construções linguísticas verificadas na análise anterior. Assim, a instalação da identidade impotente dos actantes ocorre a partir da combinação das estruturas *querer fazer* e *não poder fazer*, que se concretizam por “tentar” e “não adiantar”. Com efeito, os moradores “tentam amenizar a situação”, “tentam tapar os buracos”, mas “não adianta”. São sujeitos que querem, mas que não podem solucionar, sozinhos, o problema urbano que os aflige e os mantém em disjunção com o direito cidadão; dependem do fazer das autoridades, que, no entanto, modalizadas por um *não querer fazer* (“não dão atenção à nossa comunidade”), rompem o contrato com a sociedade e interrompem o percurso dos sujeitos.

Novamente, João Buracão, o “boneco cidadão”, mostra-se associado à ideia de luta e surge na narrativa modalizado pelo *dever*, *saber* e *poder* atuar a favor dos interesses de uma população carente de direitos. Ou seja, Buracão é dotado das qualidades modais que faltam aos actantes figurativizados como moradores. Buracão é sujeito atualizado, enquanto os moradores privados de amparo político, virtualizados. Nesse sentido, pode mediar a relação entre estes e o poder público, colaborando com a efetuação da transformação do estado de disjunção em conjunção com o valor almejado, isto é, com a cidadania (que, no caso desta notícia, manifesta-se pelo direito a obras, asfalto, esgoto e iluminação).

Dada a função desempenhada pelo actante João Buracão nas duas últimas narrativas examinadas (denunciar os problemas urbanos nas periferias do Rio), acredita-se que este assuma o papel de adjuvante – “ator diferente do sujeito do fazer: corresponde a um poder-fazer individualizado que, sob a forma de ator, contribui com seu auxílio para a realização do programa narrativo do sujeito” (Greimas, Courtés, 2008, p. 24). Desse modo, os sujeitos, impulsionados pelo desejo de cidadania, recorrem à figura de Buracão, que apresenta a competencialização de que necessitam, para que este interceda a seu favor no percurso de busca do objeto valor e lhes ajude a promover a alteração de seu estatuto.

A caracterização, de um lado, do enunciador-jornal popular *Extra* como instância mediadora da relação entre o povo e a classe política e, de outro, a conformação da imagem dos sujeitos (que no discurso representam a população carente de direitos) como impotentes podem ser ainda apreendidas na notícia *Baixada, enfim, ganha a primeira obra do PAC* (*Extra, Seção Geral*, 19/08/2009, p. 7 – Texto 11), que trata da entrega das obras de saneamento e urbanização (relativas ao PAC) a moradores de dois bairros em Nova Iguaçu.

A concretização da referida obra supõe a realização de um programa narrativo, em que um sujeito (poder público), mobilizado por um *dever fazer* (dever prover saneamento e urbanização à determinada comunidade, a fim de melhorar a situação de moradia da população) e atualizado por um *poder* e um *saber fazer*, empreende a performance transformadora, ou seja, finaliza as obras e promove a conjunção dos moradores com o valor almejado (cidadania ou condições dignas de vida). O cumprimento da performance esperada, contudo, não ocorre dentro do período de tempo previsto.

(55) Pouco mais de dois meses após o EXTRA mostrar os problemas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Baixada Fluminense na série de reportagens “Empacou”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, *enfim*, ontem, a primeira obra de urbanização e saneamento da região em Nova Iguaçu (grifo nosso).

Recaindo sobre o ato enunciativo, o advérbio “enfim” sugere ter havido uma demora na conclusão da ação de entrega das obras. Essa ideia está implicada ainda no título da série de reportagens publicadas pelo *Extra* para denunciar os problemas

detectados nas obras do PAC: “Empacou”, que indica uma parada (ou suspensão) decorrente de um processo de desaceleração contínuo. Assim, o emprego do advérbio “enfim” deixa sentir que houve uma expectativa em relação ao cumprimento da performance e um certo alívio do narrador em anunciar seu cumprimento.

A performance parece ser reativada quando da divulgação das matérias do *Extra*, já que o narrador condiciona a inauguração das obras às denúncias feitas, construindo uma relação de causa e efeito ou de implicação (se o *Extra* publica a suspensão da ação, então o governo dá continuidade às obras e finaliza-as). Confirma-se, mais uma vez, o papel do jornal de intermediador entre povo e poder público.

O *Extra* se impõe novamente como o sujeito manipulador da performance transformadora do poder público:

(56) Após as matérias publicadas no EXTRA, houve um rodízio nas superintendências da Caixa e muitos prefeitos aceleraram o envio de seus projetos ao governo federal, para que as obras saiam logo do papel.

De acordo com o dizer do narrador, as denúncias realizadas pelo jornal acabaram por motivar os prefeitos a cumprir sua parte no acordo e submeter seus projetos à avaliação do governo federal. A fiscalização do jornal parece impor um andamento acelerado no processo de realização das obras.

O narrador opta por encerrar seu texto, enfocando as reclamações e protestos da população desassistida em Nova Iguaçu.

(57) Durante o evento foram estendidas diversas faixas e cartazes com reclamações em relação às obras do PAC e com protestos contra o governador Sérgio Cabral e o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, que também participaram da inauguração.

O ataque verbal ao governo mostra a insatisfação da população (modalizada por um *querer ser* e um *não poder ser*). O quadro construído pelo narrador remete ao dizer anteriormente enunciado, em que está projetada a imagem dos moradores como indivíduos privados do direito à “moradia digna”. Retomar a imagem da disjunção com o objeto de desejo é repetir e reforçar a percepção dos moradores enquanto figuras virtualizadas, instituídas apenas pelo *querer*, impotentes para atingir a conjunção com o objeto de valor, demonstrando o ponto de vista do narrador e, por conseguinte, do sujeito que o instaura, o enunciador-jornal *Extra*.

Considerando os mecanismos de modalização indicados nas análises desta seção, observa-se que a instalação na narrativa de sujeitos cuja existência modal é dada por um *não poder* e um *não saber poder fazer* corresponde a uma forma de projetar os enunciatários do jornal, vistos também como sujeitos incompetentes para exigir, sozinhos, seus direitos como cidadãos. Dada essa perspectiva, impõe-se a figura do jornal que, descrito por um *crer dever fazer saber e poder fazer*, opera a intermediação necessária à alteração do estatuto desses sujeitos, possibilitando, portanto, a desejada conjunção destes com a cidadania.

## CONCLUSÃO

O presente estudo propôs-se a reconhecer e analisar, em narrativas jornalísticas populares, os procedimentos de modalização presentes no enunciado, nas falas dos interlocutores e na enunciação, objetivando depreender a subjetividade instalada no discurso, principalmente no que concerne à atuação das modalidades no jogo de crenças e verdades instalado pelo narrador e na configuração das imagens dos sujeitos partícipes do ato enunciativo.

As análises realizadas no âmbito do enunciado permitiram constatar, a partir da identificação das modalidades epistêmicas do crer e do saber incidentes sobre o dito, que o narrador, apesar de fazer oscilar o discurso entre variantes modais que indicam certeza, dúvida e probabilidade, modaliza o dizer que assume menos pela descrença e mais pela crença e confiança, instituindo-se como um sujeito convicto. O narrador, ao tomar por certos os enunciados cuja autoria lhe é atribuída, busca comprovar a realidade destes a partir de informações que julga observáveis. Importa destacar que, embora tais efeitos de sentido sejam apreendidos a partir da manifestação da modalização no enunciado, esta representa, em verdade, uma escolha da enunciação, instância logicamente pressuposta ao enunciado.

Quanto à atuação das modalidades epistêmicas nas falas dos actantes do enunciado, verificou-se que a projeção de tais instâncias enunciativas ocorre principalmente por meio dos discursos direto e indireto, com a preferência deste último. A manifestação frequente do discurso indireto justifica-se pela maior possibilidade de interferência sobre o dizer alheio. Por meio deste mecanismo, controla-se e altera-se com maior força o discurso do outro, analisando-o e ajustando-o segundo os valores e pontos de vista a que se deseja fazer aderir. No que se refere ao modo de introdução do discurso citado, este se dá por meio do emprego de advérbios (ou locuções adverbiais), de verbos que simulam neutralidade e, ainda, de verbos que exprimem maior

subjetividade. As análises evidenciam que a manifestação de tais verbos elocutórios, mesmo os que buscam suspender as marcas da avaliação do sujeito sobre o dizer citado, pressupõe a modalização de um *crer ser* ou um *crer não ser*, dada a relação instituída com os demais enunciados do texto, denunciando assim o modo de adesão do narrador ao dito.

A observação da incidência dos procedimentos de modalização sobre o ato enunciativo possibilitou a apreensão dos modos de existência e presença modais dos sujeitos que dele participam. Assim, constata-se a instalação de um jornal mediador, cuja identidade é reconhecida não só pelo *fazer saber*, mas também pelo *fazer fazer*, dado que a doação de informação e/ou conhecimento funciona como forma de competencialização para uma posterior (e pressuposta) ação social do leitor do jornal. Ao mesmo tempo em que se constrói a imagem de um enunciador marcado por um *crer dever fazer saber e fazer*, funda-se a figura do enunciatário desprovido das aptidões modais garantidoras da alteração de seu estatuto, isto é, firma-se no discurso um leitor caracterizado pelo *não saber e não poder* transformar as próprias condições de existência. A ignorância e impotência desse sujeito o tornam, portanto, dependente da ação assistencialista do jornal, justificando seu papel de interventor ou defensor dos direitos da população carente de informação.

Diante do retrato traçado discursivamente, o qual revela leitores desamparados socialmente, o jornal popular *Extra* se posiciona, no cenário midiático, como o responsável a oferecer o “alento informativo” que julga faltar a tais sujeitos para sua sobrevivência diária. Ao levar-lhes conhecimento, o jornal oportuniza a ação desses sujeitos sobre o mundo que os cerca, conferindo-lhes relativa autonomia. Nesse sentido, não devem ser observados como sujeitos plenamente passivos, depositários de informação, mas como sujeitos capazes de atuar sobre e transformar sua própria realidade a partir da instrumentalização cognitiva proporcionada por um jornal que se pretende assistencialista e se constrói sob esse simulacro.

As análises atestam, portanto, as hipóteses aventadas neste estudo e mostram ser a modalização intrínseca ao próprio ato enunciativo. A partir da apreensão e descrição dos mecanismos de modalização manifestados no texto foi possível o reconhecimento de sua atuação na instauração dos julgamentos efetuados pelos sujeitos projetados, contribuindo na constituição da direção argumentativa dos textos, e na projeção de

simulacros de identidades, reforçando perfis sociais criados no/pelo discurso jornalístico popular. Considerando as funções apresentadas, a modalização impõe-se como instrumento fundamental ao entendimento da discursivização dos enunciados e da produção de sentidos no texto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. F. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARROS, D. L. P. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

\_\_\_\_\_. Estudos do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-213.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-87.

DISCINI, N. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 117-153.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. A semiótica discursiva. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Org.) *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008a, p. 121-144.

\_\_\_\_\_. Modalização: da língua ao discurso. In: \_\_\_\_\_. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008b.

\_\_\_\_\_; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2006. p. 180-191.

\_\_\_\_\_. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2005.

FONTANILLE, J. As modalidades. In: \_\_\_\_\_. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 169-185.

\_\_\_\_\_; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso: Humanitas, 2001. p. 227-262.

GOMES, R. S. Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies. Revista do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Colibri, 2009 [no prelo].

\_\_\_\_\_. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal*. Niterói: EdUFF, 2008.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre modalização em semiótica. *Linguagem em (Re)vista*, 2007, v. 6/7, p. 34-45.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

INFOGLOBO. *Produto*. Rio de Janeiro: Compulix Publicações Especiais, 2008.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2006.

PAQUIELI, C. S. A construção do texto na perspectiva das modalidades. Rio de Janeiro, 2009 [texto impresso, inédito].

## ANEXOS

## Lista de Narrativas Jornalísticas

Texto 1 – ‘Isso aqui é coisa de bacana’. *Extra, Seção Geral*, 14/08/09, p. 3.

Texto 2 – Vaias a Cabral fazem PT pedir desculpas a Lula. *Extra, Seção Geral*, 02/09/09, p. 12.

Texto 3 – ‘Mãe peregrina’ garante direitos do filho portador de deficiência. *Extra, Seção Geral*, 23/08/09, p. 10.

Texto 4 – Amigas dizem que guia mandou jovem se maquiar antes do voo. *Extra, Seção Geral*, 10/08/09, p. 3.

Texto 5 – PMs presos por depenar carro. *Extra, Seção Geral*, 14/08/09, p.7.

Texto 6 – ‘Ele disse que não queria morrer’. *Extra, Seção Geral*, 10/09/09, p. 3.

Texto 7 – Leilão de pênis gera rebuliço em Nova Iguaçu. *Extra, Seção Geral*, 18/08/09, p. 6.

Texto 8 – No meio do trajeto, desinformação. *Extra, Seção Geral*, 16/08/09, p. 14.

Texto 9 – Dois problemas numa cratera só. *Extra, Seção Geral*, 18/08/09, p. 6.

Texto 10 – Hilda e João contra a lama na Baixada. *Extra, Seção Geral*, 19/09/2009, p. 8.

Texto 11 – Baixada, enfim, ganha a primeira obra do PAC. *Extra, Seção Geral*, 19/08/2009, p. 7.

EMPACDU

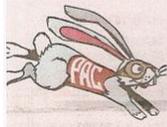
FOTOS CLÉBER JUNIOR



COMERCIANTE LEANDRO ABRANTES aprecia a vista privilegiada das praias de Ipanema e Arpoador da janela de um dos apartamentos do PAC que estão construídos no Morro do Cantagalo

# 'Isso aqui é coisa de bacana'

Moradores aprovam apartamentos do PAC que terão vista para as praias de Ipanema e Copacabana



UMA CAROLINA TORRES  
torres@extra.inf.br

Ao contrário de muitas obras do PAC realizadas longe da capital — que estão paradas ou muito atrasadas — Zona Sul do Rio o resultado do Programa de Aceleração do Crescimento já pode ser visto e até aproveitado.

Este foi o caso do comerciante Leandro Neres Abrantes, de 27 anos, que se surpreendeu ao entrar, pela primeira vez, num dos apartamentos que estão tendo a construção concluída nos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, em Copacabana e Ipanema.

Encostado na janela de um dos imóveis, apreciando a vista das praias de Ipanema, do Arpoador e um pedacinho da de São Conrado, ele sonhava com a hora em que passará a

ocupar uma das unidades. Ao seu lado, outro futuro morador, o instalador Josué Tiago Caetano, de 45 anos, observava o mar azul.

— Quem é que não ia querer um apartamento com uma vista dessas? — perguntou Leandro, nascido em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e morador há 17 anos do Morro do Cantagalo.

### Solenidade com Luíza

Ele e Josué acompanham, há cerca de um ano, o desenvolvimento da obra. Tijolo a

tijolo, os dois viram o nascimento dos 56 apartamentos. Mas nunca souberam ao certo como ficariam as instalações que, a partir do próximo dia 18, se tomarão seus lares. A primeira impressão foi a melhor possível. A entrega será feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Não sabia direito o que ia encontrar. Mas agora estou vendo que está tudo muito bonito — disse Josué, nascido e criado no Cantagalo.

A melhor parte da visita, para os dois, foi o apartamen-

to mobiliado — uma espécie de showroom do PAC. Lá, puderam ter uma ideia ainda melhor de como ficará o novo lar depois de decorado.

— Nossa, já estou imaginando a cor da tinta para pintar a parede, o piso que vou colocar. Tenho umas economias guardadas para comprar móveis novos. Vai ser devagarzinho, mas eu chego lá. Vou tirar onda de bacana acordando e vendo o sol nascer da janela — disse Leandro.

Enquanto os novos moradores se deliciavam com a vi-

sita pelo prédio já construído, funcionários trabalhavam nas demais unidades — serão quatro blocos no total. Outros 64 apartamentos devem ser entregues até o fim do ano. Já o playground para a criançada está praticamente pronto.

O barulho das máquinas, o vai e vem de funcionários e a movimentação de uma grua gigantesca já se tornaram parte da paisagem do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. Agora, só resta aguardar para ver o resultado das obras, que devem terminar em 2010.



APARTAMENTO DO PAC mobiliado para visitação de moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho: 56 unidades serão entregues na terça-feira e outras 64 em novembro até o fim do ano

# Vaias a Cabral fazem PT pedir desculpas a Lula

Cúpula do partido no Rio intervém após manifestação atribuída a Lindberg

■ MARCELO DIAS

marcelo.dias@extra.inf.br

■ “Isso é coisa tua, Lindberg!” A reação do governador Sérgio Cabral (PMDB) a mais uma sessão de vaias — a quinta, em 13 meses — em eventos com o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias (PT), fez com que a cúpula do PT fluminense pedisse desculpas ao presidente Lula, ontem, no Maracanãzinho.

Lula entregava certificados a 2.043 beneficiários do programa Bolsa Família que concluíram cursos profissionalizantes e, a cada menção ao governador, surgiam apupos no ginásio. Dentre os contemplados, 60% eram de Nova Iguaçu, que, no início, ensaiaram vaias a Cabral. Militantes da União Nacional dos Estudantes — presidida por Lindberg de 1992 a 1993 — engrossavam o coro.

O governador cobrou explicações do prefeito no palco. Ambos são pré-candidatos ao governo, embora Lindberg considere o Senado.

## Bronca na UNE

— Isso não é bom para a aliança nacional PT-PMDB. Temos que botar água nessa fervura. Dissemos ao presidente que o PT do Rio está sintonizado com o projeto nacional — contou o deputado Rodrigo Neves, líder da bancada petista na Alerj, junto com o presidente do partido, Alberto Cantalice.

Deixando o discurso de la-



MESMO COM CABRAL no meio, Lindberg estica a mão para cumprimentar Lula antes das vaias

do, Lula falou de improviso e defendeu Cabral com uma descompostura na UNE:

— Não é justo nem politicamente correto vir a um ato público para vaiar por divergências políticas. Quem vaia acha que é bonito. Depois, vão ver no jornal que alguém foi vaiado. É algo depreciativo. Se as vaias fossem para mim, nem me importava. Mas é preciso um pouco de compreensão ao momento do dia de hoje.

extraonline.com.br

► Veja o vídeo com a bronca que Lula deu nos estudantes



## ‘Não vou mais’

■ Após a cerimônia, assistida por cerca de três mil pessoas, o prefeito de Nova Iguaçu se levantou e foi embora, sem esperar pela bronca do presidente. Mas garantiu que não haverá mais vaias.

— Se o problema é esse, não vou mais a eventos com Cabral e Lula. O governador tem que parar de me culpar pelas vaias que leva. Eram estudantes vaiando porque os professores ganham R\$ 600 — defendeu-se Lindberg.

No fim, Cabral desabafou e disse que também não iria a eventos com Lindberg. Constrangido, o prefeito Eduardo Paes também foi vaiado.

— Há um arrocho na política estadual para a educação. Gastaram no Caveirão Transformer (R\$ 650 mil) o mesmo que se negou para o bandeirão da Uerj. O Paes prometeu a meia passagem para os universitários e não cumpriu — disse Rodrigo Mondego, diretor da UNE.

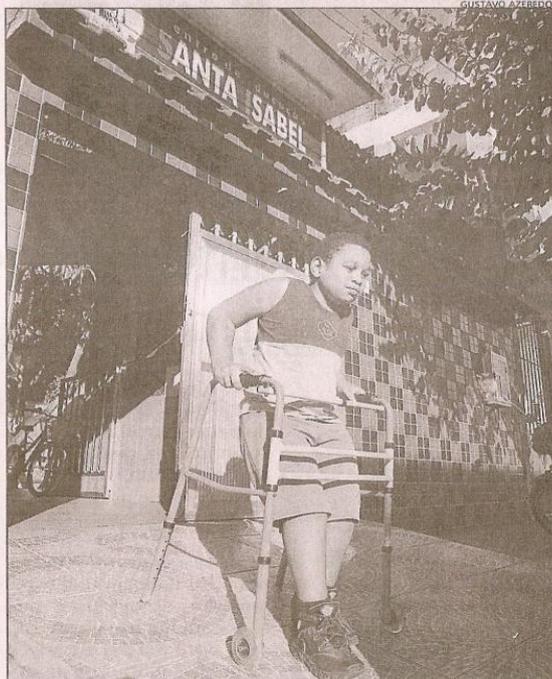
# 'Mãe peregrina' garante direitos do filho portador de deficiência

Servente de Caxias consegue, no MP, vaga, transporte e adaptação de escola

■ ELIANE MARIA  
elianema@extra.inf.br

■ A busca durou oito meses, tempo em que a servente Nízia da Silva Nóia, de 47 anos, percorreu escolas públicas e privadas de Duque de Caxias à procura de uma unidade adaptada para o filho, Gabriel da Silva Nóia Vieira, de 11, cursar o 6º ano do ensino fundamental em 2010. A resposta veio na última segunda-feira, numa audiência no Ministério Público (MP): o menino, com dificuldade de locomoção, terá prioridade de matrícula na rede municipal para estudar num prédio que passará por obras, ainda este ano.

— Ficou definido que o Gabriel vai estudar na (Escola Municipal) Nossa Senhora do Pilar. A verba de R\$ 43 mil para obras de adaptação deve sair agora em setembro, segundo a secretaria. Ela será usada para a construção de um banheiro e a colocação de rampas e barras — explica a promotora Andréa Rodrigues Amin, da 1ª Promo-



GABRIEL, DIANTE DA ESCOLA atual, adaptada: vaga para 2010

toria da Infância e da Juventude de Caxias.

A escola atual de Gabriel, na rede particular, é adaptada, mas só oferece até o 5º ano. De acordo com a Secre-

taria municipal de Educação (SME), a adaptação deve ser concluída até dezembro.

Na audiência entre a mãe de Gabriel e a coordenadora de Educação Especial da

SME, Edicléia Mascarenhas, ficou estabelecido que o menino terá direito a transporte escolar e será encaminhado ao Centro de Atenção ao Portador de Deficiência (Ceapd), onde fará fisioterapia.

## Voto de confiança

Em julho, numa entrevista ao EXTRA, Nízia se mostrou resistente à indicação da escola agora escolhida para a adaptação. Ela não tinha boa referência da unidade, que sofreria com a falta de professores.

— A coordenadora me pediu um voto de confiança. Fiquei satisfeita com a competência do Ministério Público, que resolveu tudo na primeira audiência. A promotora disse que não abre mão de um parágrafo — afirma Nízia.

A luta já não mais tão solitária de Nízia vai garantir a mais crianças portadores de necessidades especiais o direito à cidadania. A secretaria vai contratar 40 cuidadores para atendê-las. O MP pediu ainda, num prazo de dez dias, um relatório sobre a rede para garantir obras em outras escolas.

EPIDEMIA GLOBAL

# Amigas dizem que guia mandou jovem se maquiar antes do voo

Adolescente que morreu com pneumonia teria sido orientada ainda a usar óculos para esconder o abatimento

■ PAULO CARVALHO  
pauloc@extra.inf.br

■ Maquiagem e óculos escuros para disfarçar o abatimento e poder embarcar, sem chamar a atenção de agentes sanitários do aeroporto. Segundo três amigas da adolescente Jacqueline Ruas, de 15 anos, morta num voo entre Miami e São Paulo no dia 1º de agosto, essas foram as orientações dadas a elas e à

amiga pela guia da empresa Tia Augusta. Dessa forma, completam elas, chegariam ao Brasil "com boa aparência". As jovens contaram, em entrevista ao "Fantástico", da Rede Globo, o drama vivido pela amiga momentos antes de falecer em função de uma infecção generalizada, provocada por pneumonia.

As três estavam na mesma excursão que levou Jacqueline e um grupo de adolescen-

tes à Disney. Todas elas apresentavam sintomas de gripe e estavam abatidas em função do problema da amiga. Para Jacqueline, elas contam que a guia pediu que colocasse óculos escuros para esconder o olho fundo e as olheiras.

## Menina só dormia

Segundo Fernanda Soares, de 16 anos, na troca de avião, no Panamá, a amiga precisou de cadeira de rodas, pois esta-

va muito fraca. Já no avião, não conseguiu se alimentar e dormia sentada o tempo todo.

— Coloquei a mão no pulso dela e não tinha batimento. Gritei por socorro. Médicos tentaram ressuscitá-la no corredor do avião — contou Laryssa Prata, de 14 anos.

Os pais de Jacqueline negam que a direção da empresa tivesse informado que a adolescente estava com pneumonia. Segundo a mãe, Maria

Aparecida Ruas, foi dito que ela apresentava apenas um quadro de forte gripe, mas já devidamente medicada.

## Agência nega acusação

Filipe Fortunato, diretor-executivo da agência Tia Augusta, negou que as meninas tivessem sido orientadas a se maquiar e afirma que os pais foram avisados que era um princípio de pneumonia. O pneumologista Carlos

Roberto de Carvalho explicou que a viagem de 13 horas pode ter agravado a doença. Segundo ele, dentro de um avião a pressão interna é mais baixa do que em solo e, com isso, a circulação de oxigênio no sangue e nos pulmões é menor.

HOJE: este tema está na pauta do programa Loureiro Neto.  
**RádioGlobo**  
Bota Amizade Nissol

MARCIO FRANCO

FARDA MANGHADA

# PMs presos por depenar carro

Policiais que deveriam tomar conta de Golf usado em assalto levam bancos, forração e rádio do veículo

■ Um sargento e um cabo da Polícia Militar foram presos ontem à tarde por peculato (crime praticado por funcionário público). Lotados no 2º BPM (Botafogo), eles deveriam tomar conta do Golf preto placa LUY-5265 que foi abandonado por uma quadrilha de ladrões em Botafogo. Mas, de acordo com o delegado titular da 10ª DP (Botafogo), Luiz Alberto Lage, os dois depenaram o veículo, rou-

bando bancos, forração e aparelhos eletrônicos do painel.

O Golf foi abandonado por integrantes de uma quadrilha que está apavorando a Zona Sul da cidade. Ele tinha sido usado pelos bandidos para fugir de um arrastão no Túnel Santa Bárbara, na última quarta-feira. Ontem pela manhã, os criminosos roubaram duas pessoas que estavam num posto próximo ao Parque da Catacumba. Um deles,

proprietário de uma moto, foi levado como refém.

Por volta das 7h da manhã, o bando fechou a Rua Pinheiro Guimarães, em Botafogo, promovendo um arrastão a motoristas. Eles deixaram o Golf e fugiram em outro carro, um Honda Civic. De acordo com o delegado, a Polícia Civil foi ao local para analisar o veículo mas ele não foi encontrado. Mais de uma hora depois, houve a comunicação

pelos PMs de que o veículo estava em outra rua: a General Polidoro, próximo ao Cemitério de São João Batista.

## Banco diferente

Os policiais encontraram o carro sem o banco do carona e de trás. Também foi roubada toda a forração lateral, estepe e equipamentos do painel. O banco do motorista era diferente do original. Os policiais então ouviram o refém e ele

informou que o carro estava intacto ao ser deixado na Pinheiro Guimarães.

Os PMs alegaram que o carro foi levado do local para não atrapalhar o trânsito e que já estava sem as peças.

— Não é normal que um bando vá para a rua com um carro sem banco. As testemunhas dizem que o carro estava intacto — afirmou Lage.

A polícia fez investigações para encontrar as peças e con-

tou com a colaboração da PM, que cedeu o roteiro da viatura registrado pelo GPS. O comandante do batalhão, coronel Roberto Gil, esteve na delegacia e afirmou que os policiais podem ser expulsos.

— Este tipo de evento nos envergonha — afirmou.

HOJE: este tema está na pauta do programa Loureiro Neto.  
**RádioGlobo**  
Bota Amizade Nissol

# 'Ele disse que não queria morrer'

Sem máscara, médico teria se recusado a atender gestantes no Pedro II

■ ANA SOUZA

ana.souza@extra.inf.br

■ LETÍCIA VIEIRA

leticia.vieira@extra.inf.br

■ Duas grávidas internadas no Hospital Estadual Pedro II, em Santa Cruz, acusam um médico de maus-tratos. As pacientes que, desde a semana passada, estão em isolamento na enfermaria do hospital com suspeita de gripe suína, também reclamam da demora na divulgação do diagnóstico da doença.

A merendeira Bárbara Tavares Schimdt, de 34 anos, grávida de cinco meses, conta que sentiu

taquicardia, e outra gestante estava com falta de ar, mas não foram socorridas pelo médico de plantão, que teria se recusado a atendê-las.

— O médico entrou na enfermaria e disse que não ia atender, porque não tinha máscara no hospital e não queria morrer — afirmou Bárbara, que chegou ao hospital na sexta-feira. Dias antes, ela já havia passado pela unidade, mas foi liberada.

A mãe de outra gestante, Elizabete de Jesus, de 38 anos, registrou queixa na 36ª DP (Santa Cruz) para denunciar a falta de atendimento à filha, Riarianne de Jesus, de 17 anos, grávida de 8 meses.

A Secretaria estadual de Saúde informou que o plan-tonista avisou às pacientes que buscariam uma máscara e retornou para atendê-las.

## Diagnóstico em 48 horas

Segundo a secretaria, o diagnóstico será dado hoje às gestantes. Um convênio foi firmado com um laboratório particular, que passará a informar o resultado de gripe suína em até 48 horas.

No Posto de Acolhimento do Hospital Miguel Couto, na Gávea, poucas pessoas procuraram atendimento ontem. Até o início da tarde, apenas 20 pacientes estiveram no local. Sábado, dia de

maior movimento, foram feitas 110 consultas.

Uma grávida menor de idade deu entrada ontem no posto com sintomas de gripe suína. Angélica Souza, de 17 anos, chegou bastante abatida, tossindo muito e com febre alta. Acompanhada da sogra, a advogada Deise Batista, Angélica disse que os vômitos são constantes.

— Estou gripada há dez dias, mas tinha melhorado. A piora veio anteontem (sexta-feira) — contou a jovem, grávida de cinco meses do segundo filho (o primeiro tem 2 anos).

# Leilão de pênis gera rebuliço em Nova Iguaçu

■ O anúncio de um leilão de 200 pênis de silicone pela 6ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu provocou um rebuliço tamanho família na cidade da Baixada.

— Que babado! Estou sem namorado, até pensei em ir a uma sex shop. É concorrência para os homens — brincou a promotora de vendas Gabriela da Silva, de 20 anos.

A mulherada aprovou a iniciativa da Justiça.

— O mundo evoluiu — concluiu a dona de casa Ângela Ferreira de Melo, de 49 anos, em passeio com as filhas no calçadão.

Dona Ângela teve um brinquedinho erótico em seus tempos de moça. Sua filha, Liliane Ferreira, de 20 anos, fala sobre o assunto sem problemas:

mas no entanto.

Dona Ângela teve um brinquedinho erótico em seus tempos de moça. Sua filha, Liliane Ferreira, de 20 anos, fala sobre o assunto sem problemas:

— Não vou ao leilão porque tenho quatro desses. Não tenho preconceito nenhum.

O valor arrecadado com a venda dos objetos eróticos — com preços em torno de R\$ 25 — será destinado ao pagamento de uma indenização trabalhista.

# No meio do trajeto, desinformação

Desconhecimento sobre Vale Social leva beneficiados a não retirar cartões e emperra programa com pedidos improcedentes

ELIANE MARIA  
eliana@extra.inf.br

Submetida a uma cirurgia cardíaca há três anos, Liliã Batista Sarmento, de 12, precisava fazer acompanhamento anual no Hospital de Cardiologia de Laranjeiras. Mas a mudança do Rio para São Gonçalo e a situação financeira da família, que sofreu um abalo com o desemprego do pai, levaram a mãe da menina a se adaptar à nova realidade, tratando da filha em postos de saúde da região.

O tratamento de Liliã, no entanto, nunca deveria ter sido interrompido. Portadora de Síndrome de Down, a menina está entre os 6.991 beneficiários do Vale Social, que concede gratuidade em transportes intermunicipais a deficientes físicos e doentes crônicos. Na secretaria estadual de Transportes, 1.452 cartões estão à espera de pessoas que têm direito ao benefício.

— Fomos ao posto, no Barreto, para pedir o cartão aqui de São Gonçalo e de Niterói. Ao Rio, não estamos mais indo. Meu marido ficou desempregado e a gente mora de aluguel. Não sabia que a Liliã tinha direito a este cartão — diz a mãe, a dona de casa Eliete Batista Pereira Sarmento.

## Mudança de cartão

O aposentado Pierson André dos Santos, de 52 anos, também não desconfiava que havia outro cartão em seu nome que lhe garantisse novamente as viagens gratuitas em ônibus intermunicipais. Ele perdeu a visão do olho esquerdo aos 23 anos e a do direito, aos 42.

— Usava um cartão para ônibus, trem e barca, mas passaram de aceitá-lo nos ônibus.

extraonline.com.br

► No site: vídeo explica o preenchimento do formulário



O APOSENTADO PIERSON ANDRÉ com a mulher, lokamara: cego das duas vistas, ele não sabia que tinha um cartão a sua espera

## INFORMAÇÕES SOBRE O VALE

### ► O QUE É?

É um benefício garantido pela Lei estadual 4.510, de 13 de janeiro de 2005, que garante gratuidade para deficientes físicos e doentes crônicos que fazem tratamento fora do município onde moram.

### ► QUEM TEM DIREITO?

Acompanhantes de deficientes e doentes crônicos que não tenham condições de se locomover sozinhos (em decorrência da doença ou por serem menores) também têm direito à gratuidade. Entretanto, nem todas as doenças crônicas dão direito ao vale. A lei abrange apenas os casos em que haja tratamento continuado, cuja interrupção possa acarretar risco de morte. Segundo a coordenadora médica Helena Norma Caruso, a cada cem pedidos, de 60% a 70% são improcedentes e acabam indeferidos.

### ► COMO REQUISITAR

Basta procurar um dos 156 postos de cadastramento no estado e retirar o formulário (a ficha também pode ser obtida no site da secretaria, no endereço [www.transportes.rj.gov.br](http://www.transportes.rj.gov.br)). A primeira parte pode ser preenchida pelo requerente, mas o verso deve ser preenchido por um médico da rede pública. As informa-



### ► SEQUELAS

Em formulários de pacientes com sequelas de poliomielite, acidente vascular cerebral (AVC) e acidente vascular encefálico (AVE), é fundamental que o médico dê o máximo de detalhes para a avaliação da junta médica que vai ler o laudo sem ver o paciente, num primeiro momento. Se ele for cadeirante, isso deve constar do laudo.

### ► DOCUMENTOS

Devem ser anexadas ao formulário cópias da identidade, do CPF e do comprovante de residência do requerente, além de uma foto 3x4 recente.

### ► VALIDADE

Os cartões emitidos a partir de 13 de agosto têm validade de quatro anos para deficientes e doentes crônicos. Nos emitidos anteriormente, a validade é de dois anos para deficientes e de um para doentes crônicos.

### ► CARTÕES DIFERENTES

Há três tipos de cartão. Um serve para trem e barcas (1); o verde, RioCard Especial, dá acesso aos ônibus intermunicipais (2) e o do metrô (3), retirado na estação Central. Os deficientes têm direito aos três. Os dois primeiros são entregues nos postos.

ções mais importantes são o CPF e o nome completo de quem pede o benefício, além da indicação do tipo de transporte usado, principalmente nos municípios em que haja mais de uma opção. Na parte de trás, o médico deve preencher nome e CPF do paciente — a ficha não é aceita com esta parte em branco ou preenchida com letra diferente —, descrever, com letra legível e de forma detalhada, o quadro do paciente, especificar se há ou não necessidade de acompanhante e a frequência do tratamento (quantas vezes o paciente vai ao médico).

# Dois problemas numa só cratera

Boneco cidadão vai pescar em buraco de Guadalupe, que foi mal fechado e abriu de novo

■ Uma das coisas que João Buracão mais vê quando sai às ruas, em sua luta contra as crateras, são obras malfeitas, que acabam se tornando um problema ainda maior do que o anterior. Foi isso que o boneco cidadão constatou ao chegar a Rua Lourenço Fernandes, em Guadalupe.

Segundo moradores, a Cedae fez um conserto em frente ao número 69, mas a tubulação de esgoto

se rompeu, criando um imenso buraco.

Morador do local, Herick Ferreira, de 22 anos, conta que caminhões não conseguem passar pela via por conta da cratera. Para terem seu lixo recolhido, todos precisam deixá-lo em uma rua próxima.

— E esse nem é o maior problema. Ficamos realmente preocupados com as crianças, que não podem brincar na rua por causa do risco de cair ali dentro — lamentou o

jovem, explicando que o buraco tem mais de um ano.

Esse problema é ainda maior para Renata Tupan, de 33 anos, que tem cinco filhos pequenos. Ela, que mora em frente ao buraco, ainda reclama do mau cheiro que o esgoto carrega para sua residência.

— Há dias em que o fedor é insuportável. Já tentamos tapar o buraco com pedaços de madeira, para diminuí-lo, mas nem isso adiantou — explicou ela.



FABIANO ROCHA

BURACÃO PESCA na cratera da Lourenço Fernandes: esgoto



O BONECO ENCONTRA Hilda Buracão em Nova Iguaçu

# Hilda e João contra a lama na Baixada

Bonecos se encontram em Nova Iguaçu

■ **MARIO CAMPAGNANI**

*mario.campagnani@extra.inf.br*

■ João Buracão sabe que não está sozinho na luta contra as crateras de Nova Iguaçu. Sua amiga nessa cruzada é Hilda Buracão, com quem o boneco cidadão já se encontrou antes. Cavalheiro, ele não quis revelar se há algo mais do que amizade entre eles. Ficaram apenas na esfera do trabalho: denunciaram a cratera formada na Estrada Rio D'Ouro, entrada do bairro Jardim Panorama.

também tem outros problemas, como a falta de asfalto, esgoto e iluminação.

— As autoridades não dão atenção à nossa comunidade. A Avenida Luiz Galvão do Vale, por exemplo, fica intransitável na altura do número 1.082. Nenhum carro passa por ali — explicou Lopes.

É comum ver carros e motos atolados nos lamaçais ou envolvidos em acidentes, como conta João Paulo da Silva, de 23 anos:

— Eu já caí no meio da lama, assim como diversos

cratera formada na Estrada Rio D'Ouro, entrada do bairro Jardim Panorama.

De acordo com o pai de Hilda, Durval Lopes, de 38 anos, os moradores até colocam cascalho no buraco para tentar amenizar a situação, mas não adiantou. Ele explica que o bairro

Paulo da Silva, de 23 anos:

— Eu já caí no meio da lama, assim como diversos moradores. Para melhorar a situação, nós mesmos tentamos tapar os buracos, mas é necessária uma obra grande da prefeitura para acabar com o problema — disse o motociclista.

INAUGURAÇÃO

CLÉBER ZINONI



LINDBERG FARIAS, Lula e Márcio Fortes: novos pedidos de obras

## Baixada, enfim, ganha a primeira obra do PAC

Saneamento e urbanização para 38 ruas de dois bairros em Nova Iguaçu

■ MARCELO GOMES  
marcelo.gomes@extra.inf.br

Pouco mais de dois meses após o EXTRA mostrar os problemas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Baixada Fluminense na série de reportagens "Empacou", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, enfim, a primeira obra de urbanização e saneamento da região em Nova Iguaçu.

— Já vivi tudo o que o nosso povo vive. Já passei fome, morei em rua com esgoto a céu aberto, peguei umas dez

inundações... Pode cobrar o pessoal do Km 32, 46, 58 que nós vamos levar água, esgoto e asfalto. Mas não podemos fazer tudo ao mesmo tempo — disse o presidente, dirigindo-se a um grupo de moradores do bairro Km 32, que seguravam faixas reclamando que foram excluídos do PAC.

### Celular do ministro

O ministro das Cidades, Márcio Fortes, que há dois meses disponibilizou o próprio celular (61-9121-5527) para denúncias sobre problemas nas obras do PAC na Baixada, continua recebendo li-

gações de moradores.

— Além das reclamações, muita gente continua telefonando para pedir que as obras cheguem ao seu bairro. As pessoas estão vendo o PAC acontecer na rua do vizinho e também querem nas suas ruas — explicou o ministro. — Após as matérias do EXTRA, houve um rodízio nas superintendências da Caixa e muitos prefeitos aceleraram o envio de seus projetos ao governo federal, para que as obras saiam logo do papel.

As obras inauguradas ontem beneficiaram 25 mil pessoas nos bairros Cabuçu e Jar-

dim Laranjeiras, e custaram R\$ 29,2 milhões. Foram implementados 104 quilômetros de redes de água e esgoto, 27 quilômetros de pavimentação em 38 ruas e construção de uma estação de tratamento de esgoto. O contrato para execução das obras foi assinado em setembro de 2007.

Durante o evento, foram estendidas diversas faixas de cartazes com reclamações em relação às obras do PAC, com protestos contra o governador Sérgio Cabral e o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, que também participou da inauguração.

SILVA, Fernanda Gomes da. *Modalização em notícia jornalística popular: uma abordagem semiótica*. Orientadora: Regina Souza Gomes. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa).

## RESUMO

A proposta da presente pesquisa é depreender a subjetividade (marcas deixadas pelo sujeito da enunciação no enunciado) em um texto reconhecidamente marcado pela objetividade e imparcialidade: a notícia jornalística. Para tanto, toma-se como suporte teórico-metodológico a semiótica de linha francesa, que permite, por meio do conceito de modalização, identificar e interpretar um dos procedimentos linguísticos e discursivos responsáveis por assinalar a presença do sujeito no enunciado. Entendida como o índice das atitudes, opiniões e pontos de vista do enunciador em relação ao seu dizer, a modalização contribui para oferecer ao leitor um direcionamento argumentativo, o que possibilita perceber o grau de adesão do falante ao seu discurso. O foco deste estudo incide sobre as modalidades do *crer* e do *saber*. Busca-se examinar o jogo de crenças e verdades que permeiam o texto, atentando para mecanismos de modalização epistêmica presentes na enunciação, no enunciado e nas falas dos interlocutores, projetadas por procedimentos de debragem interna. O *corpus* escolhido para análise se constitui de notícias publicadas pelo jornal *Extra* na seção denominada *Geral*, no período de 10 de agosto a 3 de setembro de 2009. Pretende-se evidenciar que, ainda que esse gênero textual seja recoberto por procedimentos que produzem o efeito de sentido de neutralidade, o afastamento do enunciador em relação ao discurso que enuncia, constitui, em verdade, um simulacro, uma vez que, no ato da enunciação, sua presença se faz sentir por meio de índices específicos que permeiam todo o texto produzido.

SILVA, Fernanda Gomes da. *Modalização em notícia jornalística popular: uma abordagem semiótica*. Orientadora: Regina Souza Gomes. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa).

#### ABSTRACT

The purpose of this work is to infer the subjectivism (marks provoked by the subject of the enunciation on the statement) in a text highlighted by objectivism and impartiality: the paper news. In order to obtain that, the French semiotics is used as a basis, that allow us to identify and interpret, through the modalization concept, the linguistic procedures responsible for ticking the presence of the subject in a statement. Know as the Index of attitudes, opinions and the enunciating's point of view in relation to his speech, the modalization contributes offering to the reader an argumentative direction that makes possible the degree of adherence of the speaker to his speech. The focus of this study lies upon the modalities of believe and know. The set of beliefs and truths contained in the text are examined, focusing on the mechanisms of epistemic modalization existing on the speech, projected by internal debreagem procedures. The corpus selected to be analyzed is constituted by news published on *Extra* newspaper in a section named *Geral*, between the period of August 10th and September 3rd 2009. It is intended to highlight through the analysis undertaken in this study, that this textual genre be covered by procedures that makes neutral effects. The removal from the speaker to his speech, created, in fact, a simulacrum, since in the act of the speech it presence is noticed through specific index in the whole text.





# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)